Santo Antônio Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 09.391.823/0001-60 - NIRE 35.300.352.891

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.

Santo Antônio Energia S.A. (“Emissora”), na qualidade de Emissora da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A. (“Emissão”), convoca os titulares das debêntures emitidas no âmbito da Emissão em circulação (“Debenturistas”), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas (“Assembleia”), a ser realizada, em **primeira convocação,** no dia **10 de maio de 2023, às 15:00 horas,** de modo **exclusivamente digital e remoto**, por meio da plataforma *Microsoft Teams,* nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Autorização para realização de quaisquer pré-pagamentos pela Emissora no valor de até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), a serem pagos até, no máximo, 31.12.2023, de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), Banco do Brasil S.A. (“BB”), Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), Caixa Econômica Federal (“CEF”), Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (“Haitong”) e do Banco da Amazônia S.A. (“BASA” e, em conjunto com o Santander, o BB, o Bradesco, o Itaú BBA, o BNB, a CEF e o Haitong, os “Bancos Repassadores”) representadas pelo: (a) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1307.1, celebrado em 4 de março de 2009 entre a Emissora, o BNDES, dentro outras partes, conforme aditado (“Contrato de Financiamento Direto”); (b) o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES nº 01/2009, celebrado em 11 de março de 2009 entre a Emissora, os Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado (“Contrato de Financiamento Repasse”); (c) o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº12.2.1307.1, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, o BNDES, entre outras partes, conforme aditado (“Contrato de Financiamento Direto Suplementar”); e (d) o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES nº 01/2013, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, os Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado (“Contrato de Financiamento Repasse Suplementar” e, em conjunto com o Contrato de Financiamento Direto, o Contrato de Financiamento Repasse e o Contrato de Financiamento Direto Suplementar, os “Instrumentos Financeiros BNDES e Repasse”), e renúncia à faculdade prevista na Cláusula 2.04 do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, celebrado em 12 de março de 2009 entre o BNDES e os Bancos Repassadores, conforme aditado (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”); **(ii)** Tendo em vista que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (“Eletrobras”) pretende assumir a totalidade da dívida da Emissora junto ao BNDES e aos Bancos Repassadores representada pelos Instrumentos Financeiros BNDES e Repasse, descontados eventuais pré-pagamentos (“Endividamento BNDES e Repasse”), por meio de assunção do Endividamento BNDES e Repasse (“Assunção da Dívida do BNDES e dos Bancos Repassadores”), autorização para que as garantias objeto (a) do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, BNDES, Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado (“Contrato de Penhor”) e (b) do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, BNDES, Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado (“Contrato de Cessão Fiduciária”), relativas às garantias previstas na Cláusula 4.5.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública da Santo Antônio Energia S.A. (“Escritura de Emissão”), continuem constituídas em favor do BNDES e dos Bancos Repassadores no âmbito dos instrumentos que vierem a regular a Assunção da Dívida do BNDES e dos Bancos Repassadores e compartilhadas com os Debenturistas na proporção do saldo devedor das respectivas dívidas (“Instrumentos de Assunção de Dívida”), conforme melhor detalhado na Proposta da Administração; **(iii)** Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para realização de todos os atos e celebração de todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens (i) a (ii) acima, dentre eles a celebração dos aditivos aos seguintes documentos (a) Escritura de Emissão; (b) Contrato de Compartilhamento de Garantias; (c) Contrato de Penhor; e (d) Contrato de Cessão Fiduciária, até, no máximo, 31/12/2023; **(iv)** Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para celebração de aditivos aos seguintes documentos, de forma a ajustar os percentuais das garantias às participações societárias dos acionistas, em razão da aquisição, por Furnas - Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), das participações societárias dos acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA (“MESA”): (a) Contrato de Suporte de Acionistas Suplementar e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 e posteriormente aditado (“ESA Suplementar”); (b) Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências, celebrado em 28 de agosto de 2013 e posteriormente aditado; (c) aos Instrumentos Particulares de Contrato de Fiança, celebrados com CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Eletrobras, respectivamente, em 31 de março de 2014 e 16 de abril de 2014 e posteriormente aditados, até, no máximo, 31/12/2023; e **(v)** Autorização para exoneração de todas as obrigações solidariamente assumidas pelos acionistas diretos e indiretos de MESA, as quais serão assumidas por Furnas, no âmbito do ESA Suplementar, tendo em vista a eventual aquisição das participações societárias, diretas e indiretas, dos acionistas de MESA por Furnas, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Emissora em 20 de março de 2023. Representantes da Emissora estarão presentes na Assembleia para prestar todos os esclarecimentos necessários relativos às deliberações constantes da ordem do dia para que os Debenturistas possam avaliar as referidas deliberações. Os itens da Ordem do Dia acima descritos serão detalhados na Proposta de Administração a ser divulgada pela Emissora em seu site ri.santoantonioenergia.com.br/. A Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital e remota, por meio da disponibilização do sistema eletrônico *Microsoft Teams* que possibilitará que os Debenturistas acompanhem, se comuniquem e votem na Assembleia, conforme disposto no Art. 71 da Resolução CVM 81. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital e remota. Fica facultado aos Debenturistas o proferimento do voto durante a realização da Assembleia ou através do envio da Instrução de Voto sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento por cada debenturista pode ser encontrado na Proposta da Administração referente à Assembleia disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), e da Emissora (ri.santoantonioenergia.com.br/) acompanhado das instruções de preenchimento e as formalidades necessárias para sua validade. Os Debenturistas que fizerem o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida não precisarão acessar o link para participação digital na Assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da Instrução de Voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no Art. 75, §1º, da Resolução CVM 81. Observados os procedimentos previstos neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, os Debenturistas deverão enviar, aos endereços eletrônicos da Emissora (risae@santoantonioenergia.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (assembleias@pentagonotrustee.com.br), preferencialmente, com 02 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização da Assembleia, ou, ainda, até o horário previsto para realização da mesma, os seguintes documentos: **(i)** quando pessoa física, documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** quando pessoa jurídica ou fundos de investimento (representação pela administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo): cópia de atos societários (contrato ou estatuto social) e documentos que comprovem a representação do debenturista ou cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente; e **(iii)** quando representado por procurador, procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou abono bancário, ou ainda, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil como alternativa ao reconhecimento de firma, em caso de participação por meio de representante. Em caso de impossibilidade das alternativas acima, deverá ser apresentado, juntamente à procuração, cópia do documento de identidade do outorgante. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora, o Debenturista receberá, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail risae@santoantonioenergia.com.br, preferencialmente, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os Debenturistas que não encaminharem a relação de documentos acima mencionada. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 15 (quinze) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do debenturista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 (quinze) minutos de tolerância do início da Assembleia, não será possível o ingresso do debenturista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na Assembleia deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de teleconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da Assembleia, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a Assembleia. A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital *Microsoft Teams* e com o acesso à teleconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora.

São Paulo/SP, 19 de abril de 2023. **Santo Antônio Energia S.A.**

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023, às 10h30**, na modalidade exclusivamente presencial, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária (AGO): a.)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2022; **b.)** Eleição de Diretor(a) para preenchimento cargo vago e cumprimento de saldo do mandato biênio 2022/2023; **c.)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 19/04/2023. **Walter Baldan Filho - Diretor.** (19,20,21)

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização (“Titulares dos CRI”, “Emissora” e “Emissão”, respectivamente), a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 01 de setembro de 2021, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão (“AEI”), a ser realizada em segunda convocação, aos 28 de abril de 2023, às 14h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM nº 60” e “CVM”, respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia.

São Paulo, 20 de abril de 2023

Companhia Província de Securitização

Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

CNPJ/MF nº 26.664.057/0001-89 - NIRE 35.3.0049866-6

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

A **Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Rodovia Atilio Balbo, S/N, SP 322 KM 327.500, Pista Leste, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 26.664.057/0001-89 (“Emissora”), vem, pelo presente: **CONSIDERANDO QUE: (A)** foi celebrado, em 30 de novembro de 2022, contrato de compra de ações e debêntures e outras avenças entre Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Pátria”) e Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Coinvestimento”), na qualidade de vendedores e Vinci Highways do Brasil - Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.980.122/0001-55, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, Sala 42 (“Vinci Highways do Brasil”) na qualidade de compradora (“Contrato de Compra e Venda de Ações”); **(B)** o Contrato de Compra e Venda de Ações prevê (i) a transferência de 55% (cinquenta e cinco por cento) da participação acionária indireta detida pelo FIP Pátria e pelo FIP Coinvestimento na Emissora à Vinci Highways do Brasil e de 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis em ações emitidas pela Emissora e detidas pelo FIP Pátria à Vinci Highways do Brasil e/ou ao fundo ou veículo de investimento cuja finalidade seja (i.a) realizar, adquirir ou investir em instrumentos de dívida, valores mobiliários ou outros ativos financeiros originados pelo Grupo Vinci, assim entendida qualquer companhia, *partnership* de responsabilidade limitada ou ilimitada, *joint venture*, *trust*, sociedade por ações, sociedade limitada, associação, organização, fundo de investimento, condomínio ou entidade (incluindo entidades sem fim lucrativos), com ou sem personalidade jurídica, direta ou indiretamente controlada pela Vinci SA, uma sociedade anônima constituída de acordo com as leis francesas, registrada perante o registro comercial e de sociedades de Nanterre sob o nº 552 037 806 00585 e com sede em 1973 boulevard de la Défense, 92000, Nanterre, França (“Grupo Vinci”); e (i.b) emitir cotas para aquisição por entidades do Grupo Vinci (“Fundo”), e (ii) o compromisso das partes de assinarem um acordo de acionistas que regulará o exercício do controle indireto da Emissora de forma conjunta entre o FIP Pátria, o FIP Coinvestimento e a Vinci Highways do Brasil, bem como as hipóteses em que eventualmente o exercício do controle indireto da Emissora será exclusivamente exercido pela Vinci Highways do Brasil (a “Operação Societária”); **(C)** tendo em vista a intenção das partes em (i) realizar a Operação Societária, e, consequentemente, (ii) aditar o “Instrumento Particular de Compra e Venda de Debêntures”, celebrado entre FIP Pátria e Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”), em 27 de fevereiro de 2018 (“Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis”), para (ii.a) que tenha como partes a Vinci Highways do Brasil e/ou o Fundo, o FIP Pátria, o FIP Coinvestimento ou qualquer de suas controladas, afiliadas e/ou os fundos geridos ou assessorados pelo Pátria Investimentos Ltda. e/ou suas afiliadas, bem como (ii.b) alterar as Cláusulas 2.2 e 5.3 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis, para possibilitar a venda das debêntures emitidas no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures conversíveis da Emissora (“Debêntures Conversíveis”) à Vinci Highways do Brasil e/ou ao Fundo; e **(D)** tendo em vista que a AGD designada para o dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2023, não foi realizada em primeira convocação devido a inexistência de quórum legal para sua instalação; informar que **FICAM CONVOCADOS** os titulares das Debêntures da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora (“Debenturistas”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula IX da “*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.*”, celebrada em 01 de março de 2018, entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Agente Fiduciário”), conforme aditada de tempos em tempos (“Escritura de Emissão”), a ser realizada em segunda convocação no dia **27 (vinte e sete) de abril de 2023**, **às 16 (dezesseis) horas**, de forma exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams (“AGD”), com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, aos Debenturistas habilitados nos termos deste Edital de Convocação, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”) para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **(I)** A anuência prévia para a alteração do controle acionário da Emissora, em virtude da realização da Operação Societária, resultando na perda, pelo FIP Pátria, do controle direto e indireto da Emissora, de modo que não seja considerada um Evento de Inadimplemento que acarrete o vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.27.1., (xii) da Escritura de Emissão; **(II)** Sendo aprovado o item anterior, a concessão de anuência prévia para, no contexto da Operação Societária, aditar o Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis para refletir as alterações indicadas no considerando (C), subitem (ii), deste Edital de Convocação, mediante celebração de aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis (“Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis”), de modo que a celebração do Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis não seja considerada um Evento de Inadimplemento que acarrete o vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.27.1., (xxvi) da Escritura de Emissão; **(III)** No caso de aprovação das matérias descritas nos itens “I” e “II” acima e item “IV” abaixo, a Emissora propõe o pagamento de prêmio a todos os Debenturistas, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de realização da AGD (“*Waiver Fee*”), nos termos indicados na mais recente Proposta de Administração divulgada pela Emissora até a realização da AGD; e **(IV)** Autorização para o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, assinar todos os documentos necessários para formalização das matérias a serem deliberadas acima, incluindo, sem limitação, o Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis, e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral da deliberação objeto dos itens acima, inclusive com o propósito de atingir o espírito e o objeto dos itens acima. **Informações Adicionais**: Em atendimento à Resolução CVM 81, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: 1 - Acesso e utilização do Sistema Eletrônico: A AGD será realizada por meio da plataforma digital que possibilitará a participação remota dos Debenturistas, que serão considerados presentes e assinantes da ata da AGD. O conteúdo da AGD será integralmente gravado pela Emissora. Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora, para o e-mail ri@entrevias.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da AGD, podendo ser encaminhado até o horário de início da AGD, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Emissora enviará um e-mail ao respectivo debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário, contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. 2 - Instrução de Voto à Distância: O debenturista poderá exercer seu direito de voto por meio do preenchimento e envio de instrução de voto à distância, disponível na página da rede mundial de computadores da Emissora (https://ri.entrevias.com.br) (“Instrução de Voto à Distância”). Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, e do gestor do fundo, representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto à Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto à Distância deverão ser rubricadas e assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados no item 1 acima, aos cuidados da Emissora, para o e-mail ri@entrevias.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br. Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, de acordo com o item 1 acima, depois de ter enviado Instrução de Voto à Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto à Distância desconsiderada. Este Edital de Convocação se encontra disponível nas respectivas páginas na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário (https://vortx.com.br/investidor/operacao?operacaoDataId=11132) e da Emissora (https://ri.entrevias.com.br). A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral. Sertãozinho, 18 de abril de 2023. **ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizará na sede da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egidio de Souza Aranha, n. 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-908, no dia 08 de maio de 2023, às 09:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, resta cancelada a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que outrora seria realizada no dia 28 de abril de 2023, às 09:00, conforme publicações neste mesmo jornal ocorridas em 30 de março, 31 de março e 01 de abril de 2023. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 05 de maio de 2023, até às 18:00 horas. (b) A documentação relativa aos itens da ordem do dia, tais como o relatório da administração sobre os negócios sociais, os principais fatos administrativos do exercício findo e a cópia das demonstrações financeiras, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia, conforme disposto no art. 133, caput da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 19 de abril de 2023. Luis Humberto Diaz Jouanen, Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/04/23)

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização (“Titulares dos CRI”, “Emissora” e “Emissão”, respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 14.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 18 de junho de 2021, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão (“AEI”), a ser realizada em segunda convocação, aos 28 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM nº 60” e “CVM”, respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia.

São Paulo, 20 de abril de 2023

Companhia Província de Securitização

Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 - NIRE: 35300315189

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em sua sede social na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 29/04/2023 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2023. Sr. Lourival Odécio Golin - Diretor. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (*on-line*), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 23 de Março de 2023 do jornal O Dia SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

Metalúrgica Golin S/A

CNPJ: 49.034.275/0001-35 - NIRE: 35300045955

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306 - Jd. Cidade Aracília, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 09:00 horas e, em 2ª convocação, às 09:30 horas do dia 29/04/2023 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercicio social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2023. Sr. Décio de Araújo - Diretor Presidente. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 23 de Março de 2023 do jornal O Dia SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

AGRO REUNIDAS S.A.

CNPJ/MF Nº 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023**, **às 12h30min.,** em sua sede localizada Avenida Tiradentes, nº 858 - SL3 - Centro/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede De Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação das Contas dos Administradores, balanço e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, e cujos documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76 foram disponibilizados aos acionistas; **b.)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e a distribuição de dividendos; **c.)** eleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2023/2024/2025; **d.)** Fixação da remuneração global dos administradores; **Em Sede de Extraordinária: a)** Ratificar as contratações em favor da Baldan Agropecuária Eireli, das Cédulas Rural Pignoratícias - CRPs - no valor de R$ 2.937.045,45 e R$ 1.258.338,10, bem como o oferecimento de garantia suficiente em Penhor de produtos agropecuários (Cana-de-açucar) em primeiro grau celebrado com Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito de Sertãozinho, CNPJ/MF 71.328.769/0001-81; **b)** Ratificar a contratação em favor da Baldan Agropecuária Eireli, da Cédula Rural Pignoratícia - CRP - no valor de R$ 1.360.000,00, bem como o oferecimento de garantia consistente em alienação de quatro transbordos celebrado com Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito de Sertãozinho, CNPJ/MF 71.328.769/0001-81. Matão/SP, 19/04/2023. **Cleber Baldan - Presidente do Conselho de Administração.** (19,20,21)

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 3530002825-2

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA- EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023**, as **9h00,** em sua sede localizada Avenida Baldan, nº 1500 - Nova Matão/SP, na modalidade presencial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2022; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Sede de Extraordinária**: **a.)** Aprovar o aumento do capital social mediante a utilização do saldo da reserva de subvenção para investimentos existente em 31/12/2022 no montante de R$ 121.898.561,29; **b.)** Alteração do artigo 5º do Estatuto Social, elevando o capital social para R$ 145.933.180,12 conforme nova redação: “*Artigo 5º: O capital social totalmente integralizado é de R$ 145.933.180,12, representado por 1.310.121.591 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.”* **c.)** Alterar a redação do artigo 10º do Estatuto Social passando para 01 ano o prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme nova redação: “*Artigo 10º: Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria serão eleitos para exercer mandato de 1 ano, em ambos os casos sendo permitida a reeleição*”; **d)** Alterar o artigo 18º do Estatuto Social para adequar o prazo do mandato da Diretoria ao artigo 10º, conforme nova redação: *Artigo 18º: A Diretoria Executiva será formada por um mínimo de 2 e um máximo de 7 membros, sendo: 01 Diretor Superintendente e 06 Diretores Adjuntos, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 1 ano, permitindo-se a reeleição.* **e)** Alterar o capítulo VI - Do Conselho Consultivo do Estatuto Social, para transformar o Conselho Consultivo em órgão de instalação facultativa e prazo de mandato de 01 ano, conforme nova redação do Artigo 36º e seus parágrafos: ***“Artigo 36º:** A Companhia, por solicitação de qualquer membro do **Conselho de Administração**, poderá instalar um **Conselho Consultivo**, de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 02 e até 05 membros, residentes no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo **Conselho de Administração**, e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição. **§1º** A solicitação de instalação do **Conselho Consultivo** deverá ser formulada na primeira reunião do **Conselho de Administração** que ocorrer após a assembleia geral ordinária, e dependerá de aprovação por maioria simples, e, quando em funcionamento, os membros efetivos do **Conselho Consultivo** perceberão honorários mensais, fixados pelo Conselho de Administração. **§2º** O **Conselho Consultivo,** quando em funcionamento, reunir-se-á trimestralmente ou sempre que convocado por um de seus membros ou convocado por no **mínimo 3** dos membros do **Conselho de Administração** e lavrarão suas atas no livro de registro de atas próprio. **§3º** Os membros do **Conselho Consultivo** serão considerados empossados nos seus cargos na data de sua eleição, quando assinarão o termo de posse no livro de registro de atas próprio. **§4º** As sugestões elaboradas pelo **Conselho Consultivo** serão tomadas por votação da maioria simples, sendo computado um voto para cada Conselheiro, sendo o exercício do cargo pessoal e intransferível, não podendo ser outorgada procuração para terceiros. **§5º** O **Conselho Consultivo** terá a função de assessorar a administração da Companhia, dando sugestões sempre que solicitadas, particularmente quanto às diretrizes da política geral a ser adotada pela Companhia, cabendo ao **Conselho de Administração** acatar ou rejeitar as sugestões feitas pelo **Conselho Consultivo**. **§6º** O **Conselho Consultivo** elegerá por maioria simples, dentre os seus membros, 01 Presidente e 01 Vice-Presidente, sendo os demais designados simplesmente Conselheiros.* **f)** Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022; **g)** Referendar o pagamento de bônus de performance ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022 conforme apurado em demonstrativo de metas e desempenho; **h)** Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; **i)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; **j)** Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; Matão/SP, 19/04/2023. **Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração**. (19,20,21)

Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

COMPANHIA FECHADA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 9 de maio de 2023, às 10h00min, em 1ª Convocação ou, às 10h30min, em 2ª Convocação, na Avenida Paulista nº 2064, Bairro Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-200, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(b)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2022, em especial a distribuição de dividendos; **(c)** Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(d)** Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(e)** Pagamento de gratificação aos membros da Diretoria; **(f)** Reversão automática, em benefício da Companhia, dos dividendos não reclamados por acionista em prazo superior a 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas; e **(g)** Outros assuntos de interesse da Companhia. Para participarem da Assembleia, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar documento de identificação e, se for o caso, procuração com poderes para participar da Assembleia. São Paulo, 19, 20 e 21 de abril de 2023.

Fernando José Garcia (Diretor-Secretário) e **Dani Glikmanas** (Diretor-Superintendente)

Salipart Participações S/A

CNPJ: 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 04/05/2023 às 15:30 horas na sala da diretoria do imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu, 123, São Paulo/SP, tendo em vista que sua sede social encontra-se em reforma, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2022; b) transferência do saldo do Resultado Líquido do Exercício para a conta de Lucros Acumulados; c) determinação do montante de dividendos a serem distribuídos até 31.12.2023. Os demonstrativos contábeis do exercício de 2022, estão à disposição dos acionistas na sala da diretoria, no mesmo endereço em que vai ser realizada a assembleia.

São Paulo, 19 de abril de 2023

Mario Roberto Rizkallah - Diretor

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65A7-3C18-DFBB-287F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65A7-3C18-DFBB-287F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/65A7-3C18-DFBB-287F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 65A7-3C18-DFBB-287F

Hash do Documento

DD9915F2995379E725E86C46576FAAE69E352134374F3569D45316833BF69758

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:36 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Inpet Brasil Embalagens Plásticas S.A

CNPJ 06.539.526/0001-20

www.inpet.com.br

Demonstrações Financeiras em 31/12/2021 e 31/12/2022

Balanço Patrimonial	2021	2022
Ativo Circulante	**41.846.593,67**	**43.893.848,11**
Caixa / Bancos Conta Movimento	693.409,76	501.814,05
Aplicações Financeiras Curto Prazo	223.081,77	225.924,69
Duplicatas a Receber	24.903.559,77	21.999.599,34
Estoques	14.020.725,68	13.711.129,79
Adiantamentos Funcionarios	44.157,88	26.108,48
Adiantamentos a Fornecedores	-	103.108,95
Adiantamento para Despesas	176.854,14	-
Impostos a Recuperar	1.512.845,05	7.225.775,66
Despesas Exercicios Seguintes	271.959,62	100.387,15
Ativo Não Circulante	**35.776.496,67**	**37.512.332,59**
Imobilizado	43.267.871,61	43.183.818,83
Depreciação	(7.491.374,94)	(9.855.433,75)
Compensação de Prejuizoa Fiscais	-	4.183.947,51
Ativo Diferido Líquido	-	-
Total do Ativo	**77.623.090,34**	**81.406.180,70**

Balanço Patrimonial	2021	2022
Passivo Circulante	**49.091.424,50**	**42.585.423,52**
Fornecedores Nacionais	1.011.693,02	1.658.283,35
Fornecedores Estrangeiros	24.114.034,18	17.588.263,85
Empréstimos e Financiamentos	16.783.864,19	16.916.181,57
Adiantamentos de Cliente	678.468,47	496.821,48
Contas a Pagar	721.070,12	631.271,05
Obrigações com Pessoal	739.253,13	737.759,02
Obrigações Sociais a Recolher	293.382,19	307.425,27
Obrigações Tributárias a Recolher	798.421,92	770.749,29
Estoque a Industrializar	126.796,73	133.241,60
Estoque Bem em Comodato	15.000,00	-
Fornecedor Estrangeiro de Investimento	3.766.496,49	1.013.233,47
Contas a Pagar Investimentos	42.944,06	21.030,67
Provisão para Dividendos	-	2.311.162,90
Passivo Não Circulante	**2.874.318,58**	**1.559.413,08**
Empréstimos e Financiamentos	2.855.317,62	1.547.364,61
Juros s/ Empréstimos	19.000,96	12.048,47
Patrimonio Liquido	**25.657.347,26**	**37.261.344,10**
Capital Social Nacional	1.725.000,00	1.725.000,00
Capital Social Estrangeiro	15.525.000,00	15.525.000,00
Reservas Legal	-	486.560,61
Lucros/Prejuízos Acumuladas	8.407.347,26	19.524.783,49
Total do Passivo	**77.623.090,34**	**81.406.180,70**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reservas de Lucros	Lucros Retidos	Totais
Saldos em 31/12/2020	**17.250.000,00**	**-**	**3.395.834,16**	**20.645.834,16**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	5.011.513,10	5.011.513,10
Saldos em 31/12/2021	**17.250.000,00**	**-**	**8.407.347,26**	**25.657.347,26**
Lucro do Exercício	-	-	13.915.159,74	13.915.159,74
Proposta Destinação do Resultado				
Reserva Legal	-	486.560,61	(486.560,61)	-
Dividendos Provisionados	-	-	(2.311.162,90)	(2.311.162,90)
Saldos 31/12/2022	**17.250.000,00**	**486.560,61**	**19.524.783,49**	**37.261.344,10**

Demostração de Resultado	2021	2022
Receita Operacional	183.883.412,19	192.846.439,45
(-) Impostos Incidentes s/Vendas	(35.291.165,54)	(35.838.543,43)
(-) Impostos Credito Presumido		
Receita Operacional Líquida	**148.592.246,65**	**157.007.896,02**
Custos dos Produtos Vendidos	(130.642.660,65)	(136.725.973,10)
Lucro Operacional Bruto	**17.949.586,00**	**20.281.922,92**
Despesas Gerais:		
(-) Despesas Administrativas	(6.540.757,74)	(7.724.984,88)
(-) Despesas Comerciais	(110.059,35)	(134.882,39)
(-) Despesas de Produção	(702.727,70)	(2.377.701,57)
(-) Despesas Com Filial SP	(866.707,74)	(1.130.205,86)
(-) Despesas Com Filial PR	(51.570,99)	(56.083,23)
(-) Desp com Filial - Sorocaba	(131.029,92)	-
(-) Despesas Financeiras	(5.696.149,45)	(6.993.556,14)
(+) Receitas Financeiras	2.703.625,96	6.677.425,70
(-) Outros Resultados	-	3.837.527,77
Resultado antes do IR e CS	**6.554.209,07**	**12.379.462,32**
Imposto de Renda:		
(-) Provisão para IRPJ	(1.127.982,33)	(1.940.889,78)
(-) Provisão para CSLL	(414.713,64)	(707.360,31)
IRPJ s/Prejuizos Fiscais	-	3.076.431,99
CSLL s/Prejuizos Fiscais	-	1.107.515,52
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	**5.011.513,10**	**13.915.159,74**
Lucro por lote de 1000 ações	290,52	806,68

Demonstrativo de Fluxo de Caixa	2021	2022
Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.011.513,10	13.915.159,74
Ajustes por: Depreciação	750.304,20	2.448.957,39
	5.761.817,30	**16.364.117,13**
Variação nas contas a receber de clientes e outros	(8.376.453,42)	3.167.327,49
Variação em tributos a compensar	(513.730,38)	(9.896.878,12)
Var. nos salários e encargos sociais	402.962,62	12.548,97
Variação em tributos a recolher	(265.953,85)	(27.672,63)
Variação nos estoques	(4.864.291,55)	301.040,76
Variação em contas a pagar e fornecedores	16.793.262,51	(8.925.802,47)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**8.937.613,23**	**994.681,13**
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimentos		
Compra do ativo imobilizado	(8.190.303,35)	(2.129.316,19)
Baixas líquidas do imobilizado	-	2.128.470,39
Caixa líq.usado nas ativ.de invest.	**(8.190.303,35)**	**(845,80)**
Fluxo de Caixa das Ativ. de Financiamentos		
Pagamentos de Empréstimos	(1.655.386,19)	(1.182.588,12)
Caixa líq.usado nas ativ.de financ.	**(1.655.386,19)**	**(1.182.588,12)**
Diminuição líquida de caixa e equivalente de caixa	**(908.076,31)**	**(188.752,79)**
Caixa e equiv. caixa - início período	1.824.567,84	916.491,53
Caixa e equiv. caixa - final período	916.491,53	727.738,74
	908.076,31	**188.752,79**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional: A sociedade foi constituída em 03/06/2004 e tem como objeto predominante a comercialização e distribuição de embalagens plásticas, importadas ou produzidas localmente, a industrialização de resinas plásticas para confecção de embalagens plásticas com destinação múltipla, assim como o desenvolvimento de projetos e produtos correlatos. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 e regulamentadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Principais Diretrizes Contábeis: a)** Os resultados são apurados pelo regime de competência dos exercícios. **b)** Os valores foram classificados respectivamente no Ativo e Passivo Circulante quando o prazo de realização ou vencimento encontra-se dentro do exercício seguinte. Quando realizáveis ou vencidos após o exercício seguinte são classificados no Ativo e Passivo não Circulante, respectivamente. **c)** O Imposto de Renda e a Contribuição Social são constituídos com base do Lucro Real, apurado às taxas vigentes na data de balanço sobre as bases de cálculo (lucro real). Os créditos fiscais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores que não prescrevem são apropriados, a partir de 2022 e compensados limitados a 30% do lucro fiscal apurado em cada período. No exercício de 2022 a empresa registrou créditos fiscais totais no valor de R$ 4.183.947,51. **d)** Os direitos e obrigações e suas atualizações sujeitos a correção monetária, ajustes cambiais e juros, são atualizados até a data do encerramento do balanço. **e)** As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a previsão de vida útil dos bens. **f)** Os estoques de produtos Acabados e em Elaboração, são avaliados pelo custo de produção, o de matéria prima pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de realização ou reposição. **Exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS:** Em consonância com decisão do Supremo Tribunal Federal de março de 2017, a empresa obteve ganho de causa relativo ao direito de exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, tendo suas ações transitadas em julgado. Com isso, foi efetivado o levantamento de Crédito de PIS e COFINS no valor de R$ 4,14 milhões e habilitado os mesmos junto à Receita Federal do Brasil. O crédito habilitado foi reconhecido contabilmente em 2022 pelo valor atualizado de R$ 5.629.756,43, bem como oferecido à tributação. O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 17.250.000,00 dividido em 17.250.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Wagner Muraro - Diretor Executivo - CPF 472.131.918-53

Juliana Mascarenhas Cabriada - CRC 1SP 258452/O-2 - CPF 216.924.948-64

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35.300.059.361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A.** ("Companhia") para se reunirem no dia 08 de maio de 2023, às 11:00 horas, em assembleia geral ordinária, **a ser realizada na Sede da Companhia** ("Assembleia"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** eleger o Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, cujas competências, em relação ao último, serão (a) a condução do relacionamento com médicos e fontes pagadoras; e (b) a coordenação das atividades clínicas e cirúrgicas, assim como do pronto atendimento da Companhia, observado as regras de representação da Companhia, conforme estabelecidas em seu Estatuto Social; e **(iv)** fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2023 e ratificar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 21 de abril de 2023. **Carlos Eduardo Lichtenberger -** Diretor Presidente.

TSA Holding S/A

CNPJ nº 61.534.319/0001-91

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**18.862.832**	**15.539.486**
Caixa e equivalentes de caixa		9.730.234	5.044.706
Titulos a Receber CP	2	1.582.545	220.000
Contas a receber		423.421	412.844
Estoque de imóveis a comercializar	3	2.813.825	5.193.287
Impostos a Recuperar/Compensar		2.745	2.745
Despesas Antecipadas		7.274	21.744
Outros valores a receber		4.302.789	4.644.160
Não circulante		**36.401.786,03**	**4.901.128,27**
Depósitos Judiciais		2.617.197	2.552.033
Titulos a Receber LP	2	31.698.746	–
Investimentos	4	562.512	648.483
Imobilizações Técnicas	5	1.447.143	1.609.077
Intangíveis	5	76.189	91.535
Total do Ativo		**55.264.618**	**20.440.614**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		**2.596.938**	**2.584.863**
Emprést. e Financiamentos		444	–
Fornecedores		4.681	43.391
Sal., férias e encargos sociais		504.074	498.975
Impostos e contrib. a recolher		89.178	43.934
Credores diversos	7	1.998.562	1.998.562
Não Circulante		**5.383.423**	**2.971.350**
Títulos a pagar LP		2.788.724	2.788.724
Tributos Diferidos		2.594.699	182.625
Patrimônio líquido		**47.284.256**	**14.884.402**
Capital Social Integralizado	8.1	35.064.451	35.064.451
AFAC	8.2	38.973.650	38.973.650
Reserva de Capital		5.418.671	5.418.671
Prejuízos Acumulados		(32.172.517)	(64.572.371)
Total do Passivo e Patr. líquido		**55.264.618**	**20.440.614**

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receita Bruta	**39.000.494**	**2.076.461**
Receita Bruta de Vendas	**37.673.820**	**887.281**
Receita com Vendas de Imóveis	37.673.820	887.281
Receita de Locação	**1.326.674**	**1.189.180**
Receita de Aluguéis	1.326.674	1.189.180
(-) Deduções s/ Receitas	**(1.385.585)**	**(75.791)**
(-) PIS S/Faturamento	(246.748)	(13.497)
(-) COFINS S/Faturamento	(1.138.837)	(62.294)
Receita Operacional Líquida	**37.614.910**	**2.000.670**
Receitas e Despesas Operac.	**(3.441.401)**	**(2.485.697)**
Custo com imóveis vendidos	(2.379.462)	(481.351)
Despesas com Pessoal e Encargos	(389.597)	(466.525)
Despesas Gerais Administrativas	(1.007.223)	(1.126.592)
Depreciações/Amortizações	(2.647)	(3.909)
Despesas Tributárias	(144.310)	(148.765)
Despesas Financeiras	(10.334)	(5.902)
Receitas Financeiras	835.048	192.163
Outras Despesas Operacionais	(342.875)	(444.817)
Resultado Operacional	**34.173.508**	**(485.028)**
Equivalência Patrimonial	(87.817)	981.176
Outros Ganhos/Despesas Operac.	(153.235)	40.000
Resultado do Exercício antes da Provisão do IRPJ E CSLL	**33.932.457**	**536.148**
Contribuição Social	(509.016)	(53.083)
IRPJ	(1.023.587)	(114.580)
Resultado Líquido do Exercício	**32.399.854**	**368.485**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	AFAC	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**35.064.451**	**38.969.663**	**4.727.719**	**690.953**	**(64.940.856)**	**14.511.929**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	3.986,94	–	–	–	3.987
Resultado do Período	–	–	–	–	368.485	368.485
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**35.064.451**	**38.973.650**	**4.727.719**	**690.953**	**(64.572.371)**	**14.884.402**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	–	–	–	–	–
Resultado do Período	–	–	–	–	32.399.854	32.399.854
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**35.064.451**	**38.973.650**	**4.727.719**	**690.953**	**(32.172.517)**	**47.284.256**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Descrição	2022	2021
Resultado do exercício	**32.399.854**	**368.485**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	2.647	3.909
Equivalência Patrimonial	87.817	(981.176)
Baixas de Ativos e Passivos	153.235	291.652
	243.699	**(685.615)**
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
(Aumento) redução no ativo		
Títulos a Receber CP / LP	(33.073.712)	1.901.521
Estoque de imóveis a comercializar	2.379.462	(367.052)
Despesas Antecipadas	14.470	(16.624)
Adiant.e Créditos c/Sócios/Parceiros	–	45.463
Depós. em Processos Trabalhista	(65.167)	59.613
Outros Créditos	341.371	12.555
Aumento (redução) no passivo		
Empréstimos e Financiamentos	444	–
Fornecedores	(17.312)	12.620
Contas a pagar	–	(3.372.982)
Obrigações tributárias	2.457.317	(74.645)
Salários, férias e encargos sociais	5.099	(3.488)
(=) Caixa líq. das ativ. operac.	**(27.958.026)**	**(1.803.020)**
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos		
Aquis.de bens do imobiliz.e intangível	–	(3.776)
Aum./Dim. em Invest. realizados	–	2.613.034
(=) Caixa líq. das ativ. de invest.	**–**	**2.609.258**
Fluxo de caixa das ativ.de financiamentos		
Receb. p/Integral. de Capital/AFAC	–	3.987
(=) Caixa líq. das ativ. de financ.	**–**	**3.987**
(=) Aum./(red.) líquido de caixa	**4.685.527**	**493.096**
Caixa no início do período	5.044.706	4.551.610
Caixa no final do período	9.730.234	5.044.706
(=) Aum./(red.) líquido de caixa	**4.685.527**	**493.096**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Contexto operacional: A TSA Holding S/A ('companhia') foi fundada em 02 de junho de 1961 e tem como objeto social: • A compra e venda de imóveis, excetuada a corretagem; • A participação em outras sociedades; • A administração de bens próprios; • A locação de imóveis. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com alterações dadas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração não efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis haja vista que ela própria é uma controlada parcial de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. **Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **1. Regime de escrituração contábil:** Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de 01 ano, contados a partir de 01 de janeiro de 2022, foram classificados como circulantes e os ativos realizáveis e passivos exigíveis com prazos superiores há 01 ano foram classificados no longo prazo. **2. Títulos a receber:** Os valores a receber de clientes são registrados pelo valor da venda dos imóveis, sendo composto por parcelas em aberto, vencidas e a vencer. A provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização destes créditos. **3. Imóveis destinados à venda:** Os estoques são representados por terrenos e estão registrados pelo valor de custo. **4. Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos referem-se a participações nas Sociedades em conta de Participação, SCP - TSA10 D9, SCP - TSA11 B2 e SCP - TSA T11N9. **5. Imobilizado e intangível:** É demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, pelas taxas que estão dentro dos limites aceitos pela legislação vigente, conforme Nota Explicativa nº 6. **6. Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos. **7. Credores diversos:** São valores compostos por dividendos deliberados e distribuídos os quais estão à disposição dos sócios. **8. Patrimônio líquido: 8.1 Capital social:** O capital social totalmente integralizado está dividido em 3.316.823 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.658.412 ações ordinárias e 1.658.411 ações preferenciais. **8.2 AFAC - Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital:** Adiantamentos efetuado pelos Acionistas a titulo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Administração

Fábio Penteado de Ulhoa Rodrigues
Diretor Superintendente - CPF: 054.394.078-04

Michelle Alves Gonçalves
Contadora - CRC: SP 237102/O-2 - CPF: 304.322.628-30

Bricor Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 03.207.055/0001-65

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2022	/2021
Circulante		**5.930.808,10**	**62.235,41**
Caixa e equivalentes de caixa		49.360,30	4.152,43
Impostos a Recuperar/Compensar		65.204,16	58.082,98
Dividendos a receber	3	5.816.243,64	0,00
Não circulante		**36.208.507,24**	**33.069.554,51**
Investimentos	4	22.554.130,01	19.415.177,28
Adiant.p/Fut.Aumento de Capital	4.1	21.693.677,38	21.693.677,38
Deságio sobre investimentos		(8.039.300,15)	(8.039.300,15)
Total do Ativo		**42.139.315,34**	**33.131.789,92**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		**685,07**	**10.063.143,37**
Fornecedores		276,00	276,00
Salários, férias e encargos sociais		375,72	341,00
Impostos e contribuições a recolher		33,35	22,81
Credores diversos	5	0,00	10.062.503,56
Patrimônio líquido		**42.138.630,27**	**23.068.646,55**
Capital Social Integralizado	6.1	8.824.724,00	8.824.724,00
Reserva de Capital		8.453.772,44	8.453.772,44
Reservas de Lucros		24.860.133,83	5.790.150,11
Total do Passivo e Patr. líquido		**42.139.315,34**	**33.131.789,92**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**8.824.724,00**	**8.453.772,44**	**15.275.271,20**	**32.553.767,64**
Lucro do período	–	–	12.779.729,13	12.779.729,13
Dividendos pagos	–	–	(22.264.850,22)	(22.264.850,22)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**8.824.724,00**	**8.453.772,44**	**5.790.150,11**	**23.068.646,55**
Lucro do período	–	–	20.347.533,17	20.347.533,17
Dividendos pagos	–	–	(1.277.549,45)	(1.277.549,45)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**8.824.724,00**	**8.453.772,44**	**24.860.133,83**	**42.138.630,27**

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receitas e Despesas Operacionais	**(17.716,21)**	**(23.567,69)**
Despesas Gerais Administrativas	(21.073,70)	(23.445,79)
Despesas Tributárias	(1.445,46)	(165,14)
Despesas Financeiras	(1.987,10)	(2.308,08)
Receitas Financeiras	6.790,05	2.351,32
Resultado Operacional	**(17.716,21)**	**(23.567,69)**
Equivalência Patrimonial	20.365.249,38	12.803.296,82
Resultado do Exercício antes da Provisão do IRPJ e CSLL	**20.347.533,17**	**12.779.729,13**
Contribuição Social	–	–
IRPJ	–	–
Resultado Líquido do Exercício	**20.347.533,17**	**12.779.729,13**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Descrição	2022	2021
Resultado do exercício	**20.347.533,17**	**12.779.729,13**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalência Patrimonial	(20.365.249,38)	(12.803.296,82)
	(20.365.249,38)	**(12.803.296,82)**
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
(Aumento) redução no ativo		
Impostos a Compensar	(7.121,18)	(2.466,00)
Dividendos a receber	(5.816.243,64)	13.256.578,15
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	–	(240,00)
Credores diversos	(10.062.503,56)	(9.405.912,08)
Obrigações tributárias	10,54	(8,85)
Salários, férias e encargos sociais	34,72	17,05
(=) Caixa líq. das ativ. operac.	**(15.885.823,12)**	**3.847.968,27**
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos		
Aum./Dim. em Invest. realizados	–	–
(=) Caixa líq. das ativ. de invest.	**–**	**–**
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos		
Dividendos Recebidos	(1.277.549,45)	18.439.184,15
Dividendos Pagos	17.226.296,65	(22.264.850,22)
(=) Caixa líq. das ativ. de financ.	**15.948.747,20**	**(3.825.666,07)**
(=) Aum./(red.) líquido de caixa	**45.207,87**	**(1.265,49)**
Caixa no início do período	4.152,43	5.417,92
Caixa no final do período	49.360,30	4.152,43
(=) Aum./(red.) líquido de caixa	**45.207,87**	**(1.265,49)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo a administração de bens próprios, a importação, exportação, industrialização e comércio de materiais de construção, e a participação em outras Sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com alterações dadas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pela Comissão dos Valores Mobiliários (CVM). A Administração não efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **2.2.1. Regime de escrituração contábil:** Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de 01 ano foram classificados como circulantes e os ativos realizáveis e passivos exigíveis com prazos superiores há 01 ano foram classificados no longo prazo. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. **2.2.2. Investimentos:** Refere-se a investimento em controladas, avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4. **2.2.3. Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos. **3. Dividendos a receber:** Representa o saldo a receber de lucros distribuídos das empresas com participações societárias. **4. Investimentos:** Os investimentos referem-se a participações nas empresas TSA Holding S/A (55,66%) e Prumo Empreendimentos e Participações Ltda. (55,66%). **4.1. AFAC - Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital:** Valores entregues para TSA Holding S/A, a título de adiantamento para futuro aumento de capital. **5. Credores diversos:** O valor representa créditos com os acionistas. **6. Patrimônio líquido: 6.1. Capital social:** O capital social é R$ 8.824.724 e está representado por 8.824.724 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 50% de ações ordinárias e 50% de ações preferenciais.

Administração

Fábio Penteado de Ulhôa Rodrigues - Diretor Vice-Presidente

Michelle Alves Gonçalves - Contadora - CRC SP 237102/O-2

"LEILÃO EXTRAJUDICIAL"UILIAN APARECIDO DA SILVA, Leiloeiro Oficial, Registrado na JUCESP sob n° 958, com escritório à Rua Peixoto Werneck, 330, Artur Alvim – São Paulo/SP, CEP 03568-060, Telefone (11) 2741-9515, e-mail – contato@leiloesgold.com.br, leva a conhecimento dos interessados, que realizará a PÚBLICO PREGÃO, pela rede mundial de computadores, leilão de público pregao o imóvel de Matricula nº 192.022 do 2º CRI de Ribeirão Preto, do loteamento Residencial Quinta da Mata, situado na Rua dezesseis, com encerramento em 1º leilão no dia 10/05/2023 às 14:00h, tendo sua data de encerramento em 2º leilão no dia 31/05/2023, a alienação dos imóveis consolidados na posse de propriedade de **PEREIRA ALVIM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 73.025.694/0001-95, com sede à AVENIDA PROFESSOR JOÃO FIÚSA, 2777, Jardim São Luiz - Ribeirão Preto - SP, 14024-250, que é parte integrante do EDITAL, na forma da lei 13.303, de 30.06.2016, Decreto 21.981 de 19.10.1932, decreto 22.427 de 01.02.1933, bem como pelas normas do edital e seus anexos. O inteiro teor do edital, e seus anexos estão disponíveis no portal www.leiloesgold.com.br. Informações pelo telefone (11) 2741-9515.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9178-F5BB-9FAC-017E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9178-F5BB-9FAC-017E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9178-F5BB-9FAC-017E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9178-F5BB-9FAC-017E

Hash do Documento

2F10B1FDC26A8012A6DE5DC2E509870DA0A1D436FE141816953ACEFEA9ABEB3A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:36 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA

Núcleo Engenharia Consultiva S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. (Companhia) relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

As expectativas de retomada da economia foram frustradas logo no início de 2022. Entre os motivos estão o desaquecimento econômico global, alavancado pela guerra entre Rússia e Ucrânia, as crises da cadeia de suprimentos, e, especificamente no Brasil, os impactos cumulativos da política monetária e das polarizações decorrentes das eleições presidenciais.

Mais uma vez a Companhia superou as adversidades e incertezas do mercado, apresentando um expressivo crescimento de 26% em relação ao ano anterior. O crescimento é resultado dos grandes investimentos na reestruturação das áreas, criação de novas filiais e diretorias e do direcionamento dos esforços no desenvolvimento do mercado privado.

A Companhia manteve todos os pressupostos de excelência na prestação dos seus serviços, com a manutenção do Sistema de Gestão Integrado e das Certificações ISO 9.001, 14.001 e 45.001 além da ISO 37.001 - Antissuborno, uma das únicas do setor no país a obter tal certificação. Nesse ano também se tornou um Organismo de Avaliação da Conformidade conforme a norma ISO 17.021-1. Além disso, encontram-se em pleno desenvolvimento ações internas, com participação efetiva dos colaboradores, que visam fortalecer os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em consonância com as orientações do Pacto Global da ONU.

A estabilidade temporária dos cenários político e econômico e a necessidade dos investimentos públicos e privados do país permitem um razoável otimismo para o setor em 2023. Além de um bom volume de novas operações a Companhia também tem boa expectativa com relação aos resultados econômico-financeiros. Os investimentos feitos em equipes e infraestrutura trarão um ganho de escala com o crescimento da receita e a otimização dos custos internos.

Agradecemos a dedicação de toda a nossa equipe ao longo do ano, bem como a todos os nossos clientes e parceiros de negócios.

São Paulo, 20 de abril de 2023.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	429.890	135.511
Contas a receber de clientes	5	38.821.148	28.352.427
Demais contas a receber		566.947	262.945
Partes relacionadas	6	-	750.686
		39.817.985	**29.501.569**
Não circulante			
Ativos financeiros	4	2.110.706	276.000
Contas a receber de clientes	5	14.265.201	14.730.975
Depósitos judiciais		122.856	180.688
Demais contas a receber		66.397	26.206
Partes relacionadas	6	8.917.341	5.879.758
		25.482.501	**21.093.627**
Imobilizado	8	2.205.372	1.966.411
Intangível	9	1.053.417	619.140
Arrendamento mercantil	7	1.709.159	820.711
		4.967.948	**3.406.262**
Total do ativo		**70.268.434**	**54.001.458**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		1.361.249	717.975
Financiamentos e empréstimos	10	12.429.571	7.931.495
Obrigações sociais	12	14.119.178	9.237.727
Obrigações tributárias	11	2.256.821	1.998.470
Parcelamentos de tributos	11	619.993	558.896
Arrendamento mercantil	7	957.420	821.223
Partes relacionadas		88.303	-
		31.832.535	**21.265.786**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	9.360.800	2.668.926
Parcelamentos de tributos	11	1.343.319	1.769.836
Arrendamento mercantil	7	976.433	325.964
Provisões para contingências trabalhistas	13	110.000	110.000
Provisões tributárias diferidas líquidas	14	5.144.789	524.789
		16.935.341	**5.399.515**
Patrimônio líquido			
Capital social		17.900.000	13.700.000
Reserva de capital		-	4.200.000
Reservas de lucros		3.600.558	9.436.157
Total do patrimônio líquido	15	**21.500.558**	**27.336.157**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**70.268.434**	**54.001.458**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)

				Reserva de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos 1º de janeiro de 2021		**13.700.000**	**2.300.000**	**1.128.868**	**7.201.929**	**-**	**24.330.797**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.105.360	1.105.360
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.900.000	-	-	-	1.900.000
Constituição de reserva legal		-	-	55.268	-	(55.268)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.050.092	(1.050.092)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**13.700.000**	**4.200.000**	**1.184.136**	**8.252.021**	**-**	**27.336.157**
AGE de 04/08/2022 aumento de capital social	15.a	4.200.000	(4.200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	235.301	235.301
Distribuição de lucros 2022		-	-	-	(6.070.900)	-	(6.070.900)
Constituição da reserva legal		-	-	11.765	-	(11.765)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	223.536	(223.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**17.900.000**	**-**	**1.195.901**	**2.404.657**	**-**	**21.500.558**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional bruta		**121.433.032**	**96.036.789**
Deduções da receita bruta		(18.155.039)	(12.097.120)
Receita operacional líquida	16	**103.277.993**	**83.939.669**
Custo de prestação de serviços	17	(82.874.731)	(70.853.314)
Lucro bruto		**20.403.262**	**13.086.355**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(16.849.439)	(9.418.310)
Lucro antes do resultado financeiro		**3.553.823**	**3.668.045**
Resultado financeiro líquido	19	(3.382.019)	(2.174.986)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**171.804**	**1.493.059**
Imposto de renda e contribuição social - diferido		116.570	(342.330)
(=) Lucro antes da participação nos lucros e resultados		**288.374**	**1.150.729**
Participação dos empregados nos lucros		(53.073)	(45.369)
Lucro líquido do exercício		**235.301**	**1.105.360**
Total de ações		17.900.000	13.700.000
Lucro por ação		0,01	0,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	235.301	1.105.360
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**235.301**	**1.105.360**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	235.301	1.105.360
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	719.375	570.785
Depreciação e amortização arrendamento	1.041.287	735.502
Provisão para juros incorridos sobre empréstimos	2.868.334	946.096
Decréscimo/(Acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(10.002.946)	(3.462.829)
Demais contas a receber	(2.121.067)	(175.905)
Arrendamento mercantil	(1.929.735)	(344.890)
(Decréscimo) Acréscimo em passivos		
Fornecedores	643.274	24.056
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.697.294)	(972.117)
Obrigações tributárias	4.512.931	1.590.111
Obrigações sociais	4.881.450	931.376
Arrendamento mercantil	786.666	(262.130)
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades operacionais	**(1.062.424)**	**685.415**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições ao imobilizado/intangível	(1.392.613)	(902.828)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.392.613)**	**(902.828)**
Das atividades de financiamentos:		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	32.490.219	7.305.806
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	(21.471.309)	(6.309.463)
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.900.000
Operações com partes relacionadas	(2.198.594)	(2.584.541)
Pagamentos de dividendos	(6.070.900)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**2.749.416**	**311.802**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**294.379**	**94.389**
No início do exercício	135.511	41.122
No final do exercício	429.890	135.511
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**294.379**	**94.389**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Núcleo Engenharia Consultiva S.A., com sede em São Paulo - SP, é uma empresa brasileira de engenharia consultiva, criada em 1990 e que tem como atividades preponderantes a elaboração de estudos, projetos, apoio técnico e gerenciamento de empreendimentos e programas. O portfólio da empresa abrange inúmeros empreendimentos, prioritariamente nos setores de indústria, óleo e gás, energia, infraestrutura, urbanismo e edificações. **1.1.** Durante o ano de 2022 a Companhia foi adaptando seu modelo operacional de remoto para híbrido, mantendo ao mesmo tempo, a prioridade no resguardo da saúde dos seus colaboradores e o eficiente atendimento aos seus clientes. Os investimentos em infraestrutura, especialmente na abertura de novas filiais, tecnologia e aumento do *headcount*, darão suporte ao novo patamar de faturamento esperado para 2023. A boa quantidade de assinaturas de novos contratos no 4º trimestre é uma forte indicação de que a Companhia atingirá um novo patamar de faturamento já a partir de 2023. O planejamento de 2023 contempla a continuidade dos investimentos, inclusive em processos e inovação, visando operações mais eficientes e rentáveis. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 20 de abril de 2023. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram suprimidas os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. **d) Demonstrações de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Transações em moedas estrangeiras:** A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outras contas a receber. • **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, obrigações tributárias e sociais e fornecedores. **3.2.3. Capital social:** As ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é registrada no resultado com base no método linear, levando em conta a vida útil econômica estimada de cada componente.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Aparelhos diversos	10%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.4. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma individual e coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.4.2. Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.6. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de execução (medição) do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e medições a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. **3.8. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente a tarifas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **3.10. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **3.11. Arrendamentos:** Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. Os contratos de arrendamento se encontram apresentados na Nota Explicativa nº 7. **3.12. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações** Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia e por suas controladas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Ativo circulante		
Caixa	42.600	10.200
Bancos	371.959	111.359
Aplicações financeiras	15.331	13.952
	429.890	**135.511**
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	2.110.706	276.000
	2.110.706	**276.000**

As aplicações financeiras de longo prazo se referem a: títulos de capitalização, podendo ser convertido em caixa a qualquer momento, ficando sujeito a restituição do valor inferior ao pagamento do título caso seja resgatado antes do término do prazo de vigência; e cessões fiduciárias vinculadas aos contratos de empréstimo das Instituições Financeiras, que podem ser liberadas proporcionalmente à redução dos saldos devedores dos referidos contratos de empréstimo.

5. Contas a receber de cliente

	2022	2021
Ativo circulante		
Medições a faturar	36.590.990	27.161.410
Faturas a receber	2.230.158	1.191.017
	38.821.148	**28.352.427**
Ativo não circulante		
Medições a faturar **(a)**	5.970.349	7.842.004
Retenções contratos de Clientes **(b)**	8.294.852	6.888.971
	14.265.201	**14.730.975**

(a) Os valores de medições a faturar registrados no ativo não circulante, são valores com prazo estimado de entrega e recebimento superior a 12 meses; e **(b)** Os valores das "Retenções Contratos de Clientes" são registrados pelo valor retido na liquidação das faturas recebidas. Estas retenções são definidas nas cláusulas contratuais de cada cliente como obrigação da Companhia pagar as verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias devidas aos colaboradores.

6. Partes relacionadas

	2022	2021
Ativo circulante		
Núcleo Holding Ltda. (i)	-	750.686
	-	**750.686**
Ativo não circulante		
Núcleo Holding Ltda. (ii)	8.917.341	5.879.758
	8.917.341	**5.879.758**

(i) Referem-se a operações de conta corrente entre partes relacionadas, sem atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado; e (ii) Referem-se a operações de mútuos com atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado.

7. Arrendamento Mercantil - IFRS 16

	2022	2021
Ativo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	3.368.758	2.558.688
(-) Depreciação de contrato de locação	(2.521.562)	(1.737.977)
	847.196	**820.711**
Contrato de locação - Imobilizado	979.745	-
(-) Depreciação de contrato de locação	(117.782)	-
	861.963	**-**
Total contratos de locação	**1.709.159**	**820.711**

Descrição	Contrato de locação de bens imobilizado	Contrato de locação de imóveis	Total
Custo ou custo atribuído			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**-**	**2.213.799**	**2.213.799**
Adições - Atualização contratual	-	344.889	344.889
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**2.558.688**	**2.558.688**
Adições - Atualização contratual	979.745	810.070	1.789.815
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**979.745**	**3.368.758**	**4.348.503**
Depreciação			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**-**	**(1.002.475)**	**(1.002.475)**
Depreciação no período	-	(735.502)	(735.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(1.737.977)**	**(1.737.977)**
Depreciação no período	(117.782)	(783.585)	(901.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(117.782)**	**(2.521.562)**	**(2.639.344)**

	Contrato de locação de bens imobilizado	Contrato de locação de imóveis	Total
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2021	**-**	**1.211.324**	**1.211.324**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**820.711**	**820.711**
Em 31 de dezembro de 2022	**861.963**	**847.196**	**1.709.159**

Passivo circulante	2022	2021
Contrato de locação - Imóveis	676.164	821.223
Contrato de locação - Imobilizado	281.256	-
	957.420	**821.223**
Passivo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	3.778.765	2.888.085
(-) Juros a apropriar sobre contrato de locação	(410.007)	(329.397)
(-) Pagamentos realizados	(2.682.202)	(1.699.904)
(+) Apropriação de juros	356.089	288.403
(-) Transferência para curto prazo	(676.163)	(821.223)
	366.482	**325.964**
Contrato de locação - Imobilizado	1.336.051	-
(-) Juros a apropriar sobre contrato de locação	(356.306)	-
(-) Pagamentos realizados	(160.771)	-
(+) Apropriação de juros	72.233	-
(-) Transferência para curto prazo	(281.256)	-
	609.951	**-**
Total contratos de locação	**976.433**	**325.964**

Ano	Valor
2024	540.613
2025	348.264
2026	44.636
2027	42.920
	976.433

8. Imobilizado

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Veículos	Aparelhos diversos	Computadores e periféricos	Instalações imóveis terceiros	Direito de uso	Marcas e patentes	Imóveis	Outros ativos	Total
Custo ou custo atribuído												
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**527.476**	**327.964**	**90.754**	**783.304**	**3.881**	**2.742.159**	**384.460**	**56.358**	**-**	**587.526**	**10.352**	**5.514.234**
Adições	11.228	43.734	-	408.950	-	213.892	-	-	-	-	26.864	704.668
Baixas	-	-	-	(223.000)	-	-	-	-	-	-	-	(223.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**538.704**	**371.698**	**90.754**	**969.254**	**3.881**	**2.956.051**	**384.460**	**56.358**	**-**	**587.526**	**37.216**	**5.995.902**
Adições	135.825	79.659	-	-	-	370.685	81.698	-	-	-	38.961	706.828
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**674.529**	**451.357**	**90.754**	**969.254**	**3.881**	**3.326.736**	**466.158**	**56.358**	**-**	**587.526**	**76.177**	**6.702.730**
Depreciação												
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(378.342)**	**(240.284)**	**(90.754)**	**(783.304)**	**(3.881)**	**(2.047.681)**	**(169.692)**	**-**	**-**	**(142.951)**	**-**	**(3.856.889)**
Depreciação no período	(25.763)	(19.534)	-	(79.158)	-	(215.375)	(32.273)	-	-	(23.499)	-	(395.602)
Baixas	-	-	-	223.000	-	-	-	-	-	-	-	223.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(404.105)**	**(259.818)**	**(90.754)**	**(639.462)**	**(3.881)**	**(2.263.056)**	**(201.965)**	**-**	**-**	**(166.450)**	**-**	**(4.029.491)**
Depreciação no período	(28.990)	(24.843)	-	(81.791)	-	(276.244)	(32.500)	-	-	(23.499)	-	(467.867)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(433.095)**	**(284.661)**	**(90.754)**	**(721.253)**	**(3.881)**	**(2.539.300)**	**(234.465)**	**-**	**-**	**(189.949)**	**-**	**(4.497.358)**
Valor contábil												
Em 1º de janeiro de 2021	**149.134**	**87.680**	**-**	**-**	**-**	**694.478**	**214.768**	**56.358**	**-**	**444.575**	**10.352**	**1.657.345**
Em 31 de dezembro de 2021	**134.599**	**111.880**	**-**	**329.792**	**-**	**692.995**	**182.495**	**56.358**	**-**	**421.076**	**37.216**	**1.966.411**
Em 31 de dezembro de 2022	**241.434**	**166.696**	**-**	**248.001**	**-**	**787.436**	**231.693**	**56.358**	**-**	**397.577**	**76.177**	**2.205.372**

A depreciação do imobilizado foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

9. Intangível

Descrição	*Software*	Marcas e patentes	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**859.955**	**553**	**860.508**
Adições	198.159	-	198.159
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.058.114**	**553**	**1.058.667**
Adições	685.787	-	685.787
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.743.901**	**553**	**1.744.454**
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(264.346)**	**-**	**(264.346)**
Amortização no período	(175.181)	-	(175.181)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(439.527)**	**-**	**(439.527)**
Amortização no período	(251.510)	-	(251.510)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(691.037)**	**-**	**(691.037)**
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2021	**595.609**	**553**	**596.162**
Em 31 de dezembro de 2021	**618.587**	**553**	**619.140**
Em 31 de dezembro de 2022	**1.052.864**	**553**	**1.053.417**

A amortização do intangível foi integralmente reconhecida no resultado do exercício. O montante de R$ 1.052.864 refere-se substancialmente a implantação de *software*, que está sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano. A amortização foi reconhecida no resultado do exercício como despesas administrativas no montante de R$ (251.510).

10. Financiamentos e Empréstimos

Natureza	Taxa de juros	2022	2021
Capital de giro - Banco do Brasil	4,21% a.m.	480.000	2.000.000
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	13,22% a.a. a 18,59% a.a.	2.480.055	959.801
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	6,01% a.a. + CDI a 6,45% + CDI	5.696.416	2.000.000
Célula de crédito bancário - Banco Santander	10,88% a.a. a 23,14% a.a.	4.754.421	3.841.799
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	13,76% a.a. a 25,34% a.a.	1.364.821	832.452
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	10,56% a.a.	12.930	154.693
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	21,70% a.a. a 25,90% a.a.	1.220.569	811.676
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	40,47% a.a.	673.188	-
Célula de crédito bancário - Banco C6 Bank	24,12% a.a. a 24,26% a.a.	5.107.971	-
		21.790.371	**10.600.421**
Circulante		**12.429.571**	**7.931.495**
Não circulante		**9.360.800**	**2.668.926**

O passivo não circulante no valor de R$ 9.360.800 tem vencimentos em 2024, 2025 e 2026 no valor de R$ 5.198.505, 3.650.317 e R$ 511.978, respectivamente.

	Saldo inicial	Captação empréstimos	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	4.000.000	12.530.000	1.036.532	(10.366.666)	(1.023.450)	6.176.416
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	154.692	-	13.979	(142.794)	(12.947)	12.930
Célula de crédito bancário - Banco Santander	3.841.799	5.024.475	795.191	(4.148.209)	(758.835)	4.754.421
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	832.453	1.002.222	88.508	(475.263)	(83.099)	1.364.821
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	959.801	1.750.510	195.743	(322.359)	(103.640)	2.480.055
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	811.676	1.048.083	125.304	(663.089)	(101.405)	1.220.569
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	-	6.052.929	535.889	(5.352.929)	(562.701)	673.188
Célula de crédito bancário - Banco C6 Bank	-	5.082.000	77.188	-	(51.217)	5.107.971
	10.600.421	**32.490.219**	**2.868.334**	**(21.471.309)**	**(2.697.294)**	**21.790.371**

Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil - imóveis, aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Itaú - aval; Banco Santander - título de capitalização e aval; Daycoval - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Sifra FIDC - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco C6 Bank - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; C6Bank - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval.

11. Obrigações tributárias

	2022	2021
Pis	565.064	82.510
Cofins	2.605.998	379.501
IRRF	3.674.110	949.841
ISS	2.256.821	2.012.072
IOF	51.585	45.987

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3CCE-5CC0-A1CA-4E0C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3CCE-5CC0-A1CA-4E0C.

...continuação

	2022	2021
Parcelamentos	1.963.312	2.328.732
Compensação de impostos	(6.923.292)	(1.481.675)
Outros	26.535	10.234
	4.220.133	**4.327.202**
Passivo circulante (Obrigações tributárias)	2.256.821	1.998.470
Passivo circulante (Parcelamento de tributos)	619.993	558.896
Passivo não circulante (Parcelamento de tributos)	1.343.319	1.769.836

12. Obrigações sociais; trabalhistas e previdenciárias	2022	2021
FGTS a recolher	525.467	323.395
INSS a recolher	2.582.158	617.685
Salários e ordenados	3.489.452	2.279.644
Provisão de férias e encargos sociais	7.381.522	5.935.530
Outros	140.579	81.473
	14.119.178	**9.237.727**

13. Provisões para contingências trabalhistas	2022	2021
Contingências	110.000	110.000
	110.000	**110.000**

A Companhia não possui processos em andamento com perspectivas de perdas possíveis.

14. Obrigações tributárias diferidas	2022	2021
Imposto de renda	1.946.074	1.754.640
Contribuição social	1.167.644	1.052.784
Pis	594.043	549.452
Cofins	2.755.134	2.530.810
IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais	-	(2.359.113)
Saldo de impostos a compensar	(1.318.106)	(3.003.784)
	5.144.789	**524.789**

Diferimento de impostos sobre prestação de serviços com contratos de clientes públicos. **(a) Saldos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	2022	2021
Prejuízo fiscal IRPJ	2.039.218	1.728.289
Base negativa da CSLL	742.758	630.824
	2.781.976	**2.359.113**
IRPJ - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	1.946.074	1.754.640
CSLL - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	1.167.644	1.052.784
	3.113.718	**2.807.424**

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	118.732	1.447.690
Adições no período	6.296.389	3.721.989
Exclusões no período	(7.658.837)	(5.533.292)
Prejuízo antes da compensação	**(1.243.716)**	**(363.613)**
Prejuízo fiscal	**(1.243.716)**	**(363.613)**
Alíquota fiscal combinada	**34%**	**34%**
Prejuízos fiscais e base negativa Acumulada	(8.252.872)	(7.009.156)
Diferenças permanentes líquidas	(24.000)	(24.000)
Imposto de renda e contribuição social creditados no resultado	**(2.781.976)**	**(2.359.113)**

Imposto de renda e contribuição social	2022	2021
Corrente	-	-
Diferido	116.570	(342.330)
	116.570	**(342.330)**

15. Patrimônio líquido; a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 17.900.000 (2021 - R$ 13.700.000) e representado por 17.900.000 (2021 - 13.700.000) ações com valor nominal de R$ 1,00. A Companhia celebrou em 07 de julho de 2022 o aumento no capital social mediante capitalização de aporte dos contratos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor de R$ 4.200.000 devidamente registrado na AGE em 04 de agosto de 2022. **b) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de retenção de lucros:** O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

16. Receita operacional líquida	2022	2021
Receita operacional bruta	121.433.032	96.036.789
(-) ISS sobre receita operacional	(5.725.073)	(4.401.194)
(-) Cofins sobre receita operacional	(8.517.533)	(6.323.139)
(-) PIS sobre receita operacional	(1.849.200)	(1.372.787)
(-) Medições não efetivadas	(2.063.233)	-
	103.277.993	**83.939.669**

17. Custo de prestação de serviços	2022	2021
Pessoal	(43.332.273)	(34.374.895)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(25.611.445)	(26.485.454)
Benefícios aos empregados	(5.561.136)	(5.072.317)
Terceiros	(5.022.178)	(3.669.586)
Locações e condomínio	(1.049.087)	(529.675)
Viagens	(1.536.402)	(597.050)
Cartórios, cópias e correios	(718.150)	-
Outras	(44.060)	(124.337)
	(82.874.731)	**(70.853.314)**

18. Despesas administrativas e gerais	2022	2021
Pessoal	(4.012.317)	(1.699.520)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(2.990.673)	(937.189)
Benefícios aos empregados	(933.023)	(438.242)
Terceiros	(2.846.076)	(1.839.599)
Locações e condomínio	(569.766)	(426.863)
Viagens	(203.355)	(22.961)
Cartórios, cópias e correios	(96.803)	(1.333.129)
Seguro	(253.088)	-
Processos Judiciais	(342.350)	-
Tributárias	(2.677.013)	(1.131.209)
Depreciação	(1.620.743)	(1.306.286)
Outras	(304.232)	(283.312)
	(16.849.439)	**(9.418.310)**

19. (Despesas) e receitas financeiras líquidas		
Despesas financeiras	**2022**	**2021**
Juros	(6.082.195)	(2.160.949)
Tarifas bancárias	(106.526)	(112.875)
Outros	(314.732)	(87.462)
	(6.503.453)	**(2.361.286)**
Receitas financeiras	**2022**	**2021**
Juros	990.201	104.078
Rendimentos financeiros	83.220	327
Rendimentos financeiros - Contratos públicos	1.882.456	-
Outros	165.557	81.895
	3.121.434	**186.300**
Resultado financeiro	**(3.382.019)**	**(2.174.986)**

20. Gestão de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento. Neste ponto, a Companhia também é beneficiada pelo fato de que os clientes são empresas de grande porte, sem históricos de inadimplência. **b) Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro):** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da empresa. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e) Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para o acionista e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar seguros de responsabilidade civil profissional para os riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui apólice de seguro contratada no mercado com Austral Seguradora S.A. com vigência de 09/08/2022 a 09/08/2023. O objeto do seguro é a reparação por erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia no exercício da ATIVIDADE PROFISSIONAL, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado previamente pela sociedade seguradora no limite de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e, consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes da Companhia. **22. Avais, fianças e garantias:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha ativos oferecidos em garantias a terceiros que se refere a um imóvel sob nº de registro/matrícula 82087 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Santos. **23. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. **Tema 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297:** Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. **Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227:** Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 1998, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a empresa não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última estância no STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com a seção 21 do CPC PME - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e seção 10 do CPC PME - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria

João Carlos Gomes - Contador CRC 1SP183927/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da

Núcleo Engenharia Consultiva S.A.

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador - CRC 1 SP 300564/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3CCE-5CC0-A1CA-4E0C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3CCE-5CC0-A1CA-4E0C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3CCE-5CC0-A1CA-4E0C ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3CCE-5CC0-A1CA-4E0C

Hash do Documento

CBEE52830D36B44A4D6FCD6783114D85D1D215B52625ADE0021CEF2FD8326F00

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:36 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

NOROMIX CONCRETO S.A.

CNPJ/MF 10.558.895/0001-38

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Disponível	4	65.151.779	1.861.950	153.319.031	2.137.035
Contas a Receber	5	39.071.567	70.821.098	41.445.552	72.247.595
Adiantamentos	7	27.882.113	8.086.735	28.430.546	8.086.735
Impostos a Recuperar	6	14.895.749	5.370.255	15.607.320	5.796.527
Estoques	8	6.398.280	7.550.708	16.792.058	9.127.109
Demais Créditos		1.432.951	650.122	1.432.951	6.581.122
Depósito Caução		13.204	13.204	13.204	13.204
Depósitos Judiciais		332.247	286.796	332.247	286.796
		155.177.888	**94.640.866**	**257.372.907**	**104.276.122**
Não Circulante					
Impostos a Recup		-	-	-	572
Demais Créditos LP		1.596.191	1.598.441	1.598.591	1.598.441
Investimentos	9	51.385.727	41.855.710	4.499.297	33.529.244
Imobilizado liquido	10	32.225.779	29.821.220	36.762.113	33.007.708
Intangível		37.262.154	37.262.154	37.297.095	37.297.095
		122.469.851	**110.537.524**	**80.157.095**	**105.433.060**
Total do ativo		**277.647.739**	**205.178.390**	**337.530.002**	**209.709.181**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Adiantamentos de Clientes		38.604.099	-	86.470.945	131.300
Fornecedores Nacionais	11	8.687.514	20.448.557	10.650.839	23.024.258
Obrigações Sociais a Recolher		2.090	60.200	9.491	67.170
Provisões Trabalhistas	13	213.876	154.455	304.912	154.455
Obrigações Fiscais a Recolher	12	2.298.924	7.429.160	5.865.201	7.716.395
Outras Contas a Pagar		64.651	38.387	5.445.340	355.827
Consórcios a Pagar		569.371	749.836	569.371	749.836
Empréstimos e Financiamentos	14	12.769.568	10.045.879	12.769.568	10.045.879
		63.210.095	**38.926.474**	**122.085.667**	**42.245.121**
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	14	2.884.325	8.641.288	2.884.325	8.641.288
Obrigações Fiscais a Recolher	12	16.250.801	15.937.517	16.250.801	15.937.517
Provisões P/ Contingências	15	188.042	168.585	280.042	168.585
Demais Débitos				475.222	914.210
		19.323.168	**24.747.391**	**19.890.390**	**25.661.601**
Patrimônio líquido					
Capital Social	16	49.778.608	24.888.902	49.778.608	24.888.902
Adiant. futuro aumento de Capital		-	24.889.706	-	24.889.706
Lucros / Prejuízos Acumulados		19.548.022	37.258.870	19.548.022	37.258.870
Lucros / Prejuízos do Exercício		79.305.107	7.984.308	79.305.107	7.984.308
Ajuste de Avaliação Patrimonial		46.482.739	46.482.739	46.482.739	46.482.739
Total do Patrimônio Líquido		**195.114.477**	**141.504.524**	**195.114.477**	**141.504.524**
Participação dos não controladores				439.469	297.935
Total do passivo e PL		**277.647.739**	**205.178.390**	**337.530.002**	**209.709.181**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido

Descrição	Capital social	Lucro/ prejuízo acumulado	Lucro/prejuízo do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**44.227.480**	**29.606.243**	**7.100.909**	**9.220.585**	**90.155.218**
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.551.128				5.551.128
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		7.100.909	(7.100.909)		-
Transferência para reservas		290.186			290.186
Ajuste de avaliação Patrimonial				37.262.154	37.262.154
Ajuste de Exercícios Anteriores			261.532		261.532
Resultado do Exercício			7.984.308		7.984.308
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**49.778.608**	**36.997.338**	**8.245.840**	**46.482.739**	**141.504.525**
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		7.984.308	(7.984.308)		-
Reversão de reservas		(30.000.580)			(30.000.580)
Ajuste de Exercícios Anteriores		4.305.424			4.305.424
Resultado do Exercício			79.305.107		79.305.107
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**49.778.608**	**19.286.490**	**79.566.639**	**46.482.739**	**195.114.477**

Demonstrações dos Resultados

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional liquida	344.933.922	164.706.490	449.224.784	175.757.111
Custos dos produtos vendidos	(258.760.470)	(106.381.137)	(269.003.301)	(110.069.281)
Lucro bruto	**86.173.452**	**58.325.353**	**180.221.484**	**65.687.830**
Despesas Operacionais	(84.507.842)	(56.352.335)	(99.637.311)	(56.551.984)
Resultado de Equivalência Patrimonial	79.827.557	7.727.113	999.733	724.594
	(4.680.285)	**(48.625.222)**	**(98.637.578)**	**(55.827.391)**
Resultado Operacional	**81.493.167**	**9.700.131**	**81.583.906**	**9.860.439**
Receitas Financeiras	4.498.097	4.574.517	11.168.995	5.113.374
Despesas Financeiras	(6.822.388)	(7.735.644)	(7.333.233)	(7.746.889)
Lucro Operacional	**79.168.876**	**6.539.003**	**85.419.668**	**7.226.924**
Receitas não Operacionais	136.231	1.495.913	136.231	1.495.917
Despesas não Operacionais	-	-	-	-
	136.231	**1.495.913**	**136.231**	**1.495.917**
Contribuição Social	-	(18.978)	(1.786.124)	(206.035)
Imposto de Renda	-	(31.631)	(3.806.598)	(400.048)
Participação dos não controladores	-	-	(658.069)	(132.451)
Lucro Líquido do Exercício	**79.305.107**	**7.984.308**	**79.305.107**	**7.984.308**

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
das atividades operacionais				
Vendas de Obras, Produtos e Serviços	1.234.090.438	260.829.217	1.344.288.985	271.007.387
Pagamento. a Fornecedores/ CPV	(367.178.714)	(106.381.137)	(390.096.156)	(112.670.663)
Pagamento de Obrigações Sociais	(2.899.480)	(1.324.120)	(4.539.458)	(1.397.688)
Pagamento de Tributos	(56.237.340)	(56.151.555)	(64.751.873)	(57.334.770)
Outros Pagamentos Operacionais	(734.924.073)	(106.132.830)	(740.803.720)	(106.819.887)
Caixa líquido das atividades operacionais	**72.850.831**	**(9.160.426)**	**144.097.778**	**(7.215.622)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	3.525.840	4.274.381	3.525.840	4.274.381
Recebimento de Dividendos			112.760.268	
Aumento de capital em coligadas				-
Aquisição de debêntures e investimentos financeiros a longo prazo		1.596.368		1.596.368
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado	(8.815.279)	(3.014.125)	(10.459.930)	(4.014.857)
Outros Pagamentos de Atividades e Investimentos Realizados		(1.873.180)		(2.669.763)
Caixa liquida das atividades de investimentos	**(5.289.440)**	**983.444**	**105.826.178**	**(813.870)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de Capital	24.889.705		31.141.795	6.000.000
Recebimento - Empréstimos (Bancos)	13.186.133	10.779.155	13.802.253	10.779.155
Recebimento - Empréstimos adquirido do grupo	-	46.097.981	1.699.528.964	109.967.716
Recebimento - Empréstimos efetuado ao grupo	628.576.949	8.619.866	628.576.949	48.230.330
Empréstimos - Efetuado ao Grupo	(648.351.090)	(44.145.438)	(648.833.395)	(83.755.902)
Pagamento de Amortização - Empréstimos - (Banco)	(18.056.866)	(9.175.478)	(18.988.784)	(9.175.478)
Pagamento de Amortização – Empréstimos adquirido - (Grupo)	-	(10.216.837)	(1.639.189.178)	(79.991.464)
Pagamentos de amortização - FINAME	(4.516.394)		(4.516.394)	
Lucros Distribuídos			(160.264.171)	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(4.271.563)**	**1.959.249**	**(98.741.960)**	**2.054.357**
Variação liquida do caixa	**63.289.829**	**(6.217.732)**	**151.181.995**	**(5.975.135)**
Saldo Inicial	**1.861.950**	**8.079.682**	**2.137.035**	**8.112.170**
Saldo final	**65.151.779**	**1.861.950**	**153.319.031**	**2.137.035**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional A Noromix Concreto S.A. "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelas as práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09 e cuja finalidade é a preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimentos para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comercio varejista de areia e pedra, execução de obras de construção civil, saneamento básico, terraplanagem, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros, incorporações, parcelamento de solo para loteamento, compras e vendas de imóveis, comercio de materiais para construção em geral, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprios, prestação de serviços, locação e Administração de bens móveis e imóveis, comercio de materiais de sinalização e segurança em geral, prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defensas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviço na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas, prestação de serviços em equipe padrão, limpeza de bueiros e bocas de lobo, hidro jateamento, limpeza de esgotos, locação de caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carrocerias, caçamba, tratores, varredores, incineração de lixo hospitalar, esterilização de lixo hospitalar, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres e indústria e comércio de produtos asfálticos. A Companhia possui três controladas diretas denominadas: • **Serra Geral Administração e Participações Ltda**, **Pavimentare Infraestrutura Ltda e Mineração Água Amarela Ltda,** que são sociedades empresárias de responsabilidade limitada, onde 100% de suas cotas pertencem à Noromix Concreto S/A. As empresas **Serra Geral e Pavimentare** possuem o objeto social de execução e gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infra estruturas, saneamento básico, terraplanagem, urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros; locação e Administração de bens moveis e imóveis, de máquinas e equipamentos, caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredores, reboques, semi-reboques e similares, sem operador; comércio varejista areia, pedra e materiais para construção em geral; parcelamento de solo para loteamento e incorporações; prestação de serviços com equipe padrão, limpeza de fachadas, bueiros e bocas de lobo, hidro-jateamento, limpeza de esgotos, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres; serviços de coleta, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio; prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defenzas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviços na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas. A empresa **Mineração Água Amarela** possui o objeto social de de exploração, beneficiamento e comercialização de minerais e minérios no território nacional, envolvendo navegação interior e lacustre para o seu transporte Através de sua controlada "Serra Geral", a companhia possui controle indireto sob as sociedades listadas abaixo, as quais encontram-se consolidadas nestas Demonstrações Financeiras: **Helsinque Participações Ltda.** – 100% de suas cotas pertencentes à Serra Geral Administração e Participações Ltda, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades como sócia, ou acionista. **Aporte Construção e Urbanização Ltda.** - 99% de suas cotas pertencentes à Helsinque Participações Ltda; que tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, Saneamento Básico, Terraplanagem, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **Obras e Serviços Fator S/A** - 99% de suas cotas pertencem à Aporte Construção e Urbanização Ltda, e 1% de suas cotas pertencem à Helsinque Participações Ltda. Tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros. **a) Demonstrações contábeis individuais** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **b) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. Os Ativos e Passivos vencíveis até 31/12/2022 foram classificados como Circulante enquanto os vencíveis após essa data como Não Circulante; **c) Demonstração do resultado do exercício** Estruturada em conformidade com as disposições contidas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis no Brasil. O resultado do exercício de 2022 foi apresentado um lucro no valor de R$ 79.305.107. **d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **e) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Noromix. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Apuração do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **c) Contas a receber** São apresentadas aos valores presente e de realização. **d) Estoques** Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **e) Investimentos em controladas** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição. **f) Imobilizado f1 Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico reavaliado ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **f2 Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **f3 Depreciação** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota 10. **g) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **h) Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Noromix possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **k) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **l) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **3.1. Novos pronunciamentos contábeis** IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º/01/2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º/01/2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados, exceto em relação às variações no valor justo dos contratos futuros de câmbio, que serão reconhecidos nos custos da reserva de hegde. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º/01/2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/ CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu que não haverá impacto da adoção das novas normas para o exercício atual. Não há outras normas e/ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **4. Disponível** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa	82.112	73.767	171.204	98.947
Banco Bradesco	179	1.951	325	6.605
Banco do Brasil	5.439	219	156.405	369
Banco Itaú	143	2.311	143	2.311
Caixa Econômica Federal	-	-	5.044	-
Sicoob Credlider	247.245	69.884	255.534	72.237
Banco Daycoval	30.360	665	30.362	4.727
Titulo de Capiltalização	-	1.200.000	-	1.200.000
Aplicação Bradesco	966.282	433.952	990.086	587.295
Aplicação Daycoval	63.820.000	79.200	95.759.890	164.544
Outras Aplicações	20	-	55.950.037	-
	65.151.779	**1.861.950**	**153.319.031**	**2.137.035**

5. Contas a receber As contas a receber estão representadas como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cheques Pré-datados	2.021.470	3.166.500	2.248.868	3.166.500
Duplicatas a Receber	15.499.964	16.487.865	15.793.317	16.487.865
Duplicatas a Receber - Construtoras	6.598.847	24.385.550	8.452.081	25.812.046
Duplicatas a Receber - Usinas	1.567.986	5.291.687	1.567.986	5.291.687
Duplicatas a Receber- Obras Andamento	13.811.740	22.546.145	13.811.740	22.546.145
Cheques Devolvidos	1.405.896	1.015.461	1.405.896	1.015.461
Duplicatas Descontadas	-1.834.337	-2.072.111	-1.834.337	-2.072.111
	39.071.567	**70.821.098**	**41.445.552**	**72.247.595**

6. Impostos à recuperar Os impostos a recuperar estão representados como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
CSLL / COFINS / PIS A RECUPERAR	371	371	371	371
ICMS a Recuperar	9.456.962	2.500.569	9.459.887	2.500.569
INSS a Recuperar	184.196	181.136	869.489	606.950
IRPJ a Recuperar	30.004	30.004	30.004	30.004
IRRF a Recuperar	96.313	94.867	112.548	94.870
ISSQN a Recuperar	33.741	33.741	33.741	33.741
COFINS a Recuperar	4.136.379	2.029.439	4.136.379	2.029.439
PIS a Recuperar	899.997	442.341	900.452	442.796
Impostos Federais a Recuperar	57.786	57.786	57.786	57.786
Impostos e Taxas	-	-	6.664	-
	14.895.749	**5.370.255**	**15.607.320**	**5.796.527**

A Noromix efetuou estudos para a realização desses créditos e possui expectativa de realização dos mesmos ao longo do próximo ano, por isso nenhuma provisão para perda foi constituída. Com base neste estudo foram classificados o montante de R$ 14.895.749. **7. Adiantamentos** Os demais ativos referem-se a adiantamentos, como demonstrado abaixo:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Adiantam. Funcionarios	4.990	5.000	5.327	5.000
Adiantamento a Fornecedores	27.843.340	8.069.199	28.371.530	8.069.199
Adiantamento de Ferias	33.783	12.536	53.689	12.536
	27.882.113	**8.086.735**	**28.430.546**	**8.086.735**

8. Estoques Os estoques de mercadorias foram avaliados pelo método conhecido como custo médio. A provisão para perdas será constituída, quando aplicável, com base em análise sobre itens obsoletos e/ou com baixa movimentação.

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Estoque Areia Fina / Média/ Grossa	361.718	67.324	1.493.609	67.324
Estoque De Materia Prima	1.764.625	1.965.077	1.764.625	2.451.261
Estoque Oleo Diesel	158.358	100.125	170.935	100.125
Estoque Pedra Britada	962.091	1.946.793	962.091	1.946.793
Estoque Produtos Acabados Pre-Moldados	3.151.488	3.471.388	3.151.488	3.471.388
Estoque de Imóveis p/ venda	-	-	9.249.309	1.090.218
	6.398.280	**7.550.708**	**16.792.058**	**9.127.109**

9. Investimentos Os Investimentos estão representados como segue:

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Participações Societárias (i)	50.567.967	41.266.211	-	30.225.597
Invest. Diversos - Sicred/ Sicoob	34.107	32.136	35.962	32.721
Imóveis para Locação	-	-	3.329.682	2.713.563
Bens destinados à venda	55.000	-	405.000	-
Consórcios a contemplar	728.653	557.364	728.653	557.364
	51.385.727	**41.855.710**	**4.499.297**	**33.529.244**

(i) Movimentação das participações societárias:

	Serra Geral Administração e Particip. Ltda	Pavimentare Infraestrutura Ltda	Mineração Água Amarela Ltda	Debêntures	Total
Participação no capital social	100%	100%	100%		
Saldo em 31/12/2021	**11.265.631**			**30.000.580**	**41.266.211**
Aquisição de novas Participações		5.000.000	350.000		5.350.000
Resultado Equivalência patrimonial	80.264.964	3.034.502	(80.742)		83.218.724
Dividendos Distribuídos	(47.792.477)	(2.779.000)			(50.571.477)
Adiantamento p/ fut. Aum. Capital			1.305.089		1.305.089
Reversão/ baixa de bêntures				(30.000.580)	(30.000.580)
Saldo em 31/12/2022	**43.738.117**	**5.255.502**	**1.574.347**	**-**	**50.567.967**

10. Imobilizado O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: construções - 4%; máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e instalações - 10% e veículos, viaturas a 20%.

Descrição	Controladora 2022 Valor Líquido	Depreciações	Aquisições e Baixas	Controladora 2021 Valor Líquido	Consolidado 2022 Valor Líquido	Consolidado 2021 Valor Líquido
Computadores e Periféricos	**176.281**	(52.339)	64.193	**164.427**	176.281	164.427
Ferramentas e Acessórios	**14.294**	(4.012)	-	**18.306**	14.294	18.306
Imóveis	**1.069.399**	-	-	**1.069.399**	1.069.399	1.069.399
Instalações	**188.306**	(26.337)	42.662	**171.981**	193.071	171.981
Máquinas e Equipamentos	**13.563.917**	(1.979.384)	(1.755.080)	**17.298.382**	16.925.158	19.850.704
Marcas e Patentes	**990**	-	-	**990**	990	990
Móveis e Utensílios	**45.255**	(6.903)	7.913	**44.245**	46.029	44.245
Veículos	**7.946.752**	(815.905)	6.929.752	**1.832.905**	9.116.306	2.467.071
	23.005.194	**(2.884.880)**	**5.289.440**	**20.600.635**	**27.541.528**	**23.787.123**

Imobilizado Para Fins de Valor Justo:

Descrição	Controladora 2022			Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Imóveis	6.230.034	-	-	6.230.034	6.230.034	6.230.034
Máquinas e Equipamentos	(718.298)	-	-	(718.298)	(718.298)	(718.298)
Veículos	3.708.849	-	-	3.708.849	3.708.849	3.708.849
	9.220.585	**-**	**-**	**9.220.585**	**9.220.585**	**9.220.585**
	32.225.779			**29.821.220**	**36.762.113**	**33.007.708**

11. Fornecedores Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Os pagamentos são realizados conforme os prazos médios de vencimento, que variam entre 60 e 90 dias, os quais condizem com o saldo dos fornecedores a pagar em 31/12/2022.

Descrição	Controlada 2022	Controlada 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores	8.687.514	20.448.557	10.650.839	23.024.258
	8.687.514	**20.448.557**	**10.650.839**	**23.024.258**

12. Obrigações fiscais a recolher Os Impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da Folha de Pagamento e os incidentes sobre as atividades que são o objeto da empresa, calculados de acordo com as bases legais tributarias vigentes, incluindo as retenções sobre serviços tomados, quando aplicável. Após o difícil cenário dos anos anteriores, o exercício de 2022 foi marcado pela grande redução dos impostos acumulados da companhia e suas controladas, obtida através de pagamentos, repactuações e parcelamentos concedidos principalmente pelo governo federal, que possibilitaram a regularização e o equilíbrio fiscal dos compromissos tributários da companhia.

• Curto Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cofins A Recolher	-	380.313	762.077	467.278
Pis A Recolher	-	82.401	165.120	101.243
CSLL a Recolher	-	19.959	949.164	59.551
Contribuição Sind/ Assist/ Conf.	19.948	8.393	24.734	8.393
ICMS A Recolher	-	-	66	66
Csll / Cofins / Pis	11.231	53.491	14.959	53.933
Fgts A Recolher	-	11.370	-	11.370
Inss A Recolher	25.729	28.460	69.312	44.444
IRPJ s/ lucro a Recolher	-	33.266	1.114.930	144.442
Inss Retido S/Nf A Recolher	445.482	411.378	504.064	413.213
Irrf A Recolher	35.928	32.903	60.818	33.430
Issqn A Recolher	325.503	177.379	764.852	189.185
Parc. Estaduais	15.083	14.290	15.083	14.290
Parcelamentos Fazendários	419.808	4.080.035	419.808	4.080.035
Parc. Fazendario Refis Copa	184.444	138.153	184.444	138.153
Parcelamentos Previdenciários	223.972	817.382	223.972	817.382
Pert - Parc. Fazendario Rfb	375.395	990.549	375.395	990.549
Pert - Parc. Previdenciario	216.402	149.437	216.402	149.437
	2.298.924	**7.429.160**	**5.865.201**	**7.716.395**

• Longo Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Parc Estaduais Pep	38.804	54.792	38.804	54.792
Parc Fazendarios	10.216.788	9.634.468	10.216.788	9.634.468
Parc Previdenciários	914.811	1.059.355	914.811	1.059.355
Pert-Parc Fazendario	4.585.595	4.489.282	4.585.595	4.489.282
Pert-Parc Previdenciario	494.804	699.620	494.804	699.620
	16.250.801	**15.937.517**	**16.250.801**	**15.937.517**

13. Provisões trabalhistas O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Provisao de Ferias	157.819	113.811	228.261	113.811
Provisao de Fgts S/Ferias	12.626	9.985	18.261	9.985
Provisao de Inss S/Ferias	43.432	30.658	58.390	30.658
	213.876	**154.455**	**304.912**	**154.455**

14. Empréstimos e financiamentos As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

• Curto Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cheques a Compensar	204.000	-	204.000	-
Financiamentos Imobilizados	5.450.694	2.139.762	5.450.694	2.139.762
Emprestimos e Financ. Bradesco	-	3.792.018	-	3.792.018
Emprestimos e Financ. Daycoval	4.493.766	1.498.896	4.493.766	1.498.896
Emprestimos e Financiamentos	2.621.109	2.615.203	2.621.109	2.615.203
	12.769.568	**10.045.879**	**12.769.568**	**10.045.879**

• Longo Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Financ. Imobilizados	692.304	2.369.777	692.304	2.369.777
Emprestimos e Financ Daycoval	843.225	2.255.845	843.225	2.255.845
Empréstimos e Financiamentos	1.348.796	4.015.666	1.348.796	4.015.666
	2.884.325	**8.641.288**	**2.884.325**	**8.641.288**

15. Contingências legais A NOROMIX CONCRETO S.A. está envolvida em diversos processos em andamento, os quais vêm se discutindo questões das áreas cíveis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como judicial. Os processos estão amparados por pareceres jurídicos, e aguardando definições de suas demandas. As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Foram realizadas as Provisões até 31/12/2022, totalizando o valor de R$ 188.042 para as contingências que foram avaliadas com as possibilidades de perdas para a NOROMIX CONCRETO S.A., segundo definições de nossa Assessoria Jurídica. **16. Patrimônio líquido** O Capital Social é de R$ 49.778.608, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2022, pertencentes a acionistas domiciliados no país. **17. Eventos Subsequentes** Em 31/12/2022 até a data finalização da auditoria 28/03/2023, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Diretoria	Pablo Alexandre Ruvieri Toschi - Diretor - CPF: 224.078.028-29
Contadora	Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC Nº 1SP238551/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da NOROMIX CONCRETO S.A. CNPJ: 10.558.895/0001-38 Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações contábeis das individuais e consolidadas da Companhia **Noromix Concreto S.A.**, identificada como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva às demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia **Noromix Concreto S.A.,** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** a) A Empresa (controladora) ainda não adotou em sua totalidade das novas regras contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente em relação às práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09. b) Apesar da falta de controles internos sobre algumas contas contábeis, a Empresa (controladora), após intervenção, implantou um projeto de reestruturação administrativa e operacional, visando melhoria do seu sistema de Controles Internos e política de governança. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Outros Assuntos** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em março de 2022.

Bebedouro-(SP), 28 de março de 2023.

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B0E9-CFC1-66E1-8874.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B0E9-CFC1-66E1-8874.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B0E9-CFC1-66E1-8874 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B0E9-CFC1-66E1-8874

Hash do Documento

2D6FE7D47DAE6BD923FC7FAED2FA13226381B7194A4AEDC3F4FF29DA3DC73DA2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

CNPJ nº 08.652.138/0001-87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS - R$)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	2.719	2.108
Contas a receber de clientes	6	713	1.028
Créditos tributários a compensar	-	-	31
Adiantamentos	-	17	17
Despesas antecipadas	-	65	56
		3.514	3.240
Ativo não circulante			
Partes Relacionadas	13	9.977	-
Titulos e Valores Mobiliarios	-	19	-
Intangível	7	23.405	23.786
		33.401	23.786
Total do ativo		36.915	27.026

Passivo	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Empréstimos	8	9.352	5.962
Fornecedores	9	498	580
Obrigações trabalhistas e sociais	10	508	453
Obrigações fiscais	11	190	157
Parcelamentos de impostos	12	761	743
IR e contribuição social	16	661	515
Adiantamento de clientes		-	41
		11.970	8.451
Passivo não circulante			
Empréstimos	8	16.667	6.019
Fornecedores	9	-	162
Parcelamentos de impostos	12	2.045	2.532
Lucros e dividendos a distribuir	13	-	1.533
Provisão para contingências	14	292	282
Outros débitos		91	53
		19.095	10.581
Patrimônio líquido	15		
Capital social		4.875	4.875
Reservas de lucros		975	3.119
		5.850	7.994
Total do passivo e do patrimônio liquído		36.915	27.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado

	Nota	2022	2021
Receita operacional liquída	17	21.298	12.308
Custo dos serviços prestados	18	(6.822)	(5.630)
Resultado operacional bruto		14.476	6.678
Despesas administrativas e gerais	19	(2.768)	(1.458)
Outras receitas (despesas) operacionais		(9)	18
Resultado antes do resultado financeiro		11.699	5.238
Receitas financeiras		66	85
Despesas financeiras		(2.925)	(1.725)
Resultado financeiro líquido	20	(2.859)	(1.639)
Resultado antes dos impostos		8.840	3.599
IR e contribuição social	16	(2.493)	(1.455)
Lucro líquido do exercício		6.347	2.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.347	2.144
Resultado abrangente total	6.347	2.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Reserva de Lucros		
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2020	4.875	975	801	6.651
Lucro líquido do exercício	-	-	2.144	2.144
Distribuição de dividendos	-	-	(801)	(801)
Saldo em 31/12/2021	4.875	975	2.144	7.994
Lucro líquido do exercício	-	-	6.347	6.347
Distribuição de dividendos desproporcionais	-	-	(6.904)	(6.904)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	(1.587)	(1.587)
Saldo em 31/12/2022	4.875	975	-	5.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.347	2.144
Ajustes para reconciliação do resultado		
Depreciação e amortização	1.636	1.584
Imposto de renda e contribuição social	2.493	1.455
Juros sobre empréstimos	2.985	993
Reversão (contistuição) de provisão para contigência	10	192
Constituição (reversão) de provisão para crédito de liquidação duvidosa	443	77
	13.914	6.445
(Aumento) / Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(128)	(343)
Créditos tributários a compensar	31	(31)
Adiantamentos	-	(17)
Despesas antecipadas	(9)	16
Titulos e Valores Mobiliarios	(19)	-
Aumento / (Redução) dos passivos		
Fornecedores	(244)	(79)
Obrigações trabalhistas e sociais	55	52
Impostos e contribuições a recolher	33	(60)
Parcelamento de impostos	(469)	1.081
Outras contas a pagar	38	(15)
Adiantamento de clientes	(41)	11
Juros pagos	(2.013)	(993)
Imposto de renda e contribuição social	(2.347)	(1.339)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.801	4.728
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições de intangível	(1.255)	(410)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(1.255)	(410)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos distribuídos	(10.024)	(1.000)
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	(9.977)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	20.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.934)	(2.200)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	(6.935)	(3.200)
Aumento (diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa	611	1.118
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.108	990
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.719	2.108
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	611	1.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 E 2021 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A **CTRC - Concessionária do Terminal Rodoviário de Campinas S.A.** ("CTRC" ou "Companhia") foi constituída em 08/02/2007, com sede na Rua Dr. Pereira Lima 000, Terminal Rodoviário na cidade de Campinas/SP, com o objetivo social de explorar sob regime de concessão, os serviços públicos de operação, administração, manutenção, conservação e comercial do terminal rodoviário de Campinas/SP. A Empresa pertence às Sociedades L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo e a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Os serviços contratados pela Prefeitura Municipal de Campinas através do contrato número 13/2007 assinado em 27/02/2007, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de concorrência Pública número 037/2006, são por outorga de concessão a título oneroso. O prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do referido contrato de concessão. A Companhia deu início às suas atividades operacionais em 01/07/2008. A Companhia possui suporte financeiro das acionistas L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda., Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas das dívidas. **2. Base de Preparação:** *a) Declaração de conformidade:* As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23/03/2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. *b) Base de mensuração:* As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. *c. Moeda funcional e moeda de apresentação:* As demonstrações financeiras *são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da* Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *d) Uso de estimativas e julgamentos:* Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. *e) Julgamentos:* Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluí*das nas seguintes notas explicativas:* • Nota explicativa n° 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa; • Nota explicativa n° 7 - Definição de vida útil do ativo intangível; e • Nota explicativa n° 14 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências e principais premissas sobre a probabilidade de magnitude de saída de recursos. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. *a) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Esta escolha é feita por investimento individualmente. *(iii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos. *(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR* - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. *Ativos financeiros a custo amortizado* - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida a VJORA* - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. *Instrumentos patrimoniais a VJORA* - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. *(v) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(vi) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. *(vii) Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos de *hedge. b) Ativos intangíveis:* A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: *(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistema informatizados* São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. *(ii) Direito de exploração de infraestrutura:* O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é de 30 anos, conforme prazo do contrato de concessão. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. *c) Redução do valor recuperável- Impairment: Ativos financeiros não derivativos:* Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não considera em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. *d) Demais ativos circulantes e não circulantes:* São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. *e) Provisões:* Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. *f) Provisões de manutenção - Contratos de concessão:* As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Na há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31/12/2022 e 2021 com relação a este assunto. *g) Demais passivos circulantes e não circulantes:* São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. *h) Impostos de renda e contribuição social:* O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende ao imposto de renda corrente reconhecido no resultado. Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda e no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamento sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. *i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):* A infraestrutura, dentro do alcance de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. *j) Receita operacional:* (i) Embarque e utilização do terminal: As receitas decorrentes de embarque e utilização do terminal são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados. (ii) Receita de aluguel: A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com Companhias de transporte, lojas, e restaurantes localizados no terminal rodoviário é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. (iii) Serviços aos usuários: A receita de serviços prestados de guarda-volumes, estacionamento, utilização de sanitários e banho aos usuários do terminal rodoviário é reconhecida no resultado no momento que o serviço é prestado. k) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, as variações cambiais passivas e as tarifas bancárias. *l) Gerenciamento do risco financeiro: (i)* Estrutura do gerenciamento de risco: A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. (iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. (iv) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa. **4. Novos Normativos Contábeis:** Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • Contratos de seguro (alterações à IFRS 17 e à IFRS 4); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e à Declaração de Práticas IFRS); • Emendas à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Joint Venture e à IAS 28/CPC 18 (R2); • Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de Políticas Contábeis; • IFRS Practice Statement 2 Emendas à IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contabilísticas; • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações à IAS 1); • Definição de estimativas contabilísticas (alterações à IAS 8); e • Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações à IAS 12). **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	2022	2021
Caixa	1	1
Bancos	1.701	1.218
Aplicações financeiras	983	862
Numerários em trânsito	34	27
	2.719	2.108

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 10% e 100% da SELIC. Seu aumento ocorreu, principalmente, pela retomada gradual das atividades da Companhia ao longo de 2022 e 2021. **6. Contas a Receber de Clientes:** *a. Composição dos saldos:*

	2022	2021
Locações a receber	1.647	1.519
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(934)	(491)
	713	1.028

b. Abertura por idade do contas a receber:	2022	2021
A vencer	735	510
Vencidos de 1 a 30 dias	35	36
Vencidos de 31 a 120 dias	92	371
Vencidos de 121 a 180 dias	55	112
Vencidos acima de 181 dias	730	491
	1.647	1.519

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando, principalmente, os títulos vencidos há mais de seis meses. Os valores provisionados são considerados suficientes pela Administração para suprir as eventuais perdas da realização dos créditos e leva em conjunta a particularidade do negócio em sua determinação. *c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:*

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	(491)	(413)
Reversão (constituição)	(443)	(78)
Saldo em 31 de dezembro	(934)	(491)

7. Intangível: O saldo do ativo intangível correspondente a software e à concessão para exploração da infraestrutura e apresentam as seguintes composições: *a. Composição dos saldos:*

	2021	2022		
	Valor líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23.566	44.127	(21.403)	22.724
Móveis e utensílios	63	512	(411)	101
Máquinas e equipamentos	140	5.050	(4.711)	339
Equipamentos de informática	16	689	(631)	58
Software	2	300	(117)	183
	23.786	50.678	(27.273)	23.405

b. Movimentação do custo do ativo intangível:

	2021			2022
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.417	710	-	44.127
Móveis e utensílios	462	50	-	512
Máquinas e equipamentos	4.792	266	(8)	5.050
Equipamentos de informática	638	51	-	689
Software	114	186	-	300
Obras em Andamento	-	907	(907)	-
	49.423	2.170	(915)	50.678

c. Movimentação da amortização do ativo intangível

	2021			2022
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(19.851)	(1.553)	-	(21.404)
Móveis e utensílios	(399)	(12)	-	(411)
Máquinas e equipamentos	(4.652)	(67)	8	(4.711)
Equipamentos de informática	(622)	(9)	-	(631)
Software	(112)	(4)	-	(116)
	(25.636)	(1.645)	8	(27.273)

Em função do contrato de concessão do Terminal Rodoviário firmado pela Companhia, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. A interpretação técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos. O contrato de concessão firmado entre o Poder Concedente, sendo a Prefeitura de Campinas - SP, e a CTRC Concessionária do Terminal Rodoviário de Campinas S.A., denominada Concessionária, não prevê o reembolso financeiro dos investimentos efetuados na construção do Terminal Rodoviário. Diante disso, a Companhia não reconhece ativo financeiro decorrente do referido contrato de concessão. Conforme descrito no contrato, o termo de compromisso firmado pela Companhia é a construção do terminal rodoviário, incluindo obras de infraestrutura, aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos, rede lógica, painéis eletrônicos, circuitos fechados de monitoramento - CFTV e outros itens que incorporam a infraestrutura do terminal. O valor global estimado é de R$ 470.000 equivale à remuneração total do contrato de concessão durante o período de 30 anos. Na cláusula sétima, parágrafo 17.1, do contrato de concessão foi determinado à reversão dos bens adquiridos ou construídos, incluindo instalações, equipamentos, sistemas, maquinários, móveis e utensílios, ao Poder Concedente no término do prazo do contrato de concessão. O montante registrado no ativo intangível corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de utilização do terminal rodoviário. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, determinado pela cláusula sexta, parágrafo 16.1 do contrato de concessão, sendo de 30 anos, a amortização desse ativo intangível é realizada de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo e o benefício econômico esperado até o término da concessão. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, concedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente, que regulamenta a desvinculação de bens da concessão do Terminal Rodoviário, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o impairment dos bens com a vida útil definida, em 31/12/2022 e 2021. **8. Empréstimos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 21.

Passivo circulante	Taxa	2022	2021
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - cessão de recebíveis	CDI+3%	6.019	11.683
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	CDI + 1,94%	-	298
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	CDI + 3,54%	3.333	-
		9.352	11.981
Passivo não circulante			
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	CDI + 3,54%	16.667	-
		16.667	-
Total		26.018	11.981

A Companhia mantém em seus empréstimos garantias e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas, quantitativas e qualitativas, referente aos empréstimos foram integralmente cumpridas pela Companhia em 31/12/2022 e 2021. *a. Garantias de cessão de direitos:* Os empréstimos vigentes possuem como garantias o total dos recebíveis no período vigente do contrato (100% do total arrecadado, dos créditos futuros de que a Companhia é titular, oriundos da concessão de serviços públicos para operação, administração, manutenção, conservação e exploração econômica e comercial do Terminal Rodoviário de Campinas, conforme disposto no Termo de Contrato nº 13/2007). *b. Cláusulas restritivas (covenants):* Na falta de cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, de forma individual ou conjunta pelo emitente, avalista(s) e interveniente(s), que façam parte do contrato, ou no caso de ocorrência de qualquer das hipóteses enunciadas nos artigos 1.425 e 333 do Código Civil Brasileiro, poderá ser considerada vencidas as obrigações assumidas e ser exigido o total da dívida e execução das garantias, independente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. A Diretoria monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Companhia. Em 16/12/2022, a Companhia efetuou a contratação junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A - BANRISUL, no total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) que serão amortizados em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas através da Tabela SAC, tendo como o primeiro vencimento em 10/04/2023. A taxa de juros de 0,2900% (zero vírgula, cinquenta e quatro por cento) ao mês e correspondendo a 3,54% (três vírgula cinquenta e quatro por cento) ao ano. As obrigações assumidas no instrumento firmado com o BANRISUL, exige além do pagamento total da dívida e a execução de garantias, independente de aviso a notificação judicial ou extrajudicial, ou ainda: i. Se não forem cumpridas quaisquer das obrigações ou prazos previstos no presente instrumento; ii. Se inadimplirem qualquer obrigação de quaisquer outros instrumentos firmados com o BANRISUL; iii. Se (a) pessoa jurídica, for declarada a recuperação judicial ou extrajudicial, (b) se pessoa física, tornarem-se insolventes; iv. Se sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometam o cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento; v. Uma vez excedido o limite de crédito aberto ao (à) EMITENTE; vi. Se tiverem seus nomes inscritos no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos; vii. Ocorrer fato que possa das causas à diminuição do patrimônio, ou venha em desabono do conceito cadastral do (a) EMITENTE, tomando duvidoso o empreendimento ou a segurança de quaisquer das obrigações assumidas perante o BANRISUL; viii. Cisão, fusão ou, ainda, incorporação do (a) EMITENTE por outra companhia; ix. Alteração, direta ou indireta, do controle societário/acionário do (a) EMITENTE; x. Alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social do (a) EMITENTE que altere substancialmente as suas atividades; xi. Redução do capital social do (a) EMITENTE. *c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:*

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	11.981	14.181
Captações	20.000	700
(+) Carência sobre captação	-	-
(-) Pagamento do principal	(6.934)	(1.946)
(-) Pagamento de juros	(2.013)	(993)
Provisão de juros	2.985	39
Saldo de 31 de dezembro	26.019	11.981

d. Cronogramas de vencimentos

	2022	2021
2022	-	5.962
2023	9.352	6.019
2024	4.444	-
2025	4.444	-
2026 a 2027	7.779	-
	26.019	11.981

9. Fornecedores:	2022	2021
Fornecedores	452	677
Outros	46	64
	498	742
Circulante	498	580
Não circulante	-	162
	498	742

Os saldos a pagar a fornecedores não apresentam concentração e são representados por compras de materiais e equipamentos para construção do terminal rodoviário e contas a pagar a autarquias municipais.

10. Obrigações Trabalhistas e Sociais:	2022	2021
Provisão de férias	220	207
Salários e ordenados a pagar	113	90
INSS sobre férias	65	56
INSS a recolher	57	45
FGTS sobre férias	17	16
FGTS a recolher	17	15
Empréstimos consignados	10	10
IRRF sobre a folha de pagamento	9	9
Autonomos a Pagar	-	5
	508	453

Em 31/12/2022 a Companhia possuía 75 funcionários (70 em 31/12/2021).

11. Obrigações Fiscais:	2022	2021
ISSQN a recolher	78	66
PIS e COFINS a recolher	79	65
Impostos retidos a recolher	33	26
	190	157

12. Parcelamentos de Impostos:	2022	2021
Parc. Nº 10830-406880/2021-48	718	821
Imposto de Renda	659	796
PERT - Lei 13.496/17	497	524
IRPJ e CSLL Nº 004.941.895	343	362
Contribuição Social	246	298
INSS - 2021	120	166
INSS - 2022	31	83
Cofins s/ Faturamento	120	145
Pis s/ Faturamento	26	31
Pis e Cofins Nº 004.940.079	46	49
	2.806	3.275
Circulante	761	743
Não circulante	2.045	2.532
	2.806	3.275

Os parcelamentos simplificado de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo o saldo total sido parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados **à** partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19/07/2002). O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo o saldo total sido parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19/07/2002). O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi aderido em consonância com a LEI Federal nº 13.496/17, na qual a Companhia parcelou IRPJ de periodos anteriores tendo como o saldo total parcelado em 150 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente. O cronograma previsto de vencimento das obrigações de parcelamentos a pagar está descrito a seguir:

	2022	2021
2022	-	743
2023	761	685
2024	730	658
2025	695	631
2026 a 2030	620	558
	2.806	3.275

13. Partes Relacionadas: *a. Transações com partes relacionadas no ativo:*

	2022	2021
Ativos		
L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda	3.492	-
Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda.	3.492	-
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	2.993	-
	9.977	-

Refere-se a mútuos com sócios e empresas ligadas, sem correção de juros e sem data prevista para liquidação. A Companhia não espera ter perdas na realização desses ativos. *b. Transações com partes relacionadas no passivo:*

	2022	2021
Saldo em 1º de Janeiro	1.533	1.732
Dividendos do exercício de 2020 provisionados	-	801
Dividendos do exercício de 2021 provisionados	2.144	-
Distribuição de dividendos mínimos	1.587	-
Antecipações de dividendos	4.760	-
Pagamento de dividendos	(10.024)	(1.000)
Saldo em 31 de dezembro	-	1.533

c. Remuneração da Administração: Conforme o acordo entre as sócias quotistas, as remunerações aos dirigentes da Companhia são de responsabilidade de cada sócia, portanto nenhuma despesa e indenização a título de remuneração aos dirigentes foram reconhecidas pela Companhia. *d. Despesas de gerenciamento e Administração:*

	2022	2021
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	2.310	1.180
	2.310	1.180

Mensalmente a Companhia remunera a quotista Socicam - Administração, Projetos e Representações Ltda., pela prestação de serviços e gerenciamento e administração nos seguintes montantes: 10% sobre o resultado operacional e 4% sobre a receita líquida. *e. Controladora:* A Companhia é controlada em conjunto por suas sócias L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda., Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. **14. Provisão para Contigências:** Com base em análise das demandas judiciais pendentes quanto às ações cível, tributárias e trabalhistas, com base na avaliação de cada causa e experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Administração decidiu constituir provisão para as referidas causas, cujas perdas foram avaliadas por seus assessores jurídicos como prováveis, no montante de R$ 292 (R$ 282 em 2021), conforme demonstrado abaixo:

	2021	Adição	Reversão	2022
Cível	-	8	-	8
Trabalhista	282	125	(123)	284
	282	133	(123)	292

As ações em curso em 31/12/2022, que possuem o risco de perda classificado como possível totalizam R$ 266 (R$ 210 em 31 de dezembro de 2021). Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. **15. Patrimônio Líquido:** *a. Capital social:* O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2022 e 2021 está representado por 4.875.000 ações, com o valor nominal de R$ 1,00 por ação, no montante de R$ 4.875. As ações correspondentes a cada sócia são representadas abaixo:

	Quotas (em milhares)			
	2022	%	2021	%
L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda.	1.706,50	35	1.706,50	35
Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda.	1.706,50	35	1.706,50	35
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	1.462,00	30	1.462,00	30
	4.875,00	100	4.875,00	100

b. Dividendos: Conforme previsto no estatuto social da Companhia, 25% do lucro anual deve ser destinado a título de dividendos a distribuir aos seus acionistas. No exercício encerrado em 31/12/2022 este montante foi de R$ 1.586 (R$ 536 em 2021), respectivamente, conforme segue:

	Valores
Resultado do exercício	6.347
(-) constituição da reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	6.347
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	25%
	1.587

Adicionalmente, no exercício findo em 31/12/2022, foi aprovado pelos sócios a distribuição de dividendos desproporcionais no montante de R$6.904, os quais foram distribuídos e abatidos da reserva de lucros. *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 referida reserva não foi constituída pelo fato de ter atingido seu limite de acordo com as regras vigentes. *d. Reserva de retenção de lucros:* A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a compensação de prejuízos, constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária. **16. Imposto de Renda e Contribuição:** O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	2022	2021
Resultado antes do IR e CS	22.949	13.251
Alíquota fiscal combinada	32%	32%
IR e CS pela alíquota combinada	(7.344)	(4.240)
IR e CS	(2.493)	(1.455)
Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar	661	515

17. Receita Operacional Líquida: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Receita bruta		
Embarque e utilização do terminal	14.366	7.904
Locações	6.667	3.965
Serviços a usuários	1.881	1.258
Cartões e recargas	5	11
Ordens de serviços	16	7
Outras	64	324
	22.999	13.469
Abatimentos		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(1.651)	(942)
(-) Serviços cancelados	(50)	(219)
	(1.701)	(1.161)
Receita operacional líquida	21.298	12.308

Embarque e utilização do terminal: São valores cobrados dos usuários para embarque no terminal rodoviário. São três tipos de tarifas: curta distância, longa distância (regulamentadas e com valores calculados pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado) e Federal (regulamentada e com valores calculados pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). As receitas de embarque sofreram oscilações positivas em comparação ao exercício anterior, em função da retomada gradual das atividades da Companhia. *Locações:* São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal rodoviário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia. As receitas acessórias do terminal, sofreram oscilações positivas em comparação ao ano anterior em função da retomada gradual das atividades da Companhia. *Serviços a usuários:* São serviços oferecidos a usuários do terminal rodoviário, como uso de sanitário, banho, estacionamento, guarda-volume, cartões telefônicos e recarga de telefones celulares. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. **18. Custo Dos Serviços Prestados:** A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021:

	2022	2021
Salários e ordenados	(1.783)	(1.851)
Amortização e depreciação	(1.644)	(1.584)
Serviços públicos	(1.183)	(1.049)
Serviços contratados	(3.382)	(965)
Outros custos com colaboradores	(457)	(393)
Férias e 13º salário	(476)	(393)
Outorga, taxas e participações	(459)	(266)
Outros custos	2.562	871
	(6.822)	(5.630)

Os custos de operação da Companhia referem-se basicamente a custos fixos. Por esse motivo, mesmo com o expressivo aumento nas receitas durante o exercício corrente, os custos da Companhia não sofreram grandes oscilações. **19. Despesas Administrativas e Gerais:** A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021:

	2022	2021
Gerenciamento e administração	(2.310)	(1.180)
Despesas gerais	(6)	(201)
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	(443)	(77)
Outras provisões	(9)	-
	(2.768)	(1.458)

20. Resultado Financeiro Líquido:	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de juros	37	74
Receita de aplicações financeiras	29	11
	66	85
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(2.013)	(993)
Descontos concedidos a clientes	(6)	(82)
Despesas bancárias	(385)	(13)
Outras despesas financeiras	(521)	(637)
	(2.925)	(1.725)
Resultado financeiro líquido	(2.859)	(1.639)

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C9CB-8AF8-B343-BA12.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C9CB-8AF8-B343-BA12.

...continuação

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A. - CNPJ nº 08.652.138/0001-87

21. Instrumentos Financeiros: *a) Risco de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, o risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi: A Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições contábeis, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	1.736	1.246
Aplicações financeiras	983	862
Contas a receber	713	1.028
	3.432	3.136

b) Risco de liquidez: Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31/12/2022 e 2021:

(i) Ativos financeiros:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.736	1.246
Aplicações financeiras	983	862
Contas a receber	713	1.028
	3.432	3.136

(ii) Passivos financeiros:

	2022				
Passivo financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6-12 meses	Maior 12 meses
Empréstimos	26.019	26.019	4.676	4.676	16.667
Fornecedores	498	498	417	81	-

	2021				
Passivo financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6-12 meses	Maior 12 meses
Empréstimos	11.981	11.981	2.981	2.981	6.019
Fornecedores	580	580	445	135	-

c) Hierarquia dos instrumentos financeiros: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos e sua hierarquia: • Nível 1 - Preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços • Nível 2 - Outros, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. Nível 3 - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos *d) Valor justo dos instrumentos financeiros:* As aplicações contábeis, são registradas pelo valor justo por meio do resultado e classificados como Nível 2. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil. **22. Compromissos Vinculados a Contratos de Concessão:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 2% do faturamento bruto efetivamente obtido mensalmente advindo da exploração do terminal rodoviário de Campinas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Os valores estão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 18). **23. Cobertura de Seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Leandro Antônio Grisi - Diretor

Rodrigo Fernandes de Toledo - Diretor

Eduardo Buzam Júnior - Contador - CRC 1SP243887/O-3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras: Aos acionistas e administradores da **CTRC - Concessionária do Terminal Rodoviário de Campinas S.A -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **CTRC - Concessionária do Terminal Rodoviário de Campinas S.A** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CTRC - Concessionária do Terminal Rodoviário de Campinas S.A** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23/03/2023.

Verdus Auditores Independentes - CRC 2SP027296/O-2

Ricardo José Patine Filho - Sócio - CRC 1SP252050/O-9

Ricardo Augusto de Souza - Diretor - CRC 1SP258186/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C9CB-8AF8-B343-BA12.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C9CB-8AF8-B343-BA12.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C9CB-8AF8-B343-BA12 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C9CB-8AF8-B343-BA12

Hash do Documento

C197E6FB34CC4A27DAE99C3B7BBF7FBD56CAB0943D0692A1A9C3586CC81712E3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

CNPJ nº 44.661.671/0001-79

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS - R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.212	-
Contas a receber de clientes	5	2.444	-
Adiantamentos		15	-
Despesas antecipadas		30	1
		3.701	**1**
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	13	-	10
Imobilizado	6	1.589	-
Intangível líquido	7	9.248	-
		10.837	**10**
Total do ativo		**14.538**	**11**

Passivo	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	8	995	1
Obrigações trabalhistas e sociais	9	1.363	-
Obrigações fiscais	10	520	-
Adiantamento de clientes	12	101	-
Outros débitos		2	-
Parcelamento de Impostos	11	251	-
		3.232	**1**
Passivo não circulante			
Dividendos a pagar	14.c	135	-
Parcelamento de Impostos	11	941	-
Partes relacionadas	13	3.564	-
		4.640	-
Patrimônio líquido			
Capital social	14.a	6.234	10
Reserva legal	14.b	29	-
Reserva de lucros		402	-
		6.665	**10**
Total do passivo e do patrimônio liquído		**14.538**	**11**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Receita operacional líquida	16	19.268	-
Custo dos serviços prestados	17	(18.586)	-
Resultado operacional bruto		**682**	**-**
Despesas administrativas e gerais	18	(84)	-
Outras receitas operacionais	19	681	-
Resultado antes das do resultado financeiro		**1.279**	**-**
Receitas financeiras		103	-
Despesas financeiras		(520)	-
Resultado financeiro líquido	20	**(417)**	**-**
Resultado antes dos impostos		**862**	**-**
Imposto de renda e contribuição social	15	(296)	-
Lucro (prejuízo) do período		**566**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2022	2021 (Não auditado)
Lucro (prejuízo) do período	566	-
Resultado abrangente total	**566**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social: Capital social	Capital social: A integralizar	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Capital social	100	-	-	-	-	100
Capital social a integralizar	-	(90)	-	-	-	(90)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	**100**	**(90)**	**-**	**-**	**-**	**10**
Integralização de capital social	31.073	(24.849)	-	-	-	6.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	566	566
Destinação para reserva legal	-	-	29	-	(29)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(135)	(135)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	402	(402)	-
Saldo em 31/12/2022	**31.173**	**(24.939)**	**29**	**402**	**-**	**6.665**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) do período	566	-
Ajustes para reconciliação do resultado		
Depreciação e amortização	223	-
Amortização de Outorgas	238	-
Imposto de renda e contribuição social	296	-
	1.323	**-**
(Aumento) / Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.444)	-
Adiantamentos	(15)	-
Despesas antecipadas	(29)	(1)
Aumento / (Redução) dos passivos		
Fornecedores	994	1
Obrigações trabalhistas e sociais	1.363	-
Obrigações fiscais	520	-
Parcelamento de impostos	251	-
Outras contas a pagar (Resp.com Terceiros)	4	-
Adiantamento de clientes	101	-
Imposto de renda e contribuição social	(296)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.771**	**-**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Partes relacionadas	10	-
Adições de intangível	(9.486)	-
Adições de ativo Imobilizado	(1.812)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(11.288)**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Partes relacionadas	3.564	(10)
Parcelamento de Impostos	941	-
Integralização de capital social	6.224	10
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	**10.729**	**-**
Aumento (diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**1.211**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.212	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**1.212**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Informações Contábeis em 31/12/2022 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Spe Aeroportos Paulista ASP S.A. ("Companhia") *é uma sociedade anônima de capital fechado,* foi constituída em 22/12/2021, com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Bela Cintra, 1149 - 8º andar - bairro da Consolação, localizada no estado de São Paulo, tendo como objetivo social, (i) a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração comercial do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência - anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (ii) a exploração de serviços de estacionamentos; (iii) serviços auxiliares ao transporte aéreo. Os serviços contratados pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP através do contrato nº 0465/ARTESP/2022 assinado em 15/02/2022, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2021. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, a partir da data de eficácia da concessão, sendo que a Companhia deu início às suas atividades operacionais em 01/04/2022. Os aeroportos integrantes sobre a interveniência - anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP denominado "Bloco Noroeste" são: (i) Aeroporto Estadual Paulino Ribeiro de Andrade "Aeroporto de Andradina"; (ii) Aeroporto Estadual de Dario Guarita "Aeroporto de Araçatuba"; (iii) Aeroporto Estadual Marcelo Pires Halzhausen "Aeroporto de Assis"; (iv) Aeroporto Estadual Chafei Amsei "Aeroporto de Barretos"; (v) Aeroporto Estadual Moliterno de Dracena "Aeroporto de Dracena"; (vi) Aeroporto Estadual Doutor Ramalho Franco "Aeroporto de Penápolis"; (vii) Aeroporto Estadual Geraldo Moacir Bordon "Aeroporto de Presidente Epitácio"; (viii) Aeroporto Estadual Adhemar de Barros "Aeroporto de Presidente Prudente"; (ix) Aeroporto Estadual Professor Eribelto Manoel Reino "Aeroporto de São José do Rio Preto"; (x) Aeroporto Estadual José Vicente Faria Lima "Aeroporto de Tupã"; (xi) Aeroporto Estadual Domingos Pignatari "Aeroporto de Votuporanga". A Companhia pertence às sociedades, Socicam Infraestrutura e Participações Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo e DIX Empreendimentos Ltda. com sede na cidade de Recife no Estado de Pernambuco. A Companhia possui suporte financeiro das acionistas Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., e DIX Empreendimentos Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas das dívidas. **2. Base de Preparação:** ***a) Declaração de conformidade:*** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23/03/2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***b) Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. ***c) Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***d) Uso de estimativas e julgamentos:*** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***e) Julgamentos:*** Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluí*das nas seguintes notas explicativas:* • Nota explicativa n° 7 - Definição de vida útil do ativo intangível; • Nota explicativa nº 22 - Contingências. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. ***a) Instrumentos financeiros:*** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. ***Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de impairment):*** *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. *Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis):* No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31/12/2022. ***b) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). ***c) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: *(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistema informatizados.* São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. *(ii) Direito de exploração de infraestrutura:* O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é de 30 anos, conforme prazo do contrato de concessão. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. *d) Demais ativos circulantes e* ***não*** *circulantes:* São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. *e) Provisões:* Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. *f) Provisões de manutenção - Contratos de concessão:* As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. N**ão há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 3**0 de dezembro de 2022 com relação a este assunto. *g) Benefícios a empregados:* Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *h) Demais passivos circulantes e* n**ão** *circulantes:* São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. *I) Impostos de renda e contribuição social:* O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende ao imposto de renda corrente reconhecido no resultado. Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas **às** posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda e no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamento cobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. ***J) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)****:* A infraestrutura, dentro do alcance de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. ***k) Receita operacional*****:** (i) Embarque e utilização do terminal: As receitas provenientes da cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros **são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas**. (ii) Tarifas de pouso e permanência: As receitas relativas à utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave **são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas**. (iii) Receita de aluguel: A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. ***l) Receitas financeiras e despesas financeiras:*** As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, descontos concedidos a clientes e as tarifas bancárias. ***m) Novos normativos contábeis****:* Novas normas, alterações e interpretações **à** normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • Contratos de seguro (alterações à IFRS 17 e à IFRS 4); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e à Declaração de Práticas IFRS); • Emendas à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Joint Venture e à IAS 28/CPC 18 (R2); • Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de Políticas Contábeis; • IFRS Practice Statement 2 Emendas à IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contabilísticas; • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações à IAS 1); • Definição de estimativas contabilísticas (alterações à IAS 8); e • Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações à IAS 12). **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	2022	2021 (Não auditado)
Bancos	19	-
Aplicações financeiras	1.193	-
	1.212	**-**

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 10% A 100% Da Selic. **5. Contas a Receber de Clientes:** *a. Composição dos saldos:*

	2022	2021 (Não auditado)
Clientes	1.637	-
Locações a receber	881	-
Outras contas a receber	4	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(78)	-
	2.444	**-**

b. Abertura por idade do contas a receber:

	2022	2021 (Não auditado)
A vencer	2.022	-
Vencidos de 1 a 30 dias	182	-
Vencidos de 31 a 120 dias	268	-
Vencidos de 121 a 180 dias	25	-
Vencidos acima de 181 dias	25	-
	2.522	**-**

c. *Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:*

	2022	2021 (Não auditado)
Saldo em 31/12/2021.	-	-
Reversão (constituição)	(78)	-
Saldo em 31/12/2022	(78)	-

6. Imobilizado:

	2021 (Não auditado)	2022 Adições	2022 Baixas	2022 Saldo líquido
Custo				
Máquinas e equipamentos	-	766	-	766
Móveis e utensílios	-	23	-	23
Computadores e periféricos	-	1.036	-	1.036
Benfeitorias	-	7	-	7
	-	**1.832**	**-**	**1.832**
Depreciação				
Máquinas e equipamentos	-	(93)	-	(93)
Móveis e utensílios	-	(1)	-	(1)
Computadores e periféricos	-	(149)	-	(149)
	-	(243)	-	(243)
Imobilizado líquido	**-**	**1.589**	**-**	**1.589**

7. Intangível: O saldo do ativo intangível correspondente concessão para exploração da infraestrutura apresentam as seguintes composições: *a. Composição dos saldos:*

	2021 (Não auditado)	2022 Adições	2022 Baixas	2022 Saldo líquido
Direito de Exploração de Serviços Públicos- outorga	-	8.553	(238)	8.315
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Software	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	933	-	933
	-	**9.486**	**(238)**	**9.248**

b. Movimentação do custo do ativo intangível:

	2021	2022 Adições	2022 Baixas	2022 Saldo
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	-	8.553	-	8.553
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Software	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	933	-	933
	-	9.486	-	9.486

c. Movimentação da amortização do ativo intangível :

	2021	2022 Adições	2022 Baixas	2022 Saldo
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	-	(238)	-	(238)
	-	**(238)**	**-**	**(238)**

Em função do contrato de concessão do Complexo Aeroportuário do Bloco Noroeste, o ativo intangível é registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. A interpretação técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras(i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos. Na cláusula décima segunda, parágrafo 12.2, do contrato de concessão foi determinado que todos os bens que integram ou venham a integrar a esta concessão, bem como as respectivas benfeitorias serão considerados "Bens reversíveis" ao Poder Concedente ao término do prazo do contrato de concessão. O valor das parcelas dos investimentos vinculados a "Bens reversíveis" ainda não amortizados ou depreciados será apurado a partir do ativo intangível da CONCESSIONÁRIA, e tendo como termo final a data da notificação da extinção do contrato à CONCESSIONÁRIA, considerando as regras contábeis, notadamente a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, devidamente atualizado conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização. Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

8. Fornecedores:

	2022	2021 (Não auditado)
Fornecedores	899	-
Outros	95	-
	994	**-**
Circulante	994	-
Não circulante	-	-
994	**-**	

Os saldos a pagar a fornecedores não apresentam concentração e são representados por compras de materiais, equipamentos e serviços destinados à operação da Companhia.

9. Obrigações Trabalhistas e Sociais:

	2022	2021 (Não auditado)
Provisão de férias e encargos	667	-
Salários e ordenados	411	-
INSS a recolher	174	-
FGTS a recolher	54	-
Outros	54	-
Pensão alimenticia a pagar	2	-
Empréstimo consignado	1	-
	1.363	**-**

Em 31/12/2022 a Companhia possuía 153 colaboradores (0 em 31/12/).

10. Obrigações Fiscais:

	2022	2021 (Não auditado)
ISSQN a recolher	69	-
PIS e COFINS a recolher	195	-
IRPJ a recolher	127	-
CSLL a recolher	47	-
Impostos retidos a recolher	82	-
	520	**-**

11. Parcelamento de Impostos:

	2022	2021 (Não auditado)
Pis parcelamento	140	-
Cofins parcelamento	646	-
INSS parcelamento	406	-
	1.192	**-**
Circulante	251	-
Não circulante	941	-
	1.192	**-**

Os parcelamentos simplificado de Pis e Cofins, foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19/07/2002). O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19/07/2002). **12. Adiantamento de Clientes:** O saldo do adiantamento de clientes, registrado no montante de R$ 101 é representado por recebimentos referente a cauções de locação. **13. Partes Relacionadas:** *a. Transações com partes relacionadas:*

	2022	2021 (Não auditado)
Ativos		
Dix Empreendimentos Ltda.	-	10
	-	**10**
Passivos		
Socicam Administração, Projetos. e Representação. Ltda.	379	-
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	1.439	-
Dix Empreendimentos Ltda.	1.746	-
	3.564	**-**
Total líquido	**3.564**	**10**

Correspondem a operações de mútuo com os acionistas, substancialmente, para suprimento de caixa da Companhia, sem cláusulas de reajustes ou prazos de vencimentos. Por esse motivo, estão classificados no não circulante. **14. Capital Social:** a) As ações correspondentes a cada sócia são representadas abaixo:

	Quotas (em milhares) 2022	%	2021	%
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	3.180	51%	5	51%
Dix Empreendimentos Ltda.	3.054	49%	5	49%
	6.234	100%	10	100%

Conforme 1ª alteração de seu contrato social, em 03/01/2022, foi autorizado o aumento de capital no montante de R$ 31.073, o qual foi parcialmente integralizado o montante de R$ 6.234 na mesma data. O capital social subscrito e integralizado até 31/12/2022 está representado por 6.234 ações, com o valor nominal de R$ 1,00 (um real) por ação, no montante de R$ 6.234, restando pendente de integralização o saldo de R$ 24.938. b) Reserva Legal: É constituída com base nos dispositivos legais do Art. 193 da Lei nº 6.406/76, sendo destinados 5% do lucro líquido, que não excederá de 20% do capital social. c) Dividendos mínimos obrigatórios: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.406/76, após a dedução da reserva legal.

	2022
Lucro líquido do exercício	566
Constituição de reserva legal - 5%	(29)
Dividendos mínimos propostos - 25%	(135)
Constituição de reserva de lucros	402

15. Imposto de Renda e Contribuição: O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	2022	2021 (Não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	862	-
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(293)**	**-**
Adições permanentes		
Brindes	3	-
Adições temporárias	-	-
Provisão para Perdas de créditos considerados incobráveis	78	-
Exclusões permanentes		
Adicional sobre o lucro tributável anual	-	-
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores - Atividades em Geral	-	-
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	**81**	**-**
Imposto de renda e contribuição social	**296**	**-**
Débitos remanescentes de IRPJ e CSLL a recolher	**34%**	**-**

16. Receita Operacional Líquida:

	2022	2021 (Não quditado)
Receita bruta		
Tarifas Aeroportuárias	14.813	-
Locações	6.870	-
Serviços de apoio	150	-
Serviços a usuários	89	-
	21.922	**-**
Abatimentos		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(2.650)	-
(-) Serviços cancelados	(4)	-
	(2.654)	-
Receita operaciona líquida	**19.268**	**-**

Embarque e utilização do terminal aeroportuário: São valores cobrados dos usuários para embarque nos terminais aeroportuários (regulamentadas e com valores calculados pela ARTESP - (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). As receitas de embarque serão ajustadas de acordo com o indexador econômico - IPCA (índice de preços ao consumidor amplo). *Locações: São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal* aeroportuário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia. *Serviços de apoio:* São serviços oferecidos em terra para apio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. *Serviços a usuários:* São serviços oferecidos a usuários do terminal aeroportuário, como uso de sanitário, banho, estacionamento, guarda-volume, cartões telefônicos e recarga de telefones celulares. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. **17. Custo dos Serviços Prestados:** A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31/12/2021:

	2022	2022 (Não aquditado)
Pessoal	(5.613)	-
Serviços contratados	(5.894)	-
Outros custos com colaboradores	(1.615)	-
Férias e 13º salário	(1.234)	-
Serviços públicos	(977)	-
Amortização e depreciação	(461)	-
Outorga, taxas e participações	(251)	-
Outros custos	(2.541)	-
	(18.586)	**-**

18. Despesas Administrativas e Gerais: A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021:

	2022	2022 (Não auditado)
Despesas gerais	4	-
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	77	-
Outras despesas	3	-
	84	**-**

19. Outras Receitas (Despesas): A Companhia apresenta a seguir as informações sobre outras receitas (despesas) por natureza para os exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021:

	2022	2022 (Não auditado)
Outras receitas		
Recuperação de despesas	3	-
Receitas de exclusividade	678	-
	681	**-**

20. Resultado Financeiro Líquido:

	2022	2022 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Receita de juros	82	-
Receita de aplicações financeiras	5	-
Descontos obtidos	16	-
	103	-
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	17	-
Tarifa de emissão de boletos e títulos	6	-
IOF - Imp.s/ operações financeiras	1	-
Multas e correções	266	-
Outras despesas financeiras	230	-
	520	-
Resultado financeiro líquido	**417**	**-**

21. Instrumentos Financeiros: ***a) Gerenciamento do risco financeiro:*** A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ***b) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. A Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições contábeis, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, o risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2022	2021 (Não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	19	-
Aplicações financeiras	1.193	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.444	-
	3.656	**-**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31/12/2022 e 30/12/2021: *(i) Ativos financeiros:*

	2022	2021 (Não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	19	-
Aplicações financeiras	1.193	-
Contas a receber	2.445	-
	3.657	**-**

(ii) Passivos financeiros:

2022	Valor contábil	Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6-12 meses	Maior 12 meses
Passivo financeiros não derivativos					
Fornecedores	995	-	993	2	0

2021 (Não auditado)	Valor contábil	Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6-12 meses	Maior 12 meses
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	-	-

d) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa. ***e) Hierarquia dos instrumentos financeiros:*** As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos e sua hierarquia: • Nível 1 - Preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. • Nível 2 - Outros, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. • Nível 3 - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos. As aplicações financeiras, são registradas pelo valor justo por meio do resultado e classificados como Nível 2. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil. **22. Compromissos Vinculados a Contratos de Concessão:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado valor variável, correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta auferida pela Concessionária a partir do 13º (décimo terceiro mês) contado da data de eficácia, conforme disposto no contrato. Os valores serão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17). **23. Contingências:** Até a da data de publicação dessas demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em processos judiciais ativos ou passivos. **24. Cobertura de Seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. **25. Eventos Subsequentes:** Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Marcelo Sturlini Bisordi
Diretor Presidente

Augusto Ricardo von Ellenrieder
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Buzam Júnior - Contador - CRC 1SP243887/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. -** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A.** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base Para Opnião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **São Paulo, 23/03/2023.**

Verdus Auditores Independentes - CRC 2SP027296/O-2

Ricardo José Patine Filho - Sócio - CRC 1SP252050/O-9 / Ricardo Augusto de Souza - Diretor - CRC 1SP258186/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EAD2-69A4-5FBB-DF1F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EAD2-69A4-5FBB-DF1F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EAD2-69A4-5FBB-DF1F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EAD2-69A4-5FBB-DF1F

Hash do Documento

21E2E93C2D609513F05E0E793D59971ED43EA5092BA4F7C3E5386CBA05C73531

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

SANTA VITÓRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

C.N.P.J. 09.942.071/0001-88

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições da Lei 6.404/76, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022 e de 2021 em milhares de reais. Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.005	888	77.090	64.747
Contas a receber de clientes	6	-	-	292.899	320.035
Estoques	7	-	-	102.107	58.658
Tributos a recuperar	8	4	-	104.570	92.105
Adiantamentos a fornecedores	9	-	-	7.258	8.520
		1.009	**888**	**583.924**	**544.065**
Ativo não circulante					
Realizável a Longo Prazo		-	-	-	-
Contas a receber partes relacionadas	20	-	-	32.750	29.466
Tributos a recuperar	8	-	-	1.538	966
Tributos diferidos	10	835	835	1.866	1.917
Aplicações Financeiras	5	-	-	30	30
Adiantamentos	9	-	-	-	-
Investimentos	11	677.890	531.579	10.015	2.927
Propriedade para investimento		-	-	815	815
Imobilizado	12	-	-	234.331	234.053
Intangível	13	-	-	11.986	12.008
		678.724	**532.414**	**293.333**	**282.183**
Total do ativo		**679.733**	**533.302**	**877.257**	**826.248**

Passivo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo circulante					
Emprestimos e financiamentos	14	-	-	22.551	59.871
Fornecedores	15	-	7	86.962	103.781
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	-	-
Obrigações tributárias	16	-	-	16.015	37.952
Obrigações sociais e trabalhistas	17	2	1	12.551	11.440
Adiantamentos de clientes		-	-	2.140	2.324
Contas a pagar		-	-	-	-
Dividendos e juros s/ capital a pagar		49.588	45.909	49.588	45.909
Comissões a pagar		-	-	-	-
Outros valores a pagar		4	4	18	16
Provisões para riscos cíveis		-	-	-	-
		49.595	**45.921**	**189.826**	**261.292**
Passivo Não Circulante					
Emprestimos e financiamentos	14	-	-	2.037	23.868
Fornecedores	15	-	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	-	-
Obrigações tributárias	16	-	-	-	32
Tributos diferidos	10	-	-	43.710	44.866
Dividendos e juros s/ capital a pagar		13.233	13.233	13.233	13.233
Provisão passivo descoberto de controlada	11	14.740	11.985	-	-
Provisões para riscos cíveis	18	-	-	894	1.044
Adiantamento Futuro Aumento Capital		-	-	-	-
		27.972	**25.218**	**59.874**	**83.044**
Patrimônio Líquido	**19**				
Capital Social		51.756	51.756	51.756	51.756
Reservas Legal		10.351	351	10.351	351
Reserva Estatutária		144.664	107.486	144.664	107.486
Reserva de Lucros		356.334	261.081	356.334	261.081
Ações em tesouraria		-	-	-	-
Adiantamento Futuro Aumento Capital		-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		39.061	41.490	39.061	41.490
Lucros / Prejuízos Acumulados		-	-	-	-
PL - Adoção Inicial CPC Full		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		**602.166**	**462.163**	**602.166**	**462.163**
Participação não controladores				25.390	19.748
Total do passivo e patrimônio líquido		**679.733**	**533.302**	**877.256**	**826.247**

Demonstração de Resultado do Exercício

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita Operacional Líquida	21	-	-	**933.926**	**825.408**
(-) Custo dos Produtos Vendidos		-	-	(568.862)	(455.456)
Resultado Bruto		-	-	**365.063**	**369.952**
(-) Despesas Operacionais		**185.885**	**189.654**	**(117.242)**	**(103.713)**
Despesas com vendas		-	-	(111.600)	(90.763)
Despesas gerais e administrativas		(259)	(166)	(55.673)	(45.554)
Despesas tributárias		-	(4)	(1.588)	(1.861)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	44.531	33.599
Resultado de Equivalência Patrimonial		186.144	189.824	7.088	865
Resultado Operacional Antes Efeitos Financeiros		**185.885**	**189.654**	**247.821**	**266.239**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	22	**7**	**30**	**(6.881)**	**(8.257)**
Receitas financeiras		19	39	8.051	3.485
Despesas financeiras		(12)	(9)	(11.128)	(13.427)
Variação cambial líquida		-	-	(3.804)	1.685
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**185.892**	**189.684**	**240.940**	**257.982**
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	-	-	(48.813)	(60.280)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	-	(49.915)	(62.852)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	1.102	2.572
Lucro Líquido do Período		**185.892**	**189.684**	**192.127**	**197.702**
				99,98%	**99,99%**
Atribuível a					
Participação dos controladores				185.892	189.684
Participação dos não controladores				6.235	8.018
				192.127	**197.702**

Demonstração de Fluxo de Caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	**185.892**	**189.684**	**240.940**	**257.982**
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	(188.314)	(192.250)	(7.088)	(865)
Provisão para perda em investimento	2.755	2.426	-	-
Ajuste de exercicio anterior			584	193
Provisões para contingências	-	-	(150)	(71)
Provisão ou reversão para liquidação duvidosa	-	-	41	6.225
Variação Cambial	-	-	3.804	(1.685)
Depreciação e amortização	-	-	24.277	20.838
Juros incorridos	-	-	6.789	6.216
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	-	-	(3.100)	(3.820)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	**332**	**(140)**	**266.099**	**285.012**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	27.095	(98.342)
Contas a receber partes relacionadas	-	-	(3.284)	(11.292)
Estoques	-	-	(43.449)	(15.406)
Tributos a recuperar	(3)	-	(13.038)	(1.129)
Adiantamentos	-	-	1.263	(165)
Fornecedores	(7)	-	(20.623)	28.623
Contas a pagar partes relacionadas	-	(1.564)	-	(1.564)
Tributos a pagar	-	-	(1.410)	1.300
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1.112	295
Outros valores a pagar	-	-	1	1
Adiantamentos de clientes	-	-	(183)	(600)
Caixa gerado nas operações	**323**	**(1.704)**	**213.584**	**186.732**
IRPJ e CSLL Pagos no Período	-	-	(70.479)	(41.072)
Juros Pagos	-	-	(9.696)	(935)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**323**	**(1.704)**	**133.409**	**144.725**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Imobilizado e Intangível	-	-	(25.732)	(41.064)
Venda de ativo imobilizado	-	-	4.298	8.085
Aplicações financeiras	-	-	-	1.325
(Aquisição)/ baixa de investimentos	42.588	-	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**42.588**	**-**	**(21.434)**	**(31.654)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Obtenção de empréstimos	-	-	12.481	-
Empréstimos e Financiamentos liquidados	-	-	(68.727)	(76.663)
Lucros Distribuídos e juros sobre capital próprio recebidos	-	22.201	-	-
Lucros Distribuídos e juros sobre capital próprio pagos	(42.793)	(19.913)	(43.386)	(20.409)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(42.793)**	**2.288**	**(99.631)**	**(97.072)**
Aumento / (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**117**	**584**	**12.343**	**16.000**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	888	304	64.747	48.747
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.005	888	77.090	64.747
Variação do caixa e equivalente de caixa do período	**117**	**584**	**12.343**	**16.000**

Notas explicativas

Contexto Operacional A companhia Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. sediada no Estado de São Paulo tem como principal objetivo funcionar como holding. Detêm o controle acionário das seguintes empresas abaixo relacionadas: **Cerâmica Carmelo Fior Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Cordeirópolis, Estado do São Paulo, sendo que suas atividades operacionais são a fabricação e a comercialização de pisos e revestimentos cerâmicos esmaltados, importação e exportação, exploração e aproveitamento de minérios em geral e a extração e moagem de argila para fins industriais. **Cerâmica Serra Azul Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, sendo que suas atividades operacionais são fabricação e comercialização de pisos e revestimentos cerâmicos esmaltados, importação e exportação, exploração e aproveitamento de minérios em geral e a extração e moagem de argila para fins industriais. **Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, sendo que suas atividades operacionais são fabricação e comercialização de pisos e revestimentos cerâmicos esmaltados, importação e exportação, exploração e aproveitamento de minérios em geral e a extração e moagem de argila para fins industriais. **Horizonte Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo. Essa empresa tem por objetivo o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas. As Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31.12.2022 foram preparadas, e são apresentadas, considerando a continuidade normal das operações da Controladora e de suas controladas. **A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 30/04/2023**. **2. Resumo das principais políticas contábeis** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1. Base para preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2.2. Consolidação das demonstrações contábeis** As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as da Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. (Controladora) e suas controladas, das quais ela detenha o controle, de forma direta ou indireta. Para efeito da consolidação foram eliminados: i) os saldos das contas a receber e a pagar entre as empresas consolidadas; ii) participações de não controladores no capital, reservas e resultados acumulados das controladas; e iii) o montante de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas do Grupo. **2.3. Demonstrações contábeis individuais** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à empresa nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da controladora nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos entre as empresas ligadas. **2.4. Conversão de moeda estrangeira a) Moeda Funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. **b) Transações e saldos** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são re-mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados ao caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa** Representa os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de renda fixa e/ou em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias. As aplicações financeiras, por sua própria natureza, já estão mensuradas a valor justo por meio do reconhecimento no resultado, conforme NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros e NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação. **2.6. Instrumentos financeiros** Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, financiamentos, empréstimos, entre outros. As Empresas reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) mensurados ao custo amortizado; (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde unicamente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo (negociação). Tais ativos são classificados no ativo circulante. **Passivos financeiros** **a) Empréstimos, financiamentos e outros passivos** Os passivos financeiros incluindo empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras "Contas a Pagar", inicialmente são mensurados pelo valo justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. O método de juros efetivos é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.7. Clientes** São registrados pelo valor nominal dos títulos de crédito e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias e cambiais, conforme NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, e apresentadas no balanço patrimonial líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente, conforme NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente, calculado sobre a parcela das vendas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.8. Estoques** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção. O custo de produção é apurado por metro quadrado e tamanho de cada produto, não levando em consideração outras características individuais. A administração do grupo iniciou um processo de revisão de procedimentos nos controles e movimentação dos estoques do grupo, bem como, os procedimentos de inventário. Além disso, os controles de movimentação de matéria-prima e de produtos acabados estão sendo migrados para sistema de controle integrado. Especificamente em relação à produção de pisos e revestimentos, são custeados por metro quadrado e tamanho de cada produto, não levando em consideração outras características individuais. **2.9. Investimentos** Os investimentos em sociedades controladas ou coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzidos a valor justo, quando cabível. Segue abaixo o percentual de participação societária nas empresas controladas.

	Santa Vitória Empreend. e Participações S.A.	Sócios Pessoa Física	Outros	Total
	Percentual do Capital em 2022			
Cerâmica Carmelo Fior Ltda.	99,99%	0,01%	-	100,00%
Cerâmica Serra Azul Ltda.	99,99%	0,01%	-	100,00%
Horizonte Aluguel de Máq. E Equip. Ltda.	99,99%	0,01%	-	100,00%
Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.	75,00%	-	25,00%	100,00%

2.10. Ativo imobilizado Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, conforme nota 12. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais" na determinação do resultado. **2.11. Impairment de ativos não financeiros** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre: (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis, que podem ser UGCs ou segmentos operacionais. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do balanço. **2.12. Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias ou cambiais. **2.13. Empréstimos e financiamentos** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
	Atribuível aos acionistas da Controladora							
Em 31 de dezembro de 2019	**51.756**	**351**	**59.511**	**121.591**	**50.072**	**283.281**	**10.425**	**293.706**
Em 31 de dezembro de 2020	**51.756**	**351**	**69.549**	**152.771**	**45.280**	**319.707**	**12.226**	**331.934**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	189.684	-	189.684	8.018	197.702
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.790	(3.790)	-	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	37.937	(37.937)	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo atual			-	-	-	-	-	-
Destinação dos lucros:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(47.421)	-	(47.421)	(496)	(47.917)
Ganho / (Perda) na distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	193	-	193	-	193
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercicio anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**51.756**	**351**	**107.486**	**261.081**	**41.490**	**462.163**	**19.748**	**481.911**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	185.892	-	185.892	6.235	192.127
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	2.429	(2.429)	-	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	10.000	-	(10.000)	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	37.178	(37.178)	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo atual	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação dos lucros:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(46.473)	-	(46.473)	(593)	(47.066)
Ganho / (Perda) na distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercicio anterior	-	-	-	584	-	584	-	584
Em 31 de dezembro de 2022	**51.756**	**10.351**	**144.664**	**356.334**	**39.061**	**602.166**	**25.390**	**627.556**

proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. O reconhecimento e mensuração dos empréstimos e financiamentos são realizados conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros; NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgação; e NBC TG 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. **2.14. Provisões para contingências** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: **1.** a Empresa possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; **2.** é provável que uma saída de recurso financeiro seja requerida para saldar a obrigação; e **3.** o valor puder ser estimado em base confiável. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** O imposto de renda ("IR") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido. O IR e CSL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o IR e CSLL não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, na época da transação, não afete o patrimônio líquido ou o resultado contábil, nem o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.16. Reconhecimento da receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa fabrica e vende uma variedade de produtos, conforme mencionado na Nota 1. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. O reconhecimento não ocorre até que todas as 5 etapas da NBC TG 47 – Receitas de Contratos com clientes sejam identificadas e atendidas. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente, que não tem caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado, portanto essas vendas não são descontadas ao valor presente. **a) Receitas financeiras** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas contábeis** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas e julgamentos críticos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras das Empresas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para créditos de liquidação duvidosa, passivos contingentes, determinações de provisões para imposto e contribuições e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Empresas fazem estimativas e estabelecem premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **4. Gestão de risco financeiro 4.1 Fatores de risco financeiro a) Risco cambial** A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais, bem como ativos e passivos reconhecidos na data da transação. **b) Risco de crédito** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **c) Risco de liquidez** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora Circulante (i)	Controladora Não Circulante (i)	Consolidado Circulante (i)	Consolidado Não Circulante (i)
31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras contas a pagar	4	-	86.980	-
Empréstimos	-	-	22.551	2.037
31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	103.797	-
Empréstimos	-	-	59.871	23.868

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração. (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos passivos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **4.2 Gestão de capital** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Caixa e equivalentes de caixa** Os valores das aplicações financeiras têm cláusula de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa	29	9	793	517
Bancos	-	-	15.095	19.377
Aplicações Financeiras	976	879	61.232	44.883
TOTAL	**1.005**	**888**	**77.120**	**64.777**

As demonstrações consolidadas apresentam um saldo de R$ 30 e R$ 30 nos anos de 2022 e 2021, respectivamente, no ativo não circulante, pois se trata de aplicações que não possuem liquidez imediata sem prejuízo de valor e, portanto, não atendem aos critérios de caixa e equivalente de caixa determinados pela NBC TG 03. **6. Contas a receber de clientes**

Contas a receber	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Contas a receber de clientes nacionais	-	-	227.452	237.942
Contas a receber de clientes do exterior	-	-	81.984	98.738
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.537)	(16.645)
TOTAL	**-**	**-**	**292.899**	**320.035**

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	2021
A vencer	209.108
Vencidos:	
Vencidos até 30 dias	6.298
Vencidos até 60 dias	3.471
Vencidos até 90 dias	659
Vencidos até 180 dias	731
Vencidos até 360 dias	1.098
Vencidos a mais de 360 dias	19.227
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(19.294)
	221.297

7. Estoques

Estoques	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Argila	-	-	1.124	2.457
Embalagens	-	-	4.057	7.884
Matérias-primas	-	-	6.537	12.033
Produtos em andamento	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	67.481	18.482
Produtos de almoxarifado	-	-	22.908	17.802
TOTAL	**-**	**-**	**102.107**	**58.658**

O método utilizado para mensuração do estoque é o custo médio ponderado. A empresa realiza periodicamente a contagem dos itens em estoque, sendo que, quando necessário são efetuadas as provisões para perda de estoques ou ajustes no decorrer do exercício. **8. Tributos a recuperar**

Tributos a recuperar	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
IRRF a Compensar	3	-	167	10
IPI a Recuperar	-	-	705	6.208
PIS a Compensar/Recuperar	-	-	45.929	9.697
COFINS a Compensar/Recuperar	-	-	14.239	43.171
CSLL a Compensar/Recuperar	-	-	24	926
ICMS a Recuperar	-	-	44.887	32.616
IRPJ a Compensar	1	-	156	442
Outros Impostos a Compensar	-	-	1	-
TOTAL	**4**	**-**	**106.108**	**93.071**
Circulante	4	-	104.570	92.105
Não circulante	-	-	1.538	966

(a) IPI Desde o Decreto nº 6.890/2009, que reduziu para 0% a alíquota do IPI sobre os produtos cerâmicos, foram gerados créditos acumulados de IPI, os quais se mantém escriturados para consumo da atividade corrente da empresa, considerando que em agosto de 2021, por meio do Decreto nº 10.771/2021 foi novamente alterada a alíquota de IPI sobre os produtos cerâmicos, passando suas operações a serem tributas com 1% de IPI a partir de 01/12/2021. Quando em fevereiro de 2022, houve a edição do Decreto nº 10.979/2022 que reduziu a alíquota de IPI em 25%, para todos os demais códigos de produtos da TIPI, sendo aplicável a partir de 01/03/2022 a alíquota de 0,75% sobre as saídas de produtos cerâmicos, já em abril de 2022 com edição do Decreto nº 11.047/22 foi ampliada a redução de 25% para 35%, passando assim a vigorar a partir de 01/05/2022 a alíquota de 0,65% sobre as saídas de produtos cerâmicos. **(b) ICMS** A Serra Azul, localizada no estado de Sergipe e uma das controladas da Santa Vitória, utiliza o benefício fiscal do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), no qual há previsão para redução do ICMS a ser recolhido com base em um dos percentuais mencionais no Decreto 22.230/03. Para as demais empresas do grupo, no circulante estão registrados os valores incidentes sobre as operações correntes da Empresa e deverá ser integralmente compensado nas apurações normais desta. No não circulante estão registrados os valores decorrentes de aquisição do Ativo Imobilizado. **9. Adiantamentos** Composto pelos adiantamentos e empréstimos a funcionários e adiantamentos a fornecedores. São demonstrados aos valores de custo ou realização conforme tabela a seguir

Adiantamentos	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Adiantamento a fornecedores	-	-	6.042	7.227
Adiantamento a colaboradores	-	-	269	312
Seguros	-	-	177	140
Outros	-	-	770	841
TOTAL	**-**	**-**	**7.258**	**8.520**
Circulante	-	-	7.258	8.520
Não circulante	-	-	-	-

10. Tributos Diferidos Detalhamos abaixo a natureza dos tributos diferidos ativos e passivos:

Tributos Diferidos	Controladora 2021	Controladora 2021	Consolidado 2021	Consolidado 2021
Diferenças temporárias ativas				
Ganho por compra vantajosa	835	835	835	835
Provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	727	727
Provisão para contingências	-	-	355	355
	835	**835**	**1.917**	**1.917**
Diferenças temporárias passivas				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(21.842)	(21.842)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	-	-	(9.642)	(9.642)
Processo recuperação de despesas Pis e Cofins	-	-	(13.382)	(13.382)
	-	**-**	**(44.866)**	**(44.866)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	**835**	**835**	**(42.950)**	**(45.678)**

11. Investimentos A composição dos investimentos da Santa Vitória está apresentada a seguir:

Investimentos	Percentual de Participação	Patrimônio Líquido	Saldo 31.12.2022
Investimentos			
Cerâmica Carmelo Fior Ltda.	99,99%	302.187	302.157
Cerâmica Serra Azul Ltda.	99,99%	288.062	288.033
Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.	75%	101.332	75.999
Ágio na Aquisição - Cerâmica Serra Azul Ltda.	-	-	7.905
Mais Valia - Marca Piso Forte	-	-	787
Mais Valia - Carteira de Clientes Piso Forte	-	-	3.010
Total	**-**	**691.580**	**677.890**
Provisão passivo descoberto de controlada			
Horizonte Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda.	99,99%	(14.741)	(14.740)
Total	**-**	**(14.741)**	**(14.740)**
Total líquido de investimentos		**676.839**	**663.150**

A movimentação dos investimentos durante o período de 2022 está apresentada a seguir:

Movimentação Investimentos	Em 31.12.2021	Equivalência	Aumento de Capital	Distribuição de Lucros	Baixa de bens (AAP)	Ajuste de exercícios anteriores	Em 31.12.2022
Cerâmica Carmelo Fior Ltda.	189.414	61.108	75.000	(23.365)	-	-	302.157
Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.	59.109	19.244	-	(2.354)	-	-	75.999
Cerâmica Serra Azul Ltda.	271.355	109.131	-	(92.453)	-	-	288.033
Horizonte Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda.	(11.985)	(2.755)	-	-	-	-	(14.740)
Saldo Investimento	**507.893**	**186.728**	**75.000**	**(118.172)**	**-**	**-**	**651.449**

12. Imobilizado

Imobilizado	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Móveis e Utensílios	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento	Outras Imobilizações	Total
Saldos em 31/12/2020	**30.465**	**97.236**	**418**	**2.969**	**75.164**	**5.111**	**1.777**	**213.080**
Aquisições	61	1.154	111	46	1.842	42.137	731	46.081
Baixas	-	(111)	-	(217)	(4.031)	(3)	28	(4.334)
Transferências	-	(1.776)	-	-	1.776	196	(196)	-
Depreciações	-	(4.476)	(53)	(430)	(15.642)	-	(174)	(20.775)
Saldos em 31/12/2021	**30.526**	**92.026**	**476**	**2.369**	**59.110**	**47.442**	**2.165**	**234.053**
Aquisições	150	1.119	366	218	12.717	9.813	1.310	25.692
Baixas	-	-	-	-	(970)	(179)	(50)	(1.199)
Transferências	-	2.098	3	-	539	(2.598)	(42)	-
Depreciações	-	(4.531)	(62)	(348)	(19.006)	-	(268)	(24.215)
Saldos em 31/12/2022	**30.675**	**90.712**	**783**	**2.238**	**52.389**	**54.478**	**3.116**	**234.331**

13. Intangível O saldo é composto de software e patentes/licenças deduzidos das amortizações acumuladas até o momento; e ágio pela expectativa de rentabilidade futura pela aquisição referente à aquisição de uma das investidas da Santa Vitória:

Intangível	Patentes e Licenças	Ágio (goodwill)	Softwares	Total
Saldos em 31/12/2020	**17**	**11.662**	**304**	**11.984**
Adições	5		82	87
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Amortizações	-	-	(62)	(63)
Saldos em 31/12/2021	**22**	**11.662**	**324**	**12.008**
Adições	-	-	41	41
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Amortizações	-	-	(62)	(62)
Saldos em 31/12/2022	**22**	**11.662**	**302**	**11.986**

14. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Capital de giro	-	-	9.426	38.871
FINAME	-	-	598	947
Pré-pagamentos de exportação	-	-	14.563	43.921
Cédula de crédito à exportação	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**24.587**	**83.739**
Circulante	-	-	22.550	59.871
Não circulante	-	-	2.037	23.868

15. Fornecedores Os saldos de fornecedores a pagar em 31/12/2022 correspondem um total de R$ 86.962, sendo completamente devido no mercado nacional, sendo estes registrados nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais.

Fornecedores	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Nacional	-	7	86.962	103.781
TOTAL	**-**	**7**	**86.962**	**103.781**
Circulante	-	7	86.962	103.781
Não circulante	-	-	-	-

16. Tributos a pagar As obrigações tributárias estão compostas por saldos dos débitos apurados pelas operações de vendas deduzidas dos créditos pelas entradas, pelos impostos e contribuições a recolher retidos de prestadores de serviços, e pelos tributos sobre o lucro. Os tributos a pagar estão relacionados abaixo pelo total a pagar a curto e longo prazo:

Tributos a pagar	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
IPI a recolher	-	-	-	-
ICMS a recolher	-	-	3.697	4.627
PIS a recolher	-	-	48	126
COFINS a recolher	-	-	223	579
Imposto de Renda a recolher	-	-	7.111	21.257
Contribuição Social a recolher	-	-	4.218	10.637
IRRF a recolher	-	-	576	497
INSS retido a recolher	-	-	-	-
ISS retido a recolher	-	-	21	26
Outros a recolher	-	-	121	130
Parcelamentos Fiscais			-	105
TOTAL	**-**	**-**	**16.015**	**37.984**
Circulante	-	-	16.015	37.952
Não circulante	-	-	-	32

17. Obrigações sociais e trabalhistas O grupo é composto conforme quadro a seguir:

Obrigações Sociais e Trabalhistas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Salário a Pagar	-	-	2.009	1.932
Pensão Alimentícia a Pagar	-	-	41	44
INSS a Recolher	2	1	1.799	1.587
FGTS a Recolher	-	-	549	485
Contribuições Sindicais	-	-	34	32
Empréstimo Consignado	-	-	85	67
Provisões de Férias e Encargos	-	-	8.034	7.292
Outros	-	-	-	-
TOTAL	**2**	**1**	**12.551**	**11.440**

18. Provisões para contingências As provisões para contingências apresentadas pelo Grupo nos períodos de 2022 e 2021 soma os valores de respectivamente R$ 894 e R$ 1.044 mi. Existem ainda R$ 4.915 milhões em causas que foram consideradas possíveis de perda de acordo com o julgamento dos consultores jurídicos. **19. Capital social** O Capital Social em 31/12/2022 é de R$ 51.756 distribuídas em 51.755.516 ações no valor de R$ 1,00 cada. **20. Partes Relacionadas** Os saldos a receber e a pagar de partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Por Operação:	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo Não Circulante				
Mútuos Taioça Mineração	-	-	891	1.076
Mútuos Santo Antônio Agropecuária	-	-	16.652	16.307
Mútuos VinilForte	-	-	15.208	12.084
	-	**-**	**32.750**	**29.466**
Passivo				
Parcelamento pela aquisição de controlada	-	-	-	-
Passivo Não Circulante				
Parcelamento pela aquisição de controlada	-	-	-	-

21. Receita líquida A reconciliação da receita bruta para receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2022 e 2021, é como segue:

Receita Líquida	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita Bruta				
Vendas mercado interno	-	-	866.033	722.263
Revendas mercado interno	-	-	347	302
Exportações diretas	-	-	261.048	260.455
Exportações indiretas	-	-	703	1.173
	-	**-**	**1.128.131**	**984.193**
Deduções de Vendas				
(-) Impostos sobre venda e revenda	-	-	(171.938)	(144.271)
(-) Devoluções	-	-	(22.267)	(14.514)
	-	**-**	**(194.205)**	**(158.785)**
Total	**-**	**-**	**933.926**	**825.408**

22. Resultado financeiro O resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2022 é o seguinte:

Resultado Financeiro	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas Financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	19	39	7.933	3.368
Descontos financeiros obtidos	-	-	118	116
	19	**39**	**8.051**	**3.485**
Despesas Financeiras				
Juros sobre dívidas e empréstimos tomados	-	-	(7.430)	(9.524)
Despesa com endividamentos	(12)	(9)	(2.236)	(2.900)
Outras despesas financeiras	-	-	(1.462)	(1.003)
	(12)	**(9)**	**(11.128)**	**(13.427)**
Variação cambial líquida				
Variação cambial ativa	-	-	28.932	29.676
Variação cambial passiva	-	-	(32.736)	(27.991)
	-	**-**	**3.804**	**1.685**
Total	**7**	**30**	**(6.881)**	**(8.257)**

23. EBTIDA

EBITDA	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro Líquido do Período	185.892	189.684	192.127	219.710
(-) Impostos Diferidos	-	-	(1.102)	(2.572)
(-) Impostos Correntes	-	-	49.915	62.852
(+) Depreciação e Amortização	(24.224)	-	(24.224)	20.775
(-) Receitas Financeiras	(19)	(39)	(8.051)	(3.485)
(+) Despesas Financeiras	12	9	11.128	13.427
TOTAL EBITDA	**161.661**	**189.654**	**219.793**	**310.708**
(-) Receitas não Recorrentes (*)	-	-	-	-
TOTAL EBITDA Ajustado	**161.661**	**189.654**	**219.793**	**310.708**

24. Seguros A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, sendo assim, em 31/12/2022 a administração considera que todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco estão cobertos pelo seguro.

Diretoria

Itamar Arrais Fior - Diretor

Contadora

Marta Regina Ferreira Rossi - CRC 1SP310984/O5

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Quotistas **Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 676C-3794-0EAB-3927.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 676C-3794-0EAB-3927.

...continuação seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2023 - Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa

Contador - CRC 1SP167515/O-0

Consulcamp Auditoria - CRC 2SP024818/O-5

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 676C-3794-0EAB-3927.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 676C-3794-0EAB-3927.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/676C-3794-0EAB-3927 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 676C-3794-0EAB-3927

Hash do Documento

3BEAEC1AB4AA3C78817BC28BAEA2EBFA79A61A92219D30088A3F8A58539BDEB3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 20.247.332/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**NE**	**Dez/22**	**Dez/21**	**Dez/22**	**Dez/21**
Circulante		**45.354**	**43.223**	**62.935**	**63.073**
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.735	19.669	19.984	22.045
Aplicações financeiras	6	1.902	8.788	1.902	15.462
Contas a receber de clientes	7	17.831	7.079	27.728	14.866
Ativo fiscal corrente		2.919	1.459	3.349	3.554
Outros ativos	8	8.967	6.229	9.972	7.147
Não circulante		**509.055**	**466.881**	**443.976**	**416.215**
Realizável a longo prazo		13.117	9.208	13.117	9.208
Outros ativos	8	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	27.1	13.117	9.208	13.117	9.208
Investimentos em controladas	9	372.527	310.298	-	-
Imobilizado	11 e 12	4.668	7.060	6.506	10.781
Intangível	10	118.742	140.316	424.353	396.226
Total do ativo		**554.409**	**510.104**	**506.911**	**479.288**
Passivo					
Circulante		**70.564**	**108.953**	**84.572**	**121.863**
Fornecedores		7.948	2.868	10.910	7.133
Obrigações trabalhistas	13	5.505	5.458	9.159	9.456
Obrigações tributárias	14	3.743	2.475	7.447	5.740
Empréstimos e financiamentos	15	43.341	73.555	43.341	73.555
Passivo de arrendamento	11	1.061	1.966	1.564	2.846
Outras obrigações	16	8.967	22.632	12.151	23.132
Não circulante		**96.245**	**259.404**	**34.209**	**213.936**
Obrigações tributárias	15	611	900	2.101	3.383
Passivo de arrendamento	11	189	1.265	334	2.373
Outras obrigações	16	20.956	28.919	19.648	31.439
Empréstimos e financiamentos	15	12.125	67.667	12.125	67.667
Debêntures	17	-	109.073	-	109.073
Empréstimos com controladas	28	62.364	51.580	-	-
Patrimônio líquido	18	**387.599**	**141.747**	**388.129**	**143.490**
Capital social		490.076	181.514	490.076	181.514
Ágio na emissão de ações		-	-	-	-
Reserva de capital		(4.015)	13.248	16.051	1.065
Prejuízos acumulados		(98.461)	(53.015)	(118.527)	(58.539)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		387.599	141.747	387.599	124.040
Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	530	19.450
Total do passivo e patrimônio líquido		**554.409**	**510.104**	**506.911**	**479.288**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		Controladora		Consolidado	
Receitas com prestação de serviços	**NE** 19	**Dez/22** **101.909**	**Dez/21** **95.089**	**Dez/22** **210.122**	**Dez/21** **191.121**
(-) Impostos sobre vendas		(12.102)	(11.467)	(19.804)	(18.772)
Receitas de prestação de serviços líquida		**89.807**	**83.622**	**190.318**	**172.349**
Receitas (despesas) operacionais		**(115.261)**	**(103.248)**	**(204.552)**	**(182.387)**
Resultado de equivalência patrimonial	9	23.655	4.645	-	-
Despesas com pessoal	20	(56.719)	(52.944)	(97.189)	(92.876)
Despesas comerciais	21	(6.001)	(5.211)	(10.247)	(12.678)
Despesas com localização e funcionamento	22	(3.545)	(1.465)	(5.087)	(2.791)
Despesas administrativas e gerais	23	(14.264)	(11.523)	(18.938)	(16.958)
Depreciações e amortizações		(15.163)	(13.027)	(17.610)	(16.266)
Perda por redução ao valor recup. de contas a receber		(45)	(76)	(204)	(339)
Outras receitas (despesas)	24	(43.178)	(23.647)	(55.277)	(40.480)
Result. operacional bruto		**(25.454)**	**(19.626)**	**(14.234)**	**(10.037)**
Resultado financ. líquido	25	**(24.357)**	**(22.259)**	**(24.233)**	**(21.618)**
Receitas financeiras		5.578	5.495	6.226	6.741
Despesas financeiras		(29.936)	(27.754)	(30.460)	(28.359)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		**(49.811)**	**(41.886)**	**(38.468)**	**(31.655)**
IRPJ e CSLL	26	4.005	3.272	(7.327)	(6.104)
Prejuízo do exercício		**(45.806)**	**(38.613)**	**(45.795)**	**(37.759)**
Atribuível a:					
- Participação de controladores				(45.927)	(38.355)
- Participação de não controladores				132	596

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	Dez/22	**Dez/21**	**Dez/22**	**Dez/21**
Prejuízo do exercício	(45.806)	(38.613)	(45.795)	(37.759)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultado abrangente	**(45.806)**	**(38.613)**	**(45.795)**	**(37.759)**
Atribuível a:				
- Participação de controladores			(45.927)	(38.355)
- Participação de não controladores			132	596

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020	**181.514**	**(11.270)**	**(20.184)**	**150.061**	**18.854**	**168.914**
Plano de Incentivo por ações	-	11.735		11.735	-	11.735
Prejuízo do exercício	-	-	(38.355)	(38.355)	596	(37.759)
Outros	-	600	-	600	-	600
Ajuste saldo anteriores		13.129	(14.181)	(1.052)		(1.052)
Saldos em 31/12/2021	**181.514**	**14.195**	**(72.720)**	**122.988**	**19.450**	**142.438**
Aumento de Capital	180.888	-	-	180.888	-	180.888
Cisão Você Clube	(2.256)	-	-	(2.256)	-	(2.256)
Transações entre acionistas	9.970	8.949	-	18.919	(18.919)	-
Conversão das Debêntures	119.959	(6.932)	-	113.027	-	113.027
Plano de Incentivo por ações			-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(45.795)	(45.795)	-	(45.795)
Outros		(161)	(12)	(173)	-	(173)
Saldos em 31/12/2022	**490.076**	**16.050**	**(118.527)**	**387.599**	**530**	**388.129**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dez/22	**Dez/21**	**Dez/22**	**Dez/21**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício:	**(45.806)**	**(38.613)**	**(45.795)**	**(37.759)**
Depreciação e amortização	15.163	13.027	17.610	16.266
Irpj e csll diferidos	(3.910)	(3.457)	(3.910)	(3.282)
Perda na baixa de ativo imobilizado / direito de uso	(226)	(329)	(375)	(534)
Resultado na aquisição de empresas - reversão passivo contingente	(3.369)	(4.471)	(3.369)	(4.471)
Provisão de juros sobre debêntures	3.954	11.262	3.954	11.262
Atualiz. de passivo contingente (earn out)	6.014	3.943	6.014	3.943
Juros de leasing	39	525	132	830
Provisão para contingências	200	(56)	351	1.402
Efeito da adoção do ifrs16	-	-	-	-
Redução ao valor recuperável - ágio	8.843	-	8.843	-
Phantom shares e sop	3.293	19.089	3.293	19.089
Baixas contábeis	382	4.031	1.384	4.653
Resultado com equivalência patrimonial	(23.655)	(4.645)	-	-
Resultado ajustado	**(39.077)**	**306**	**(11.866)**	**11.399**
Variação nos ativos e passívos				
(Aumento) / redução de aplicações financ.	6.886	(368)	6.687	(877)
(Aumento) / redução de contas a receber de clientes	(10.753)	6.425	(13.548)	6.935
(Aumento) / redução de imp. a recuperar	(1.460)	4.996	(612)	4.356
(Aumento) / redução de outros ativos	(2.738)	(900)	(3.027)	1.560
Aumento / (redução) de fornecedores	5.080	474	1.162	(5.405)
Aumento / (redução) de obrigações trab.	47	454	(612)	617
Aumento / (redução) de obrigações tribut.	1.268	(1.267)	9.380	6.858
Aumento / (redução) de emprést. e adiant.	10.784	7.318	-	-
Aumento / (redução) de outras obrig.	22.589	1.383	18.677	48
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	-	(8.432)	(8.694)
Caixa liquido gerado/ (aplicado) nas atividades operacionais	**(7.374)**	**18.820**	**(2.192)**	**16.798**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pgto. de passivo contingente (earn out)	(43.569)	(20.622)	(43.569)	(20.622)
Aquisição de investimentos	(27.353)	-	(27.353)	-
Lucros recebidos de controladas	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(750)	(657)	(803)	(680)
Aquisição do intangível	(12.632)	(1.886)	(17.631)	(2.280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(84.304)**	**(23.166)**	**(89.356)**	**(23.583)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento / integralização de capital	181.136	-	181.136	-
Aquisição de empréstimos	9.000	42.607	9.000	42.607
Amortização de empréstimos	(90.583)	(16.463)	(90.583)	(16.463)
Pagamento de juros de empréstimo	(23.528)	(8.475)	(23.528)	(8.475)
Passivo de arrendamento	(1.080)	(2.704)	(1.822)	(4.068)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**74.945**	**14.965**	**74.203**	**13.601**
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(16.734)	10.620	(17.345)	6.816
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**19.669**	**9.049**	**22.044**	**15.228**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.935**	**19.669**	**4.699**	**22.044**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Contexto operacional: A IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10/04/2014, a qual iniciou suas atividades em 14/05/2014, com sede no Estado de São Paulo, e tem como objeto social a corretagem e intermediação de seguros e administração de benefícios, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil (denominadas em conjunto "IT'SSEG" ou "Companhia"). As empresas controladas efetuam operações de corretagem, intermediação, consultoria, seguros e administração, estipulação de benefícios, e consultoria em tecnologia da informação, com desenvolvimento, suporte técnico e manutenção de programas de computador customizáveis. Suas atividades estão inseridas nos segmentos de: (a) planos de assistência à saúde, cujos provedores desses serviços são as medicinas de grupo, seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas, cooperativas odontológicas e odontologias de grupo ("operadoras de planos de saúde"); (b) comercialização e gestão de outros seguros ou serviços complementares voltados à saúde e demais seguros e serviços complementares denominados conjuntamente como "benefícios" (c) comercialização e gestão de todos dos demais ramos do seguro como auto, cível, D&O[1] (**1.** D&O (do inglês Directors & Officers), assegura diretores, administradores, conselheiros e gerentes de empresas quando responsabilizados, judicial ou administrativamente, por decisões que causaram danos a terceiros.), E&O[2] (**2.** E&O (Responsabilidade Civil Profissional ou Erros & Omissões), tem como objetivo proteger contra danos e prejuízos causados por falhas no exercício da profissão.), transporte, garantia entre outros ramos elementares, (d) consultoria em tecnologia da informação, com desenvolvimento, exploração direta, licenciamento, suporte técnico e manutenção de programas de computador customizáveis e (e) gestão de afastados, incluindo a redução de custos através da redução do fator previdenciário – FAP[3] (**3.** FAP: Fator Acidentário de prevenção. É um multiplicador calculado pelo estabelecimento, que varia de 0,5 a 2,0 a ser aplicado sobre as alíquotas de 1%, 2 % ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. Sempre calculado sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros da Previdência Social.). A Companhia desenvolve suas atividades nos segmentos de mercado conhecidos como Grupos de Afinidades e Empresarial. O segmento Grupos de Afinidades possui atividades relacionadas à viabilização, administração, estipulação, corretagem e/ou intermediação de benefícios coletivos por adesão direcionados a entidades de classes (sindicatos, associações, conselhos regionais, etc.) e no segmento Empresarial (também conhecido como o Corporativo) sua atuação está relacionada com a corretagem e de benefícios coletivos empresariais; adicionalmente, atua nesse segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando na gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes. A IT'SSEG detinha participações nas seguintes empresas controladas em 31/12/2022, e em 31/12/2021:

Investidas	2022 Participação (%)	2021 Participação (%)
Barela	100,00	100,00
Você Clube	-	99,99
IT'SSEG Partners	94,95	94,00
Barela Assessoria	100,00	99,99
MBS SP	100,00	100,00
MBS Partners	-	100,00
IT'SSEG Rio (MBS Rio)	100,00	100,00
Bergus	100,00	83,00
Gebram	100,00	89,19
Victory	99,93	99,92
B2P	100,00	100,00
Oktuz	100,00	100,00
Basel	99,99	-

As investidas da IT'SSEG que permanecem em 31/12/2022, são as seguintes: Barela Corp. Corretora de Seguros Ltda. ("Barela") - controlada direta (100,00%), adquirida em 20/10/2014, tem por atividade a corretagem e agenciamento de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde, atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificados. Você Clube de Benefícios Sociais, Saúde e Odontológico Ltda. ("Você Clube") - controlada direta (99,99%) adquirida em 10/10/2014, tem por atividade a administração de benefícios de saúde, empresa teve a sua cisão parcial em 31/03/2022, aprovados em AGE registrada em 02 maio de 2022, a Cisão Parcial teve como objetivo necessidade de segregação de ativos e passivos atendendo assim aos interesses comerciais ao Grupo Econômico para melhor exploração das atividades comerciais. IT'SSEG Partners Corretora de Seguros Ltda. ("IT'SSEG Partners") – controlada direta (94,95%), constituída em 24/01/2017, com início das suas atividades somente no exercício de 2018. Tem por atividade a corretagem e agenciamento de seguros de planos de previdência complementar e dos planos de saúde não especificados. Barela Consultoria e Assessoria Ltda. ("Barela Assessoria") – controlada direta (100,00%), constituída em 07/08/2015, com início das suas atividades somente no exercício de 2017. Tem por atividade a corretagem e agenciamento de seguros, de planos de previdência complementar e dos planos de saúde não especificados. Multi Benefit Services Corretora de Seguros e Consultoria Ltda. ("MBS SP") – controlada direta (100,00%), adquirida em 31/07/2017, tem por atividade o planejamento, consultoria, assessoria, administração e corretagem dos seguros dos ramos elementares, vida, planos previdenciários, capitalização e saúde. MBS Partners Corretora de Seguros e Consultoria Ltda. ("MBS Partners") – controlada direta (100,00%), adquirida em 31/07/2017, tem por atividade o planejamento, consultoria, assessoria, administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, planos previdenciários, capitalização e saúde, empresa 100% incorporada em 31/07/2022, pela empresa IT'SSEG Corretora de Seguros S.A, tendo como efeito a extinção deste CNPJ. O critério de avaliação do patrimônio líquido das controladas envolvidas na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base nos balanços patrimoniais encerrados em 31/05/2022, conforme Laudos de Incorporação elaborados pela Acharya Brasil Auditoria e Consultoria Ltda. – ME, aprovados em AGE de 31/08/2022, considerando os investimentos detidos pela IT'SSEG nas sociedades incorporadas. IT'SSEG Rio Corretora de Seguros e Consultoria Ltda. ("IT'SSEG Rio") – controlada direta (100,00%), adquirida em 31/07/2017, tem por atividade o planejamento, consultoria, assessoria, administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, planos previdenciários, capitalização e saúde. Vide detalhamento na nota explicativa nº5. Em 01/08/2018 a empresa teve alterado a razão social para IT'SSEG Rio Corretora de Seguros e Consultoria Ltda. ("IT'SSEG Rio ou MBS Rio"). Bergus Afin Corretora de Seguros Ltda. ("Bergus") – controlada direta (100,00%), adquirida em 31/05/2019, tem por atividade o planejamento, consultoria, assessoria, administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, planos previdenciários, capitalização e saúde. Gebram Corretora de Seguros Ltda. ("Gebram") – controlada direta (100,00%), adquirida em 31/08/2019, tem por atividade o planejamento, consultoria, assessoria, administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, planos previdenciários, capitalização e saúde. Victory Consulting Corretora de Seguros Ltda. ("Victory") – controlada direta (99,93%), adquirida em 30/09/2020, tem por atividade o planejamento, consultoria, assessoria, administração e corretagem de seguros de vida, planos previdenciários, capitalização e saúde. B2P Assessoria Empresarial de Gestão de Programas de Saúde e Qualidade de Vida Ltda. ("B2P") – controlada direta (100,00%), adquirida em 30/11/2020. Tem como atividade gestão de afastados, incluindo a redução de custos através da redução do fator previdenciário – FAP. Oktuz Desenvolvimento de Sistemas Inteligentes Ltda. ("Oktuz") – controlada direta (100,00%), constituída em 11 e outubro de 2019, com início das suas atividades somente no exercício de 2020. Tem como atividade consultoria em tecnologia da informação, com desenvolvimento, exploração direta, licenciamento, suporte técnico e manutenção de programas de computador customizáveis. Basel Corretora de Seguros Ltda. ("Basel") - controlada direta (99,99%), adquirida em 07/02/2022. Tem como atividade o planejamento, consultoria, assessoria, administração e corretagem de seguros de vida, planos previdenciários, capitalização e saúde. Fica localizada em Recife-PE. **1.1 Contrato de Venda e troca de controle:** Em 15/10/2021, a IT'SSEG e seus acionistas, firmaram um acordo de venda de 100% da Companhia para a Acrisure Brasil Participações LTDA, uma empresa do Grupo Acrisure Holdings, INC. A Acrisure é hoje um dos maiores players globais do mercado de corretoras de seguros e já há algum tempo tinha intenção de continuar sua expansão internacional na América Latina, em especial no Brasil. A Acrisure já está presente em diversos países, tais como EUA, Canadá, Bermudas, Itália, Espanha, Inglaterra e outros. O contrato prevê condições precedentes para conclusão da venda, e entre elas tem a aprovação da troca de controle indireta de uma das subsidiárias da Companhia, pela Agência Nacional de Saúde – ANS. Diante das requisições feitas no processo de deferimento pela ANS, as partes concordaram em realizar a venda em duas fases, sendo a primeira parte concluída em 02/05/2022, e que conforme previsto, houve a cisão da Você Clube em 30/04/2022. A segunda parte da transação foi concluída em 21/10/2022, após aprovação da ANS no processo de troca de controle. **2. Base de mensuração e preparação:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: • do valor justo de ativos e passivos; • da provisão para redução ao valor recuperável de créditos ("*impairment*"); • da realização do IRPJ e da CSLL diferidos; • do prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; • das provisões para passivos contingentes. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas em curso normal. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22/03/2023. **2.1 Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **(a) Base de consolidação *(i) Controladas*** A IT'SSEG controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a IT'SSEG obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Participação de acionistas não-controladores*** A IT'SSEG elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da IT'SSEG em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(iii) Perda de controle*** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a IT'SSEG desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.2 Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC, em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas, e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. ***(i) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*** Os investimentos da IT'SSEG em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que cada empresa investida da Companhia opera. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos e incertezas sobre as estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estarão abertas nas respectivas notas explicativas. (i) Teste de redução ao valor recuperável de ativos financeiros (contas a receber de clientes): A Companhia constitui provisão para devedores duvidosos sobre os valores a receber considerando os aspectos de perda históricas e de riscos de créditos futuros, além da avaliação individualizada caso a caso. (ii) IRPJ e CSLL diferidos: A apuração do IRPJ para a maioria das empresas controladas é calculada com base na presunção do lucro de 32% aplicável sobre a receita bruta, adicionado de receitas eventuais e receitas financeiras, à alíquota de 15% mais adicional de 10%. A CSLL é calculada à alíquota de 9%. A Companhia não registrou IRPJ sobre prejuízo fiscal e CSLL sobre base negativa em virtude da sua expectativa de geração de lucro tributário próprio nos próximos anos depender da incorporação das empresas adquiridas. Vide nota explicativa nº 26. (iii) O Ativo imobilizado é depreciado seguindo a vida útil econômica esperada dos bens, assim como os intangíveis relacionados a softwares. A amortização do intangível relacionado a carteira de clientes, segue o prazo de vida útil determinado no PPA. E no fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Vide notas explicativas 2.10 e 2.11. (iv) Provisão para contingência: A Companhia não reconhece ativos contingentes, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. A Companhia não possui ativos contingentes reconhecidos em 31/12/2022 e 2021. Somente os passivos contingentes considerados como perda provável são provisionados. A análise dos processos é feita de forma individual, classificados por probabilidade de perda provável, possível e remota, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, na qual se utilizam parâmetros como decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, em face de eventuais perdas em montante considerado suficiente pela Administração. Os processos classificados como perda possível são divulgados apenas em nota explicativa. Vide nota explicativa 16. (v) Ágio - combinação de negócios: As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Vide nota explicativa nº 2.10(i) **Principais políticas contábeis: 2.5 Aquisições de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente, para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **2.6 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial de acordo com as seguintes categorias: *Ativos financeiros* Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa, e são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja classificado como um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) e/ou, classificado como um passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (para os itens não mensurados ao VJR). O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente[4] (4. VJORA – Variação líquida no valor justo, ORA – Outros Resultados Abrangentes, VJR – Valor Justo por meio de Resultado):** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA (Outros resultados abrangentes). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Passivos financeiros Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando: i) for classificado como mantido para negociação; ii) for um derivativo, ou; iii) for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos são reconhecidos no resultado assim como qualquer ganho ou perda. **(iii) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: (i) substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou (ii) a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.7 Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. **2.8 Imobilizado:** Compreende móveis, máquinas e utensílios, equipamentos de informática, direito de uso relacionado aos contratos de aluguel, conforme adoção do CPC 06 (R2). O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº12. **2.9 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, (considerando uma taxa média de 3,5% a.a), desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendador transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no contrato de arrendamento que varia de 9% a 11% Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem exclusivamente pagamentos fixos. Em nenhum dos contratos existem pagamentos variáveis e ou opções de compra. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. **2.10 Intangível:** Representado principalmente: i) por valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); ii) por intangível identificado na combinação de negócios (*); iii) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento; e iv) pela aquisição de carteira de clientes adquiridos de terceiros. (*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica "Investimento em controladas", líquidos das amortizações e baixas. ***(i) Ágio - combinação de negócios:*** O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. O ágio é testado anualmente por "*impairment*". Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas. ***(ii) Intangível com vida útil definida - combinação de negócios:*** Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada. ***(iii) Licenças de softwares, em uso e desenvolvimento:*** Os gastos com aquisição e implantação de softwares e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. **2.11 Ativos e Passivos contingentes:** Um passivo contingente é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo contingente é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos contingentes são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.12 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência. As informações sobre as políticas contábeis relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa nº 7. A Companhia também avaliou o efeito de cancelamentos e / ou endossos positivos e negativos nas apólices de ramos elementares e não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras. As principais receitas são as seguintes: **Receita de corretagem:** corresponde à corretagem sobre as operações de vendas de seguros elementares, planos de saúde e odontológicos e distribuição de seguros massificados, através dos canais de varejo. **Receita de consultoria ou "fee":** corresponde a remuneração mensal relacionada a serviços prestados na gestão dos planos de saúde, vida e odonto junto aos clientes, e no caso da B2P compreende consultoria na gestão do FAP. Compreende serviços como: estrutura de atendimento e relacionamento, gestão operacional, gestão técnica e gestão médica. **Receitas de agenciamento:** correspondem à remuneração única sobre o montante das novas vendas efetuadas que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras de planos de saúde, como por exemplo receitas com troca de operadora, renovações e premiações. **Receita de taxa de administração:** corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde, vida e odontológico dos planos coletivos por adesão. **Receitas com consultoria em tecnologia da informação:** corresponde a consultorias em desenvolvimento, exploração direta, licenciamento, exploração direta, suporte técnico, e manutenção de programas de computador customizáveis. O reconhecimento da receita é apropriado mensalmente, com exceção dos agenciamentos de saúde e receitas de ramos elementares que são reconhecidos ao longo do tempo à medida em que ocorre a entrega da obrigação de performance do contrato, já líquido da expectativa de cancelamento, endossos e perdas futuras. **2.13 IRPJ e CSLL:** Os valores de IRPJ e CSLL incluem as despesas de impostos correntes, e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Na Companhia e nas controladas Barela, Você Clube e Oktuz, os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O IRPJ corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$240 anuais. A provisão para CSLL é constituída à alíquota de 9%. Nas demais controladas, o IRPJ é calculado com base na presunção do lucro de 32% aplicável sobre a receita bruta, adicionado de receitas eventuais e receitas financeiras, à alíquota de 15% mais adicional de 10%. A CSLL é calculada à alíquota de 9%. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos ativos e passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. **3. Gerenciamento de riscos:** As empresas controladas, Barela Corp. Corretora de Seguros Ltda., Barela Consultoria e Assessoria Ltda., IT'SSEG Partners Corretora de Seguros Ltda., Multi Benefit Services Corretora de Seguros e Consultoria Ltda., IT'SSEG Rio Corretora de Seguros e Consultoria Ltda, Bergus Afin Corretora de Seguros Ltda, Gebram Corretora de Seguros Ltda,Victory Consulting Corretora de Seguros Ltda., e Basel Corretora de Seguros Ltda., efetuam operações de corretagens e consultoria, basicamente no segmento de seguros elementares e planos de saúde suplementar, odontológicos, seguros de vida, assim como quaisquer outros ramos de seguro. A empresa controlada Oktuz Desenvolvimento de Sistemas Inteligentes Ltda. atua como consultora em tecnologia da informação, com desenvolvimento, exploração, licenciamento, suporte técnico e manutenção de programas de computador customizáveis. A empresa controlada e B2P Assessoria Empresarial de Gestão de Programas de Saúde e Qualidade de Vida Ltda., atua na gestão de afastados, incluindo a redução de custos através da redução do fator previdenciário (FAP). Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de riscos visa fomentar o monitoramento contínuo do ambiente de risco e é associada a uma avaliação integrada dos riscos e de suas interdependências. A Companhia e suas controladas revisam e atualizam regularmente suas políticas e sistemas de gestão de riscos a fim de refletir mudanças no mercado e nos produtos e primando pela aplicação das melhores práticas. O conceito de responsabilidade pessoal é divulgado por treinamentos que auxiliam na propagação de uma cultura construtiva, preventiva e disciplinada, em que a gestão de riscos é responsabilidade de todos os colaboradores, os quais devem identificá-los e gerenciá-los em suas atividades. A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor e de seus credores e do mercado, como também manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital mensalmente realizando reportes ao Conselho de Administração. **a. Estrutura de Gerenciamento de Risco:** O Conselho de Administração da Entidade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de Gerenciamento de Risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu diversos comitês, que são responsáveis em conjunto pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as atividades de todos esses comitês. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da IT'SSEG. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia hoje conta as seguintes agendas para gestão do risco: (a) Reunião de Diretoria de Resultados mensal, (b) Comitê Executivo quinzenal, (c) Reunião de Conselho Estratégico trimestral, (d) Planejamento Estratégico anual, (e) Comitê de Vendas semanal, (f) Comitê de Clientes semanal, (g) Comitê de Marketing mensal, (h) Comitê de Investimentos, Captação e M&A conforme necessidade, (i) Planejamento Orçamentário anual com acompanhamento mensal pelas unidades de negócios e diretorias, (j) Comitê de Tecnologia mensal, (k) Comitê de Diversidade mensal, (l) Comitê de Remuneração anual, (m) Comitê de LGPD e Segurança da Informação bimestral e (n) Comitê de Crise e Incidentes conforme necessidade. **b. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de perdas financeiras no caso de a contraparte não cumprir com uma obrigação contratual. Surge principalmente de contratos de corretagem de seguros ou de prestação de serviços de consultoria e da administração de contratos estipulados e não estipulados. O objetivo do gerenciamento de risco de crédito está em linha com a manutenção de negócios rentáveis e sustentáveis. O gerenciamento desta categoria de risco está suportado por uma política e estrutura de controle, em parceria com as áreas de negócios nas novas vendas, com a reavaliação contínua dos termos e das condições reais de cenário, garantindo independência na análise dos riscos assumidos e de seus custos. A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e da baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 2.4 e 7. A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R$ 19.984 em 31/12/2022 (2021: R$ 22.045). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating igual ou superior a AA-. **c. Risco de liquidez:** Considerando as atividades da Companhia e de suas controladas, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. A Companhia e suas controladas têm monitorado continuamente o impacto dos recentes acontecimentos de mercado sobre a liquidez de suas posições e, quando necessário, alteram suas diretrizes justificadamente. A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. O quadro abaixo apresenta o risco de liquidez dos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia está exposta:

	Consolidado em 31/12/2022			
Ativos financeiros	**Menos de 6 meses**	**De 6 meses a um ano**	**Acima de um ano**	**Total**
Caixa de equivalentes de caixa	19.984	-	-	19.984
Aplicação financeira	-	-	1.902	1.902
Contas a receber de clientes	27.728	-	-	27.728
Outros ativos	9.972	-	-	9.972
Total ativos	**57.684**	**-**	**1.902**	**59.587**
Passivos financeiros				
Fornecedores	(10.910)	-	-	(10.910)
Obrigações trabalhistas	(9.159)	-	-	(9.159)
Obrigações tributárias	(7.447)	-	-	(7.447)
Empréstimos e financiamentos	(6.063)	(37.279)	(12.125)	(55.467)
Passivo de arrendamento	(782)	(782)	(334)	(1.898)
Outras obrigações – circulante (i)	(11.714)	(2.548)	-	(14.262)
Outras obrigações - não circulante (ii)	-	-	(17.538)	(17.538)
Total passivos	**(46.075)**	**(40.609)**	**(29.997)**	**(116.680)**
Total	**11.610**	**(40.608)**	**(28.095)**	**(57.093)**

(i) É composto pelos seguintes valores: bônus sobre o resultado de 2022 - R$ 1.354, Phantom shares - R$ 4.770, e demais custos da transação com a Acrisure - R$ 5.590. (ii) É composto pelo passivo contingente de aquisição cujo pagamento está condicionado ao atingimento de metas atreladas a receitas futuras da empresa adquirida, Basel. Conforme contrato de compra e venda, a medição de Earn-out será feita no período de 01/02/2023 até 31/01/2024 e consequentemente o pagamento dar-se-á dentro do primeiro trimestre de 2024. O plano da Companhia para cumprimento das obrigações de curto prazo, considera a geração de caixa operacional ao longo de 2023. Adicionalmente, parte do passivo registrado na rubrica de outras obrigações – circulante, está diretamente condicionado ao atingimento de metas atreladas ao EBITDA de 2022, conforme contrato de compra e venda com a Acrisure, e contará com o aporte de valores na Companhia para liquidação destes saldos, incluindo o passivo contingente da aquisição da Basel em 2024. **d. Risco operacional** O risco operacional é relevante para a manutenção dos negócios e visa evitar as perdas que possam surgir a partir de fraudes, atividades com erros, omissões, ineficácia no processo, falhas de sistema ou eventos externos. A Diretoria da Companhia e de suas controladas é responsável por manter um bom nível de controle interno, adequado à escala e natureza das operações. É responsável também por identificar e avaliar riscos, e ainda desenhar controles para mitigação de possíveis riscos. A estrutura de gestão de risco operacional auxilia as áreas envolvidas a desempenhar essas responsabilidades e é mantida uma apólice de seguro cuja cobertura é julgada suficiente para cobrir eventuais processos dessa natureza (D&O), além de políticas de caixa mínimo para garantir a operação da Companhia. **e. Risco de Mercado:** O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. Em 31/12/2022 e de 2021, a Companhia reduziu a sua exposição ao risco cambial de operações de empréstimos em moeda estrangeria decorrente de diferenças entre as moedas em que foram denominadas e a moeda funcional da Companhia. Hoje, existe apenas uma operação 4131[5] **(5. Empréstimos em moeda estrangeira concedido pelas instituições financeiras no exterior à uma empresa brasileira. Trata-se de um capital de giro destinado à aplicação em atividades econômicas no país.)** em aberto, junto ao Banco BV, que possui derivativo de swap como mecanismo de proteção de suas posições, eliminando o risco cambial. As demais operações, com os demais bancos foram encerradas ao longo do ano de 2022. **4 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros (consolidado):** Os instrumentos financeiros e as respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	2022			2021		
Ativos Financeiros	**Custo amortizado**	**Valor Justo por meio do resultado - VJR**	**Outros passivos financeiros**	**Custo amortizado**	**Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por meio do resultado**	**Outros passivos financeiros**
Caixa e equivalentes de caixa (*)	-	19.984	-	-	22.045	-
Aplicações financeiras (*)	-	1.902	-	-	15.462	-
Contas a receber de clientes	27.728	-	-	14.866	-	-
Outros Ativos	9.972	-	-	7.147	-	-
Passivos Financeiros				-	-	-
Obrigações trabalhistas	-	-	(10.910)	-	-	(7.133)
Obrigações tributárias	-	-	(9.159)	-	-	(9.456)
Passivo de arrendamento	(334)	-	(9.548)	(2.373)	-	(9.123)
Empréstimos e Financiam.	(55.466)	-	-	(141.222)	-	-
Debêntures	-	-	-	-	(109.073)	-
Outras obrigações (parcelas diferidas e earn out)	-	(18.382)	-	-	(40.948)	-
Outras obrigações circulantes e não circulantes	-	-	(13.417)	-	-	(13.623)

(*) Caixa e equivalentes são compostos por saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez diária administrados por instituições financeiras de primeira linha e certificados de depósito bancário - CDBs com liquidez diária de instituição de primeira linha, resgatáveis a qualquer momento. **f. Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial:** A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1, 2 e 3, com base no grau observável do valor justo: Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

31/dez/22	Nível 1	Nível 2	Nível 3 (*)	Total
Caixa e equivalentes de caixa	19.984	-	-	**19.984**
Aplicações financeiras	1.902	-	-	**1.902**
Outras obrigações (parcela diferida e earn out)	-	-	(18.382)	**(18.382)**

31/dez/21	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	22.045	-	-	**22.045**
Aplicações financeiras	15.462	-	-	**15.462**
Debêntures	-	-	(109.073)	**(109.073)**
Outras obrigações (parcela diferida e earn out)	-	-	(40.948)	**(40.948)**

(*) Os itens de nível 3 estão apurados pelo valor justo: No caso das debêntures, diante do processo de venda da empresa, o valor foi convertido em ações em 30/04/2022, atendendo uma das condições precedentes do contrato junto a Acrisure. Vide mais detalhes na nota explicativa n° 16. Na rubrica de outras obrigações (Earn-out) consideramos em nossas estimativas, o atingimento de 100% das metas relacionadas a parcela contingente da Basel, além de correção monetária,

continuação

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EC4A-63F9-34F6-B9C5.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EC4A-63F9-34F6-B9C5.

continuação

conforme previsto em contrato. Durante o exercício, não ocorreram transferência entre níveis. **g. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros:** As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras consolidadas, em decorrência de aumento ou redução dos ativos financeiros. Em 31/12/2022, utilizamos 5 cenários para entender a variação caso as taxas de juros do CDI fossem mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o resultado consolidado do exercício findo naquela data, antes dos efeitos tributários, diminuiria/aumentaria conforme quadro abaixo.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros – Impacto no resultado				
Passivos financeiros		**Cenário Provável**	**Cenário II 25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V (50%)**
Empréstimos, financiamentos	CDI (55.466)	(62.399)	(64.133)	(65.866)	(60.666)	(58.933)
Earn-outs e Parcelas Diferidas	CDI (18.382)	(20.680)	(21.254)	(21.829)	(20.106)	(19.531)
Total passivos financeiros	(73.848)	(83.079)	(85.387)	(87.695)	(80.772)	(78.464)
Impacto no resultado		**(9.231)**	**(11.539)**	**(13.847)**	**(6.924)**	**(4.616)**
Aplicações Financeiras	21.886	24.622	25.306	25.990	23.938	23.254
Impacto no resultado		**2.736**	**3.420**	**4.104**	**2.052**	**1.368**
Referência para ativos e passivos financeiros¹		**Taxa projet.**	**+25%**	**+50%**	**(25%)**	**(50%)**
CDI (% 12 meses) (*)		12,50%	15,63%	18,75%	9,38%	6,25%

(*) CDI – extraído do relatório Focus Bacen, e análises da administração. **5 Aquisições de empresas - combinação de negócios: Basel Corretora de Seguros Ltda. ("Basel").** Em 7 de fevereiro 2022, a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda e outras avenças para aquisição de 100% de participação do capital social da Basel Corretora de Seguros Ltda. pelo valor máximo de até R$ 47.650 (quarenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), a ser pago da seguinte forma: a) Primeira parcela paga à vista no valor de R$ 4.000 em 7 de fevereiro 2022; b) Pagamento diferido de R$ 1.500, a serem pagas em cinco parcelas mensais de R$ 300 corrigidos por CDI até a data do efetivo pagamento – já liquidado em 17/06/2022; c) Sexta parcela a prazo no valor de R$ 20.995, paga em 07/08/2022, corrigido por CDI até a data do efetivo pagamento; O valor do endividamento da Basel no ato do fechamento deverá ser deduzido desta parcela, e será corrigido pelo CDI – já liquidado em 17/06/2022; d) Uma parcela de ações preferencias da Acrisure Holdings, Inc, no valor correspondente de R$ 4.430, em até 90 dias após a conclusão da transação com a Acrisure, - já liquidado em 17/06/2022 e) Uma parcela contingente no valor máximo de R$ 16.500, a serem pagos após 90 dias do 2º aniversário da data de fechamento, e está condicionada ao atingimento de metas operacionais e financeiras futuras ligadas ao crescimento da receita. O valor medido pode resultar em um pagamento desta parcela que varia de zero até 100% do valor mencionado corrigido por CDI até a data do efetivo pagamento; O valor da aquisição seguiu o mercado de corretoras de seguro, e tem como base a expectativa de resultados futuros, com base na carteira de clientes existentes e região de atuação, além de sinergias que esperamos obter com a operação e maior representatividade e melhorias comerciais frente as operadoras e seguradoras.

	Basel – Aquisição em 1/02/2022
Pagamento a vista	4.000
5 Parcelas diferidas em 5 meses	1.500
Parcela diferida 6º mês	20.995
Em ações	4.430
Passivo Contingente	16.500
Valor total da aquisição	**47.425**

	Basel – Aquisição em 1/02/2022
PL da Cia	469
Participação adquirida	100,00
PL adquirido	469
Alocação PPA (Carteira de Clientes)	16.231
Saldo Residual do Ágio	**30.725**

O resultado da Companhia foi impactado por R$ 10.249 em receita bruta e R$ 4.668 em lucro líquido. Caso a empresa tivesse sido adquirida em 01/01/2022, teríamos um adicional R$ 449 no resultado consolidado (total para 12 meses de receita bruta R$ 11.314 e resultado da Basel de R$ 5.081) Com a aquisição, a IT'SSEG passa a atuar na região nordeste com mais força, além de conseguir expandir as operações naquela região, com ganhos em escala, capilaridade e aumento da presença junto a operadoras e seguradoras.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	13.735	19.669	19.984	22.045
Aplicações financeiras Escrow (b)	1.902	8.788	1.902	8.788
Aplicações financeiras vinculada ANS (c)	-	-	-	6.675
Total	**15.637**	**28.456**	**21.886**	**37.507**

(a) Caixa e equivalentes são compostos por saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez diária administrados por instituições financeiras de primeira linha e certificados de depósitos bancários – CDBs, resgatáveis a qualquer momento; (a) Refere-se a aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos junto as instituições financeiras, cuja movimentação depende do saldo em aberto junto a tais instituições; (b) Aplicações financeiras em CDB, e referem-se a valores vinculados da Você Clube conforme exigência do órgão regulador (Ativo Garantidor), cuja movimentação está restrita a sanções da agência nacional de saúde (ANS). A Você Clube foi cindida da Companhia em 02/05/2022.

7. Contas a receber de clientes:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Faturas a receber – clientes	17.841	7.122	27.849	15.240
(-) Provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa (a)	(9)	(43)	(121)	(338)
Total	**17.832**	**7.079**	**27.728**	**14.866**

(a) A política de PCLD da Companhia tem premissa analisar o histórico de perdas e aplicar sobre o saldo remanescente de contas a receber, além de analisar os aspectos de perda históricas e de riscos de créditos futuro. Adicionalmente, em bases mensais, avaliamos a concentração de receita por cliente, que são basicamente seguradoras, e que possuem o risco de default quase nulo, tendo como resultado uma provisão de liquidação duvidosa relativamente baixa. A provisão foi realizada considerando o regime de competência, as melhores estimativas da Companhia, e informações financeiras obtidas junto aos clientes no que tange a apuração e confirmação de valores ainda não faturados pela Companhia.

8. Outros ativos (circulante e não circulante):

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Adiantamento de Funcionários	126	137	520	436
Adiantamento a Fornecedores	1.008	1.024	1.307	1.366
Adiantamento de Despesas	290	140	283	221
Adiantamento de Comissão	7.432	4.817	7.383	4.817
Seguros	111	111	180	180
Outros créditos a receber	-	-	300	123
Depósitos judiciais	-	-	-	4
Total	**8.967**	**6.229**	**9.973**	**7.146**

9. Investimentos em controladas: Em 31/12/2022 e de 2021, as participações societárias em controladas estavam compostas assim:

31/12/2022	Participação (%)	Capital social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício (a)	Patrimônio líquido	Resultado da equivalência patrimonial (b)	Investimentos	Intangível - carteira de clientes	Ágio - rentabilidade futura	Saldo dos invest.
Barela	100,00	5.568	493	112	493	112	377	16.233	16.722
Você Clube (b)	-	-	372	-	372	-	-	-	-
IT'SSEG Partners (a)	-	1	2.443	10.222	2.418	9.705	-	-	9.705
Barela Assessoria	100,00	400	2.054	6.599	2.054	6.599	-	-	6.599
MBS SP (a)	100,00	2.780	(6.986)	10.221	(6.986)	10.221	6.934	41.509	58.664
MBS Partners (b)	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-
IT'SSEG Rio	100,00	97	480	6.790	480	6.789	2.871	9.482	19.142
Bergus (a)	100,00	20	4.637	8.515	4.649	8.514	2.079	10.778	21.371
Gebram (a)	100,00	264	3.849	9.515	3.861	9.515	12.854	23.470	45.839
Victory	99,93	6	11.687	18.867	11.687	18.854	12.483	52.684	84.021
B2P (a)	100,00	200	(59)	649	(59)	649	968	7.449	9.066
Oktuz	100,00	10	27	83	27	83	-	-	83
Basel (a)	99,99	20	4.668	4.688	4.669	4.688			4.688
Total	-	**9.366**	**23.665**	**76.261**	**23.655**	**75.729**	**38.566**	**161.605**	**275.901**
31/12/2021									
Barela	100,00	5.568	(1.264)	(381)	(1.264)	(381)	377	16.233	**16.229**
Você Clube (b)	99,99	500	1.223	2.131	1.223	2.131	417	8.474	**11.022**
IT'SSEG Partners (a)	93,00	1	2.263	7.779	2.127	7.312	-	-	**7.312**
Barela Assessoria	99,99	400	1.578	4.545	1.578	4.544	-	-	**4.544**
MBS SP (a)	100,00	2.780	(7.332)	17.207	(7.332)	17.207	6.934	41.509	**65.650**
MBS Partners (a) (b)	100,00	100	653	10.603	653	10.603	8.249	29.056	**47.908**
IT'SSEG Rio	100,00	97	806	6.309	805	6.309	2.871	9.482	**18.662**
Bergus (a)	83,00	20	1.644	3.878	1.364	3.219	2.079	10.778	**16.076**
Gebram (a)	89,19	264	1.463	5.658	1.305	5.047	12.854	23.470	**41.371**
Victory	99,92	6	4.774	7.180	4.771	7.174	12.483	52.684	**72.341**
B2P (a)	100,00	200	(637)	708	(637)	708	968	7.449	**9.125**
Oktuz	100,00	10	43	56	53	56	-	-	**56**
Total	-	**9.945**	**5.214**	**65.673**	**4.645**	**63.930**	**47.232**	**199.135**	**310.298**

O lucro (prejuízo) do exercício contempla a distribuição desproporcional de dividendos para cálculo da equivalência patrimonial. Conforme previsto no acordo de acionistas e aprovado em assembleia, em 2022 houve distribuição desproporcional de dividendos à sócios não controladores no valor de R$ 10.673 (R$ 14.459 em 2021). A Empresa registrou tal distribuição enquadrada no escopo do item 5 do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, como pagamento de Benefícios a empregados, devendo ser reconhecida no resultado do exercício. Em 2022 o valor da equivalência ainda contou com parte dos resultados da Você Clube, empresa que foi cindida em 02/05/2022. A empresa MBS Partners foi incorporada em 31/08/2022.

(i) Informações Financeiras resumidas das controladas:

31/12/2022	Dividendos a sócios não controladores	Ativos Totais	Ativo Circulante	Passivos Totais	Passivo Circulante	Receitas
Barela	-	4.621	1.285	5.002	1.271	7.441
Você Clube	-	-	-	(2.131)	-	2.874
IT'SSEG Partners	1.634	17.089	1.825	9.310	372	5.958
Barela Assessoria	-	6.852	675	2.307	89	2.618
MBS SP	6.469	29.307	(187)	12.100	0	20
MBS Partners	-	-	-	-	-	-
IT'SSEG Rio (MBS Rio)	-	10.790	1.141	4.481	575	5.967
Bergus	810	13.884	4.557	10.006	2.438	13.529
Gebram	882	14.785	1.820	9.127	3.735	24.981
Victory	-	25.493	4.711	18.313	2.979	31.177
B2P	465	2.374	1.225	1.666	441	3.330
Oktuz	-	116	56	60	11	68
Basel	412	6.033	794	1.345	613	10.249
Total	**10.672**	**131.344**	**17.902**	**70.963**	**12.524**	**108.212**
31/12/2021						
Barela	-	2.970	1.147	3.351	588	7.841
Você Clube	-	8.917	7.912	6.786	6.007	8.995
IT'SSEG Partners	3.366	14.401	2.254	6.622	500	7.879
Barela Assessoria	-	4.790	506	245	81	3.291
MBS SP	8.333	30.007	300	12.800	-	1.996
MBS Partners	-	10.742	75	140	3	706
IT'SSEG Rio (MBS Rio)	-	9.418	586	3.108	654	6.212
Bergus	842	8.822	2.102	4.944	1.375	9.800
Gebram	840	13.487	382	7.829	4.016	22.410
Victory	-	11.589	2.996	4.410	2.315	23.070
B2P	1.078	1.687	1.062	980	400	3.659

31/12/2022	Dividendos a sócios não controladores	Ativos Totais	Ativo Circulante	Passivos Totais	Passivo Circulante	Receitas
Oktuz	-	81	81	25	4	174
Total	**14.459**	**116.912**	**19.404**	**51.239**	**15.941**	**96.032**

10. Intangível (consolidado): 10.1 Redução ao valor recuperável de ativo: A Companhia avaliou em 31/12/2022 a recuperação do valor contábil dos ativos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) com base no seu valor em uso utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para cada Unidade Geradora de Caixa - UGC a que esses itens estão alocados. A Companhia leva em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento em que opera, que são utilizados pela Administração no gerenciamento de suas operações. O "Lucro líquido/(Prejuízo)" é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos. Quando da aquisição das controladas, a Companhia gerenciava o desempenho de suas operações por empresa. A estrutura de reporte reflete os resultados das unidades geradoras de caixa e são analisados e gerenciados pelos seguintes segmentos: a) Corporativo - composto pelas empresas sociedades incorporadas Torres, N. Raduan , Isenção, PMR, além do Grupo MBS, Victory, B2P e Basel; b) Affinity – composto pela carteira de Affinity da sociedade incorporada Isenção; c) Varejo – composto pela empresa Barela; d) Administração de benefícios – composto pela empresa Você Clube; e e) Ramos Elementares – composto pela carteira de ramos elementares da Sociedade Incorporada PMR, e mais recentemente as aquisições de Bergus e Gebram que são gerenciadas de formas destintas, como unidades de negócio regionais. Dessa forma, quando da avaliação da redução do valor recuperável, o ágio das empresas foi realocado às respectivas unidades geradoras de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas e estimativas de lucros tributáveis e rentabilidade da Unidade Geradora de Caixa "UGC" aos quais estes ágios estão alocados. Tais premissas consideram: o ambiente econômico e de negócios, as taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa para avaliar o do valor recuperável destes ativos. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte máximo de nove anos, descontá-los à valor presente (WACC utilizado foi de 14,65% para a Companhia) e perpetuidade que varia de acordo com a unidade de negócio entre 3,5% e 4%, com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, determinando assim, o valor econômico do negócio para os acionistas. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*").

a. Composição dos saldos:

	Ágio 2022	Ágio 2021	Carteira de clientes 2022	Carteira de clientes 2021	Outros 2022	Outros 2021	Total 2022	Total 2021
Barela	16.233	16.233	244	377	1.399	1.332	**17.876**	**17.943**
Isenção	40.016	40.016	1.175	1.788	-	-	**41.191**	**41.804**
N. Raduan	21.606	21.606	869	1.323	-	-	**22.475**	**22.929**
Você Clube	0	8.474	(95)	417	-	7	**(95)**	**8.898**
Torres	51.797	51.797	2.874	4.516	-	-	**54.671**	**56.313**
Perpetum	11.155	11.155	1.544	1.996	-	-	**12.699**	**13.151**
MBS SP	41.509	41.509	14.821	6.934	1.998	2.425	**58.328**	**50.868**
MPS Partners	29.056	29.056	-	8.249	-	-	**29.056**	**37.305**
MBS Rio	9.482	9.482	-	2.871	1	1	**9.483**	**12.353**
Bergus	10.778	10.778	1.799	2.079	296	296	**12.873**	**13.153**
Gebram	23.470	23.470	11.177	12.854	67	67	**34.714**	**36.391**
Victory	52.684	52.684	11.056	12.483	52	52	**63.792**	**65.218**
B2P	7.449	7.449	860	968	553	410	**8.862**	**8.828**
IT'SSEG Partners	-	-	1.802	-	4.447	4.941	**6.249**	**4.941**
IT'SSEG	-	-	-	-	6.709	6.131	**6.709**	6.131
Basel	30.725	-	14.743	-	-	-	**45.468**	-
Total	**345.960**	**323.709**	**62.869**	**56.856**	**15.522**	**15.661**	**424.352**	**396.226**

b. Movimentação:

Consolidado	Ágio (a)	Carteira de clientes (b)	Outros (c)	Total
Saldos em 31/12/2020	**323.709**	**67.023**	**16.110**	**406.843**
Aquisição	-	-	2.280	-
Amortização no exercício	-	(10.168)	(2.729)	(12.897)
Saldos em 31/12/2021	**323.709**	**56.856**	**15.661**	**396.226**
Aquisição	30.725	18.162	2.279	51.166
Baixa / Incorporação / Redução valor recuperável	(8.474)	(274)	-	(8.748)
Amortização no exercício	-	(11.875)	(2.416)	(14.291)
Saldos em 31/12/2022	**345.960**	**62.869**	**15.524**	**424.353**

(a) O preço pago nas aquisições de participação em controladas foi alocado com base em laudo elaborado por especialistas em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. As parcelas correspondentes ao valor patrimonial das participações foram alocadas como investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e a parcela paga a maior foi primeiramente alocada reconhecendo os ativos intangíveis identificados no laudo, conforme o percentual de participação da Companhia nesses ativos, e a parcela remanescente foi reconhecida como ágio por expectativa de rentabilidade futura. (b) No exercício findo em 31/12/2022, as despesas com amortização do intangível relativos à aquisição da carteira de clientes na combinação de negócios totalizou R$ 11.875 (R$ 10.168 em 2021), amortizados a 10% ao ano conforme a vida útil remanescente determinada nos laudos de avaliação. Referem-se substancialmente a licenças de softwares, softwares em uso e em desenvolvimento.

11. Passivo de Arrendamento e Direito de uso:

Aluguel de Imóveis	Controladora	Consolidado
Direito de Uso - Ativo - Em 31/12/20	**1.425**	**3.134**
Amortização de Direito de Uso - Ativo	(2.375)	(3.534)
Desreconhecimento de Direito de Uso – Ativo	3.989	5.380
Direito de Uso - Ativo - Em 31/12/21	**3.039**	**4.980**
Amortização de Direito de Uso - Ativo	(854)	(1.447)
Remensuração de Direito de Uso – Ativo	(1.219)	(2.035)
Direito de Uso - Ativo - Em 31/12/22	**966**	**1.498**
Passivo de Arrendamento - Em 31/12/2020	**(1.998)**	**(3.919)**
Arrendamento – Passivo	2.704	4.068
Juros sobre Passivo de arrendamento	(525)	(832)
Desreconhecimento de Passivo de Arrendamento	(3.411)	(4.537)
Passivo de Arrendamento - Em 31/12/2021	**(3.230)**	**(5.219)**
Arrendamento - Passivo	1.080	1.822
Juros sobre Passivo de arrendamento	(39)	(132)
Remensuração de Passivo de Arrendamento	939	1.631
Passivo de Arrendamento - Em 31/12/2022	**(1.250)**	**(1.898)**

Ao longo dos últimos anos, e devido ao efeito da Pandemia COVID-19, a Companhia resolveu reduzir o número de escritórios, e aumentar o número de funcionários em teletrabalho. Durante 2022 e final do ano de 2021, a Companhia retornou as atividades presencias de forma gradual, até atingir 70% dos funcionários de modo híbrido, aliando teletrabalho com atividades presenciais.

12. Imobilizado: Composição dos saldos:

Consolidado	Taxa de Depreciação % a a	Custo	Depreciação	Líquido 2022	Líquido 2021
Móveis e Utensílios	10	2.584	(1.875)	709	750
Equipamentos de informática	20	5.843	(4.470)	1.372	1.374
Máquinas e Equipamentos	10	604	(604)	-	199
Veículos	20	379	(301)	78	172
Instalações e Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	6.378	(3.530)	2.848	3.317
Outras imobilizações	10	7	(7)	-	-
Direito de Uso	10	11.188	(9.690)	1.498	4.968
Total		**26.984**	**(20.478)**	**6.506**	**10.781**

Movimentação

Consolidado	Taxa de Depreciação % a a	2021 Custo	Adições	Baixas	Depreciação	2022 Líquido
Móveis e Utensílios	10	750	76	(35)	(82)	709
Equipamentos de informática	20	1.374	538	-	(540)	1.372
Máquinas e Equipamentos	10	199	45	-	(244)	-
Veículos	20	172	-	(22)	(72)	78
Benfeit. em imóveis de terceiros	10	3.317	144	(6)	(607)	2.848
Outras Imobilizações	10	-	-	-	-	-
Direito de Uso	10	4.968	-	(2.400)	(1.070)	1.498
Total		**10.780**	**803**	**(2.463)**	**(2.615)**	**6.505**

13. Obrigações trabalhistas:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Salários e pró-labore a pagar	4	91	31	108
Encargos sociais	1.093	1.095	1.981	2.039
Provisão para férias e encargos	4.409	4.271	7.147	7.310
Total	**5.505**	**5.458**	**9.159**	**9.456**

14. Obrigações tributárias:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
IRPJ e CSLL	-	-	2.374	2.130
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	702	384	1.190	928
Contribuição PIS e COFINS	2.182	1.441	2.769	1.929
Retenções de tributos a recolher	858	649	1.137	997
Parcelamento de impostos	611	900	2.079	3.361
Total	**4.354**	**3.374**	**9.549**	**9.123**
Circulante	**3.743**	**2.475**	**7.447**	**5.740**
Não circulante	**611**	**900**	**2.101**	**3.383**

15. Empréstimos e financiamentos: Em 31/12/2022, a Companhia mantinha empréstimos em aberto junto a 4 (quatro) instituições financeiras, Itaú BBA, Bradesco, Banco Votorantim e Banco do Brasil. Durante 2022 foram contraídos 2 (dois) novos empréstimos, para ser utilizado em capital de giro. O valor em aberto de todos os empréstimos e financiamentos nesta data é de R$ 55.466, com redução de 61% em relação ao saldo de 2021.

	Modalidade	Custo médio da dívida (% a.a)	Controladora / Consolidado 2022	Controladora / Consolidado 2021
Empréstimo Banco Itaú	CCB BRL	CDI + 2,90%	22.584	37.953
Empréstimo Citibank	4131 USD	CDI + 3,00%	-	29.881
Empréstimo Banco ABC	CCB BRL	CDI + 3,40%	-	12.913
Empréstimos Banco Bradesco	CCB BRL	CDI + 2,21%	19.008	28.298
Empréstimos Banco Votorantim (BV)	4131 USD	CDI + 2,40%	7.944	24.146
Empréstimos Banco do Brasil (BB)	CCB BRL	CDI + 2,55%	5.931	8.032
Total			**55.467**	**141.222**
Passivo circulante			**43.341**	**73.555**
Passivo não circulante			**12.125**	**67.668**

Os montantes por ano de vencimento têm a seguinte composição:

Vencimentos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
2022	-	73.555
2023	43.341	49.614
2024	6.750	12.678
2025	5.375	5.375
Total	**55.466**	**141.222**

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Saldo em 31/12/2020	**115.078**
Amortização de principal	(16.463)
Juros pagos	(8.475)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	42.607
Juros e variação cambial reconhecidos no resultado do exercício	8.475
Saldo em 31/12/2021	**141.222**
Amortização de principal	(90.583)
Juros pagos	(23.528)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	9.000
Juros e variação cambial reconhecidos no resultado do exercício	19.355
Saldo em 31/12/2022	**55.466**

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos: Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussória) e covenants financeiros e não financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31/12/2022 e 2021, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites dos covenants financeiros estipulados nos contratos.

16. Outras obrigações:

Consolidado – Obrigações - Combinação de Negócios	2021	Pagamento	Reversão / Adição	Atualização monetária	2022
Gebram	3.547	(3.402)	(145)	-	-
Victory	32.600	(36.140)	-	3.540	-
B2P	4.801	(1.664)	(3.369)	231	(1)
Basel (a)	-	(30.925)	47.650	1.657	18.382
Outros (b)	13.623	(9.084)	8.878	-	13.417
Saldo Líquido	**54.571**	**(81.215)**	**53.014**	**5.428**	**31.799**
Circulante	**23.132**				**13.417**
Não Circulante	**31.439**				**18.382**

(a) Refere-se a parcela futura a pagar aos vendedores da Basel pela aquisição na participação acionária, cujo pagamento está previsto para o primeiro semestre de 2024. O valor provisionado, com base nas projeções da Administração, corresponde a 100% do montante a ser pago adicionado de correção monetária, conforme previsto no contrato de compra e venda. (b) Demais saldos referem-se substancialmente a provisão de participação nos lucros dos funcionários de R$ 1.354 (R$ 3.500 em 2021), Phantom Shares de R$ 4.770 (R$ 7.354 em 2021), contas a pagar da Transação com a Acrisure de R$ 5.590 (R$ 0 em 2021), provisão para contingências de R$ 1.266 (R$ 2.035 em 2021) entre outros saldos menores na Controladora. **16.1 Passivos Contingentes (consolidado):** A Companhia e suas controladas são partes (polos passivos) em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões de natureza cível e trabalhista. A Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, analisa as demandas judiciais e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado – **Prováveis**	**2022**	**2021**
Cíveis (b)	-	365
Trabalhistas (a)	1.082	1.152
Tributária	184	518
Total	**1.266**	**2.035**

(a) Compreende ações trabalhistas de períodos anteriores a aquisição, e, portanto, possuem direito de regresso do valor. O valor da provisão refere-se ao valor total da causa. (b) A redução dos saldos, em grande parte deve-se a cisão da Você Clube em 30/04/2022. **Contingências Possíveis:** A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza destas contingências são: trabalhista com R$ 84, e cível com R$ 5, totalizando R$ 77 em 2022 (R$ 710 em 2021). **17. Debêntures:** Em 31/07/2017 a IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. celebrou um instrumento particular de escritura da Primeira Emissão de Debêntures, com opção de conversibilidade em Ações. As Debêntures emitidas têm o valor total da emissão de R$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais) divididas 125.567.901 ações (cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentas e uma). As Debêntures foram objeto de colocação privada, sem esforços de venda para o público em geral. Emitidas em 31/07/2017, com prazo de 7 anos e valor unitário de R$ 0,597287, valor este determinado com base na expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Incidirão até a data de vencimento juros remuneratórios equivalentes ao maior entre (a) 10% ao ano, ou (b) variação positiva do CDI, ambos calculados *pro rata temporis;* Com base no contrato de compra e venda firmado junto a Acrisure, e para atender uma das condições precedentes deste contrato, no dia 28/04/2022, houve a conversão da totalidade das debêntures de 125.567.901 (cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentas e uma) em 125.567.901 (cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal d Companhia nos termos da Escritura de Emissão, observada, portanto, a proporção de 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia para cada 1(uma) Debênture convertia, conforme termos da Escritura de Emissão. **18. Patrimônio líquido:** Em 31/12/2022 o valor do Capital Social é de R$ 490.076 (R$181.514 em 2021), e está dividido em 578.272.723 (261.662.815 em 2021) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O contrato de venda de 100% da participação da Companhia para a Acrisure Brasil Participações LTDA. previa algumas condições precedentes para conclusão da venda, as quais foram integralmente cumpridas previamente a aquisição, e que tiveram impacto no capital social da Empresa, conforme detalhes abaixo:

Descrição	**Capital Social Subscrito**
Saldos em 31/12/2021	**181.514**
i. Aumento de Capital - Bergus	2.663
ii. Aumento de Capital - Gebram	7.307
iii. Conversão das Debêntures	119.959
iv. 'Plano de Incentivo por ações	17.851
v. Cisão Você Clube	(2.256)
iv. Aumento de Capital via Acrisure	163.038
Saldos em 31/12/2022	**490.076**

i. aumento do capital social da Companhia para refletir o aporte de 3.400 (três mil e quatrocentas) quotas representativas do capital social da Bergus Afin Corretora de Seguros Ltda. com valor nominal de R$ 2.663. ii. aumento do capital social da Companhia para refletir o aporte de 28.570 (vinte e oito mil, quinhentas e setenta) quotas representativas do capital social da Gebram Corretora de Seguros Ltda., no valor de R$ 7.307. iii. aumento do capital social da Companhia decorrente da conversão da totalidade das 125.567.901 (cento e vinte e cinco milhões, quinhentas e sessenta e sete mil, novecentas e uma) debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, no valor de R$ 119.959. iv. aumento de capital social em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, no valor de R$ 17.851. v. a redução do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial da empresa Você Clube de Benefícios Sociais, Saúde e Odontológico Ltda, no valor de R$ 2.256. vi. ao longo do ano a Acrisure realizou diversos aportes ao capital social da Empresa, para pagamento das dívidas e demais passivos provenientes de aquisições, de forma que o aumento de capital foi de R$ 163.038. As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. **18.1 Ações Ordinárias:** Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Entidade. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Entidade. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado **(i) Plano de incentivo aos Executivos da IT'SSEG:** Conforme já descrito nesta demonstração financeira, em 02/05/2022, e depois em 12/10/2022, houve a concretização da venda da ITSSEG para a Acrisure, (evento de liquidez), de forma que o plano de pagamento baseado em Ações foi integralmente liquidado. Com relação ao Plano de remuneração de incentivo aos executivos com liquidação financeira (Phantom Shares) ainda permanece em aberto um dos itens previstos no 18b, e que ainda está em medição e tem previsão de ser pago abril de 2023. **a. Plano de pagamento baseado em Ações:** No dia 03/05/2021, em ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o 1º Programa e alocação das opções no âmbito do Plano de Opção de compra de ações, aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2021. Conforme segue: i. Entre as condições, a opção foi validada após a confirmação da venda da ITSSEG para a Acrisure (evento de liquidez). O volume total de ações corresponde a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas – correspondente a 20.904.718 ações (vinte milhões, novecentas e quatro mil, setecentos e dezoito), totalmente vestidas conforme previsto no Programa de Plano de Opção de Compra de Ações; ii. O preço de aquisição desta opção foi de R$ 200 mil, já pagos pelo participante. O preço do exercício de cada ação será calculado com base no valor dos investimentos realizados pelo FIP Actis na IT'SSEG, em reais e sem correção e que na presente data, é de R$ 0,8539 por ação – que totaliza um montante de R$ 17.851, efetivamente pago pelo participante em 06/05/2022. **b. Plano de remuneração de incentivo aos executivos com liquidação financeira (Phantom Shares):** Em 30/04/2021, também em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o plano de incentivo aos executivos com liquidação financeira, chamado de "Phantom Shares", e foram eleitos 13 executivos da Companhia para participar do plano. Com base no acordo firmado para venda da Companhia, apurou-se o valor da ação, com base na venda da Companhia para Acrisure, em que houve a valorização da ação foi de 0,2622 (preço de referência de R$ 1,153 contra R$ 1,4152). Adicionalmente, o contrato de venda da It'SSEG ainda prevê condição de performance, onde será medido o EBITDA da Companhia durante o ano fiscal de 2022, que se for atingido valor igual ou maior que R$ 57.464, a Acrisure irá pagar um adicional de R$ 133.896, o que corresponde a um adicional no preço da Ação de R$ 0,3202. Como resultado da diferença entre os preços de aquisição e preço de venda e o adicional da condição de performance, foi registrado no resultado do exercício de 2022, uma despesa com contrapartida no passivo, de R$ 3.292 (R$ 7.354 em 2021), e que somados, correspondente ao valor total de Phantom Shares devido desde a data da outorga em 30/04/2021. Em 2022 houve o pagamento de uma parte do valor, que totalizou R$ 5.876. Sendo assim, permanece no passivo em 31/12/2022 o montante de R$ 4.771, que poderá sofrer alterações até a data de pagamento. **19. Receita de prestação de serviços líquida:**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Agenciamento e corretagem (a)	90.404	84.896	179.670	157.747
Consultoria ou Fee (b)	11.505	10.193	27.578	24.379
Taxa de Administração (c)	-	-	2.874	8.995
(-) Trib. e contribuições sobre o faturamento	(12.102)	(11.467)	(19.804)	(18.772)
Total	**89.807**	**83.622**	**190.318**	**172.349**

(a) Correspondem à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, em relação à angariação de novos negócios/contratos de clientes e/ou corretagem de seguro dos contratos vigentes ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados ao resultado conforme a obrigação de desempenho é entregue/realizada. Corresponde à remuneração paga pelos clientes das empresas controladas pela prestação de serviços qualificados de assessoria e consultoria nos benefícios de saúde, odontologia, medicamentos, vida, previdência, alimentação e refeição. Valor correspondente à remuneração obtida pela Você - Clube de Benefícios diretamente com as entidades de classe que contratam seus serviços. Empresa que foi cindida em 30/04/2022, desta forma o resultado aqui divulgado, corresponde ao período de 01/01/2022 até 30/04/2022. **20. Despesas com pessoal:**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Salários e ordenados	(28.538)	(27.399)	(49.090)	(47.633)
Pró-Labore	(1.752)	(1.857)	(3.022)	(3.172)
Benefícios	(7.892)	(6.962)	(14.275)	(12.940)
Encargos	(11.934)	(11.091)	(19.798)	(19.405)
Provisão para férias e 13º salário	(6.390)	(5.539)	(10.583)	(9.479)
Outras	(212)	(95)	(420)	(246)
Total	**(56.718)**	**(52.944)**	**(97.189)**	**(92.876)**

21. Despesas comerciais: Referem-se substancialmente à remuneração variável devida ao canal de distribuição, apurada de acordo com o volume de vendas efetivadas em um determinado período, despesas com captação de clientes e de marketing.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2021	Consolidado 2021
Comissões pagas a Corporativo	(1.083)	(1.477)	(1.087)	(1.507)
Comissões Plataforma Affinity	(4.050)	(2.958)	(4.085)	(3.083)
Comissões Plataforma Varejo	(276)	(114)	(1.954)	(2.629)
Comissões Plataforma Ramos Elementares	(277)	(118)	(1.618)	(1.567)
Marketing	(316)	(543)	(1.504)	(3.879)
Demais comissões	-	-	-	(13)
Total	**(6.002)**	**(5.211)**	**(10.248)**	**(12.678)**

22. Despesas com localização e funcionamento:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Aluguéis	(2.399)	(2.047)	(3.634)	(2.423)
Reversão Despesas de Localização – CPC 06	1.080	2.704	1.822	2.840
Condomínio e taxas	(459)	(397)	(654)	(415)
Manutenção e conservação de imóveis	(3)	(27)	(19)	(47)
Manutenção de equipamentos	(188)	(220)	(288)	(308)
IPTU	(279)	(222)	(360)	(235)
Seguro de imóveis	(46)	(13)	(48)	(13)
Água/Luz/Gás	(179)	(118)	(447)	(360)
Despesas Telefônicas e Internet	(468)	(597)	(708)	(1.012)
Locação de equipamentos	(226)	(259)	(248)	(295)
Demais despesas de localização e funcionam.	(378)	(271)	(502)	(524)
Total	**(3.545)**	**(1.465)**	**(5.086)**	**(2.791)**

23. Desp. administrativas e gerais:

	Controladora 2021	Controladora 2021	Consolidado 2021	Consolidado 2021
Assessoria e Consultoria	(3.176)	(4.031)	(5.825)	(6.865)
Suporte de informatica	(3.832)	(3.777)	(4.349)	(4.413)
Assessoria Jurídica	(3.750)	(1.393)	(4.068)	(1.820)
Auditoria	(790)	(619)	(800)	(689)
Serviços de entregas	(260)	(275)	(324)	(488)
Serviços de gráficas e impressões	(79)	(119)	(210)	(173)
Propaganda e Publicidade	-	(8)	(41)	(133)
Serviços de terceirização	(914)	(547)	(1.455)	(1.000)
Congressos e Feiras	(128)	(64)	(146)	(75)
Viagens e Estadias	(829)	(381)	(1.114)	(583)
Demais Serviços	(506)	(309)	(605)	(721)
Total	**(14.264)**	**(11.523)**	**(18.937)**	**(16.959)**

24. Outras receitas e (despesas):

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Contingências	(200)	56	(405)	(1.402)
Doações	(20)	(43)	(30)	(56)
Reembolsos clientes	(378)	(540)	(586)	(671)
Phantom Shares e SOP	(3.293)	(19.089)	(3.293)	(19.089)
Dividendos a não controladores (Compra de Carteira) (a)	-	-	(1.635)	(3.365)
Dividendos a não controladores (b)	-	-	(9.038)	(11.094)
Custos da transação de venda da Companhia (c)	(30.062)		(30.062)	
Provisão de Impairment (d)	(8.843)		(8.843)	
Outras (outras receitas e despesas)	(382)	(4.031)	(1.384)	(4.653)
Total	**(43.178)**	**(23.647)**	**(55.276)**	**(40.480)**

(a) Remuneração dos Partners (sócios) na empresa It'SSEG Partners. Além da compra da carteira de clientes oriunda destes sócios como condição precedente a venda da Companhia para Acrisure. (b) Conforme previsto no acordo de acionistas e aprovado em assembleia, em 2022 houve distribuição desproporcional de dividendos à sócios não controladores no valor de R$ 9.038 (R$ 11.094 em 2021). A Companhia registrou a remuneração dos seus executivos no patrimônio líquido como distribuição de dividendos desproporcionais em suas controladas. De acordo com as características da transação, a referida remuneração está enquadrada no escopo do item 5 do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, como pagamento de Benefícios a empregados, devendo ser reconhecida no resultado do exercício. (c) Custos da transação de venda da IT'SSEG para a Acrisure, que envolve, entre os valores: consultorias, advogados e taxa de sucesso pela efetivação da transação. (d) Trata-se do impairment do ágio proveniente da Você Clube, uma vez que a empresa foi cindida em 30/04/2022. **25. Resultado financeiro:**

Receitas Financeiras	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Rendimento de Aplicações financeiras	2.150	757	2.714	1.181
Descontos obtidos	59	55	87	66
Juros por recebimento em atraso	-	-	56	637
Reversão de parcela contingente (earn out)	3.369	4.471	3.369	4.471
Receita de Instrumentos financeiros e cambiais	-	211	-	211
Atualização de Tributos a Recuperar	-	-	-	175
Total Receitas Financeiras	**5.578**	**5.465**	**6.226**	**6.741**
Despesas Financeiras				
Juros Debêntures	(3.954)	(11.262)	(3.954)	(11.262)
Atualização Parcelas Contingentes	(6.014)	(3.943)	(6.014)	(3.943)
Taxas e demais despesas bancárias	(273)	114	(369)	(54)
IOF	(163)	(1.075)	(165)	(1.077)
Juros Empréstimos	(17.501)	(8.475)	(17.503)	(8.475)
Juros e Multa	(138)	-	(467)	(336)
Juros de Leasing (adoção do CPC 06)	(39)	48	(132)	(51)
Despesa com instrum. financ. e cambiais	(1.854)	(3.159)	(1.856)	(6.159)
Descontos na antecipação de pagamentos	-	(1)	-	(2)
Total Despesas Financeiras	**(29.936)**	**(27.754)**	**(30.460)**	**(28.359)**
Resultado Financeiro	**(24.358)**	**(22.259)**	**(24.234)**	**(21.618)**

26. IRPJ e CSLL:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(49.811)**	**(41.886)**	**(38.468)**	**(31.655)**
Adições (Exclusões) permanentes líquidas				
Equivalência patrimonial	(23.655)	(4.645)	-	-
Dividendos a não controladores (desproporcional)	-	-	10.673	10.622
Provisões de Receitas não ganhas	-	-	-	3.083
Provisão para perdas de Créditos	45	76	204	445
Provisão de Bônus	200	806	179	332
Juros Prov Earnout/Corr.Juros Contingências	6.014	3.943	6.014	652
Amortização intangível - combinação de negócios	11.875	2.729	11.875	8.988
Debêntures	3.954	11.262	3.954	10.639
Reversão passivo contingente - combinação de negócios	(3.369)	(4.471)	(3.369)	-
Amortização de direito de uso CPC 06	226	534	375	759
Despesas com comissões não dedutíveis	-	-	-	-
Phantom Shares e SOP	3.293	19.089	3.293	-
Resultado Swap cambial	(1.854)	-	(1.854)	-
Outros	603	(13)	603	-
Lucro (Prejuízo) tributável	**(52.480)**	**(12.575)**	**(6.521)**	**3.864**
Impostos de renda e CSLL sobre o lucro líquido - 34% (b)	17.843	4.276	-	(1.314)
Empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(8.432)	(6.233)
Impostos de renda e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídas	(17.843)	(4.276)	8.432	7.547
Impostos de renda e CSLL diferidos sobre combinação de negócios	4.005	3.272	(7.327)	(6.104)
Total	**4.005**	**3.272**	**(7.327)**	**(6.104)**

(a) A apuração do IRPJ para a maioria das empresas controladas é calculada com base na presunção do lucro de 32% aplicável sobre a receita bruta, adicionado de receitas eventuais e receitas financeiras, à alíquota de 15% mais adicional de 10%. A CSLL é calculada à alíquota de 9%. A Companhia não registrou IRPJ sobre prejuízo fiscal e CSLL sobre base negativa em virtude da sua expectativa de geração de lucro tributário próprio nos próximos anos depender da incorporação das empresas adquiridas. **26.1 Ativo e passivo fiscal diferido (IRPJ e CSLL diferidos)**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
IRPJ e CSLL diferidos - ativo (a)	35.367	29.192	35.367	29.192
IRPJ e CSLL diferidos - passivo (b)	(22.250)	(19.985)	(22.250)	(19.985)
	13.117	**9.207**	**13.117**	**9.207**

(a) Os impostos e as contribuições sociais diferidos ativos foram constituídos quando da aquisição das controladas e do consequente registro da combinação de negócios, estes incidentes sobre a parcela da diferença do ágio fiscal e do ágio contábil. O prazo de realização deste saldo é de 10 anos e está diretamente ligado ao prazo de amortização dos valores registrados em carteira de clientes conforme laudo de PPA por aquisição. Os impostos e as contribuições sociais diferidos passivos foram constituídos quando da aquisição das controladas e do consequente registro da combinação de negócios, estes incidentes sobre o valor do intangível relacionado à carteira de clientes, o qual será consumido em função da vida útil desse ativo intangível. **27 Partes relacionadas: a. Participação acionária:** A Companhia é controlada direta da Acrisure Brasil Participações em 31/12/2022, com 100% de participação do seu capital. Até 02/05/2022, a Companhia era controlada direta da Actis IB Fundo de Investimento em Participações, com 65,98% do seu capital. **b. Transações com partes relacionadas:** A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas: (i) A Companhia efetuou o pagamento de pró-labore no montante de R$ 3.022 em 2022 (R$ 3.172 em 2021) a título de remuneração do pessoal-chave da Administração. (ii) Plano de incentivos aos executivos, compreende os valores do plano de pagamento em ações com liquidação financeira (Phantom Share) em 2022 no valor de R$ 4.770. (iii) A Companhia tem receitas provenientes de corretagem de produtos de ramos de seguro com partes relacionadas no valor de R$ 666 em 2022 (R$ 633 em 2021). (iv) Empréstimos com controladas no montante de R$ 62.364 em 2022, que se encontram registrados no passivo circulante e serão liquidados nos próximos exercícios (R$ 51.580 em 2021). Os principais saldos de ativos, passivos, assim como transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia, sua controlada e outras partes relacionadas.

	Controladora 2022 Ativos	Passivos	Saldo	Controladora 2021 Ativos	Passivos	Saldo
IT'SSEG Partners	6.496	(10.817)	(4.321)	6.122	(7.206)	(1.084)
Barela	3.220	(1.667)	1.553	2.764	(147)	2.617
Barela Assessoria	164	(6.176)	(6.012)	164	(4.282)	(4.118)
Bergus	1.553	(8.945)	(7.392)	1.821	(5.957)	(4.136)
Gebram	1.535	(12.279)	(10.744)	3.813	(11.442)	(7.629)
MBS Partners	0	0	0	137	(10.550)	(10.413)
MBS SP	19.417	(27.461)	(8.044)	12.796	(27.191)	(14.395)
IT'SSEG Rio	3.426	(9.281)	(5.855)	2.454	(8.216)	(5.762)
Oktuz	21	(60)	(39)	21	0	21
Victory	2.942	(20.514)	(17.572)	1.182	(8.294)	(7.112)
B2P	1.284	(540)	744	580	(150)	430
Basel	367	(5.050)	(4.683)	-	-	-
Total	**40.425**	**(102.790)**	**(62.364)**	**31.854**	**(83.434)**	**(51.580)**

28. Eventos subsequentes: A Companhia não identificou eventos subsequentes até a data da aprovação destas demonstrações financeiras.

Diretoria

Thomaz Luiz Cabral de Menezes - Diretor-Presidente

Felipe Pinto Gomes - Diretor-Financeiro

Contador

Guilherme Marques Bononi - CRC nº 1SP259504/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente

continuação

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EC4A-63F9-34F6-B9C5.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EC4A-63F9-34F6-B9C5.

continuação

e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os diretores, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2023

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador
CRC 1SP252419/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EC4A-63F9-34F6-B9C5.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EC4A-63F9-34F6-B9C5.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EC4A-63F9-34F6-B9C5 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EC4A-63F9-34F6-B9C5

Hash do Documento

997B53A76365E16A96060D7251CE5715C0F31B58BE82181FAB8521AF52F741CB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A

CNPJ/MF 42.133.195/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 EM REAIS

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Disponível	4	15.515.149	2.513
Contas a Receber	5	-	67.641
Impostos a Recuperar	6	20.555	618
Demais Créditos	7	24.766	5.931.000
		15.560.470	**6.001.772**
Não Circulante			
Investimentos	8	472	171
Imobilizado líquido	9	2.026.477	2.251.833
Intangível	10	34.941	34.941
		2.061.890	**2.286.944**
Total do ativo		**17.622.360**	**8.288.716**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Adiantamentos de Clientes	11	1.778.633	-
Fornecedores Nacionais	12	1.698.347	2.271.627
Obrigações Sociais a Recolher	13	1.335	1.335
Provisões Trabalhistas	14	64.135	-
Obrigações Fiscais a Recolher	15	2.193.900	6.348
		5.736.349	**2.279.310**
Patrimônio líquido	**16**		
Capital Social		6.000.000	6.000.000
Lucros / Prejuízos Acumulados		9.406	-
Lucros / Prejuízos do Exercício		53.655.513	9.406
(-) Lucros distribuídos		(47.779.000)	-
Ajuste Exercícios Anteriores		92	-
Total do Patrimônio Líquido		**11.886.011**	**6.009.406**
Total do passivo e PL		**17.622.360**	**8.288.716**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Vendas de Obras, Produtos e Serviços	64.472.216	
Pagamento a Fornecedores/CPV	(15.791.112)	(16.305)
Pagamento de Obrigações Sociais	(820.686)	
Pagamento de Tributos	(4.446.248)	(1.916)
Outros Pagamentos Operacionais		
Caixa líquido das atividades operacionais	**43.414.171**	**(18.221)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de debêntures/ investimentos a longo prazo		
Caixa liquida das atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Capital		6.000.000
Recebimento - Empréstimos efetuado ao grupo	5.931.000	5.953.209
Outros Recebimentos de Atividade de Financiamento		
Empréstimos - Efetuado ao Grupo		
Pagamento de Amortização – Empréstimos (Grupo)	(33.832.535)	(11.932.475
Outros Pagamentos de Atividade de Financiamento		
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(27.901.535)**	**20.734**
Variação liquida do caixa	**15.512.636**	**2.513**
Saldo Inicial	**2.513**	**-**
Saldo final	**15.515.149**	**2.513**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
Saldo em 28 de maio de 2021	-	-	-	-
Constituição de Capital	6.000.000			6.000.000
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado				-
Transferência para reservas				-
Ajuste de Exercícios Anteriores				-
Resultado do Exercício			9.406	9.406
Saldo Em 31 de dezembro de 2021	**6.000.000**	**-**	**9.406**	**6.009.406**
Constituição de Capital				-
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		9.406	(9.406)	-
(-) Lucros Distribuídos Antecipadamente			(47.779.000)	(47.779.000)
Ajuste de Exercícios Anteriores			92	92
Resultado do Exercício			53.655.513	53.655.513
Saldo Em 31 de dezembro de 2022	**6.000.000**	**9.406**	**5.876.605**	**11.886.011**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A., é uma sociedade anônima regida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, cujo objeto social abrange a execução e o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. **a) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **b) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **c) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais. **a) Apuração do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **c) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **d) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **4. Disponível Financeiro** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Descrição	2022	2021
Caixa	19.028	90
Banco do Brasil	150.966	150
Sicoob Credlider	946	2.274
Outras Aplicações	15.344.209	-

Demonstração do Resultado do Exercício

	2022	2021
Receita operacional liquida	73.143.468	66.208
Custos dos produtos vendidos	(8.671.252)	-
Lucro bruto	**64.472.216**	**66.208**
Despesas Operacionais	(8.425.032)	(55.210)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
	(8.425.032)	**(55.210)**
Resultado Operacional	**56.047.184**	**10.998**
Receitas Financeiras	1.792	1
Despesas Financeiras	(16.161)	(21)
Lucro Operacional	**56.032.815**	**10.977**
Contribuição Social	(841.970)	(744)
Imposto de Renda	(1.535.332)	(827)
Lucro Líquido do Exercício	**53.655.513**	**9.406**

	15.515.149	**2.513**

5. Contas a receber A companhia apresentou em 31/12/2022 saldo igual a zero, pois todo faturamento foi recebido dentro do exercício de 2022, e em 31/12/2021 o saldo foi de R$ 67.641. **6. Impostos a Recuperar** Os impostos a recuperar estão representados pelas seguintes contas:

Descrição	2022	2021
INSS a Recuperar	4.379	618
IRRF a Recuperar	16.176	-
	20.555	**618**

7. Demais Créditos Os demais créditos são valores de empréstimos que a sociedade possui a receber e estão representadas pelas seguintes contas:

Descrição	2022	2021
Demais Créditos	-	5.931.000
Adiantamentos a terceiros	24.766	-
	24.766	**5.931.000**

8. Investimentos Os investimentos que a sociedade possui são quotas junto a cooperativa de crédito SICOOB conforme detalhado abaixo:

Descrição	2022	2021
SICOOB-SIST. DE COOP.DE CRED. DO BRASI	472	171
	472	**171**

9. Imobilizado Os imobilizados que a sociedade possui foram adquiridos máquinas e equipamentos no final do exercício de 2022. Segue abaixo as contas representadas:

Descrição	2022	2021
Máquinas e Equipamentos	2.253.649	2.253.649
Deprec. Acum. Máquinas e Equipam.	(227.172)	(1.816)
	2.026.477	**2.251.833**

10. Intangível O ativo intangível que a sociedade possui foi constituído mediante laudo de avaliação de acerto técnico registrado na Junta comercial do estado de São Paulo no dia 28/05/2022. Segue abaixo a conta representada:

Descrição	2022	2021
ART - Ativo Intangível	34.941	34.941
	34.941	**34.941**

11. Adiantamento de Clientes Referem-se a adiantamentos financeiros recebidos de clientes para execução e faturamento das obras e serviços no exercício de 2023. **12. Fornecedores** Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Em 31.12.2022 a conta representava o valor de R$ 1.698.347. **13. Obrigações Sociais a Recolher** As obrigações sociais a recolher provisionadas para pagamento corresponde ao pró-labore a ser pago no mês de janeiro de 2023, no valor de R$ 1.335. **14. Provisões trabalhistas** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

Descrição	2022	2021
Provisão de Ferias	47.612	-
Provisão de FGTS e INSS s/ Ferias	16.623	-
	64.135	-

15. Obrigações Fiscais a Recolher Os Impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da apuração sobre o faturamento bem como sobre o resultado do período e também o imposto sobre serviços e folha de pagamento de pró-labore.

Descrição	2022	2021
Cofins A Recolher	526.342	1.685
Pis A Recolher	114.041	365
CSLL a Recolher	425.541	744
Contribuição Sind/Assist/Conf	1.139	-
CSLL / Cofins / Pis	3.693	267
INSS A Recolher	31.669	930
IRPJ s/ lucro a Recolher	782.105	827
Inss Retido S/Nf A Recolher	58.508	742
Irrf A Recolher	10.804	50
Issqn A Recolher	240.057	737
	2.193.900	**6.348**

16. Patrimônio líquido O Patrimônio Líquido da empresa foi de R$ 11.886.011 na data base de 31.12.2022. **a) Capital Social** O Capital Social da empresa está constituído no valor de R$ 6.000.000 pertencentes a acionistas domiciliados no país. **b) Lucro Apurado no Exercício** Segue abaixo o resultado de lucro apurado no exercício findo em 31.12.2022.

Descrição	2022	2021
Resultado Operacional Antes do IRPJ e CSLL	56.032.815	10.977
Contribuição Social	(841.970)	(744)
Imposto de Renda	(1.535.332)	(827)
Lucro Líquido do Exercício	**53.655.513**	**9.406**

c) Eventos Subsequentes Em 31/12/2022 até a data finalização da auditoria 28/03/2023, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Diretoria

Silmar Ribeiro S. Pereira

Contador

Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC 1SP238551/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores da **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A CNPJ: 42.133.195/0001-98 Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em 03 de fevereiro de 2022.

Bebedouro (SP), 28 de março de 2023.

MB Auditores Independentes Sociedade Simples.

CRC – 2SP 021390/O-7

MARCELO BOCK

CRC - 1SP128. 524-O/0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0328-E649-6B22-E545.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0328-E649-6B22-E545.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0328-E649-6B22-E545 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0328-E649-6B22-E545

Hash do Documento

FD098B16D2A7BB30367ABB7F0F4B1FE191E2F9D04AB59A34AAABCBC525A9B5EB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Manisfer Participações S/A - CNPJ/MF Nº 08.433.454/0001-68

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2021. Informamos que encontram-se na sede da administração cópias das respectivas demonstrações devidamente assinadas por toda a Diretoria com Notas Explicativas. A Administração encontra-se à disposição para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 - *Em Reais*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
- Banco e Aplicações	17.434.008,48	51.690.180,04
- Estoque Imobiliário	299.601,91	299.601,91
- Impostos a Recuperar	8.742,14	4.253,36
- Despesas a Apropriar	15.494,43	12.452,25
- Outras Contas a Receber	625.000,00	161.917,00
Total Circulante	**18.382.846,96**	**52.168.404,56**
Não Circulate		
- Participações Societárias	24.938.342,81	16.734.749,73
- Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	21.743,30
	24.938.342,81	16.756.493,03
Imobilizado		
- Bens Imobilizado	1.601.563,54	1.601.563,54
- Depreciações Acumuladas	(824.659.52)	(682.799,36)
Total Imobilizado	776.904.02	918.764,18
Total não Circulante	**25.715.246,83**	**17.675.257,21**
Total do Ativo	**44.098.093,79**	**69.843.661,77**

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
- Fornecedores	150,00	355,81
- Obrigações Sociais	40.596,14	35.677,12
- Obrigações Tributárias	276.772,94	6.045,44
- Outras Contas a Pagar	1.753.509,71	11.022,23
- Dividendos a Pagar	12.357.999,78	34.940.580,92
Total Circulante	**14.429.028,57**	**34.993.681,52**
Não Circulate		
- Empréstimos	150.000,00	5.300.345,53
- Receitas a Apropriar	2.630.690,22	2.673.381,25
Total não Circulante	**2.780.690,22**	**7.973.726,78**
Patrimônio Líquido		
- Capital Social	22.396.877,89	22.396.877,89
- Reserva de Lucros	4.491.497,11	4.479.375,58
Total Patrimônio Líquido	**26.888.375,00**	**26.876.253,47**
Total do Passivo	**44.098.093,79**	**69.843.661,77**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 - *Em Reais*

Receitas Operacionais	31/12/2022	31/12/2021
- Receitas Prestação de Serviços	17.570,28	14.651,18
- Receitas de Venda de Imóveis	-	51.800.000,00
Total	**17.570,28**	**51.814.651,18**
Deduções de Receitas		
- Impostos Incidentes Sobre Receitas	(1.519.,83)	(1.891.967,32)
Total	**(1.519,83)**	**(1.891.967,32)**
Receita Operacional Líquida	**16.050,45**	**49.922.683,86**
Custo de Imóvel Vendido		
- Custo de Imóvel Vendido	-	(3.213.913,99)
Total	**-**	**(3.213.913,99)**
Resultado Operacional Bruto	**16.050,45**	**46.708.769,87**
Despesas Administrativas		
- Despesas Administrativas	(418.774,04)	(791.378,34)
Total	**(418.774,04)**	**(791.378,34)**
Depreciação e Amortização		
- Depreciação	(141.860.,16)	(164.742,67)
Total	**(141.860,16)**	**(164.742,67)**
Despesas Tributárias		
- Impostos, Taxas e Emolumentos	(34.785,79)	(273.590.95)
Total	**(34.785,89)**	**(273.590.95)**

	31/12/2022	31/12/2021
Resulado Operacional antes do Resultado Financeiro	**(579.369,64)**	**45.479.057,91**
Resultado Financeiro		
- Despesas Financeiras	(1.113,80)	(30.625,74)
- Receitas Financeiras	4.305.201,71	750.469,76
Total	**4.304.087,95**	**719.844,02**
Resultado com Equivalência		
- Resultado com Equivalência	11.692.129,42	1.220.049,58
Total	**11.692.129,42**	**1.220.049,58**
Ganhos ou Perdas de Capital		
- Ganho ou Perda de Capital	-	(21.429,41)
Total	**-**	**(21.429,41)**
Resultado do Exercício antes do IR e CSLL	**47.397.522,10**	**3.756.926,80**
Provisão para IR e CSLL		
IRPJ e CSLL	(1.441.514,91)	(1.829.189,04)
Total	**(1.441.514,91)**	**(1.829.189,04)**
Resultado Líquido do Exercício	**13.975.332,88**	**45.568.333,06**
- Quantidade de Ações	24.134.768	24.134.768
Lucro por Ação	**0,588**	**1,88**

Demonstração o Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 - *Em Reais*

Fluxo das Atividades Operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	13.975.332,88	45.568.333,06
(+) Depreciações	141.860,16	164.742,67
(-) Equivalência Patrimonial	(11.692.129,42)	(1.220.049,58)
Lucro Líquido Ajustado	**2.425.063,62**	**44.513.026,15**
Redução (Aumento) nas Contas do Ativo	**(470.613,96)**	**3.220.434,99**
- Impostos a Recuperar	(4.488,78)	(3.459,89)
- Adiantamentos Diversos	-	8.500,29
- Estoque de Imóveis	-	3.213.913,99
- Despesas Antecipadas	3.042,18	1.480,60
- Contas a Receber	(463.083,00)	-
Redução (Aumento) nas Contas do Passivo	**235.237,16**	**1.241.721,57**
- Fornecedores	(205,81)	(94.644,19)
- Obrigações Sociais	4.919,02	3.776,55
- Obrigações Tributárias	270.727,50	(3.870,23)
- Outras Contas	(2487,48)	(187,30)
- Receitas a Apropriar	(42.691.03)	1.336.646,74
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**2.189.686,82**	**48.975.182,71**
Fluxo das Atividades de Financiamento		
(-) Pagamento de Dividendos	(36.546.148,30)	(13.261.353,26)
(+) Ajuste de Exercícios Anteriores	355,81	345,57
(+) Empréstimos Diversos	(3.410.345,33)	3.695.068,03
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(39.956.138,02)**	**(9.565.939,66)**
Fluxo das Atividades de Investimento		
(-) Aportes em Investimentos	(198.852,51)	(21.743,30)
(+) Recebimento de Dividendos	3.709.132,15	2.107.007,37
(-) Aquisição de Imobilizado	-	(135.764,74)
(+) Alienação de Imobilizado	-	263.429,41
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**3.510.279,64**	**2.212.928,74**
Saldo das Atividades	**(34.256.171,56)**	**41.622.171,79**
(+) Saldo Final das Disponibilidades	17.434.008,48	51.690.180,04
(-) Saldo Inicial das Disponibilidades	51.690.180,04	10.068.008,25
Variação das Disponibilidades	**(34.256.171,56)**	**41.622.171,79**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro 2021 - *Em Reais*

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultado do Período	Patrimônio Líquido
Saldo Anterior em 31/12/2020	**22.396.877,89**	**3.089.348,16**	**(270.895,78)**	**25.215.330,27**
- Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	345,57	345,57
- Lucro do Período	-	-	45.568.333,06	45.568.333,06
- Reserva Legal 5% s/ Lucro	-	1.660.923,20	(1.660.923,20)	-
- Distribuição de Lucros	-	-	(43.907.755,43)	(43.907.755,43)
Saldo Final em 31/12/2021	**22.396.877,89**	**4.479.375,58**	**-**	**26.876.253,47**
- Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	355,81	355,81
- Lucro do Período	-	-	13.975.332,88	13.975.332,88
- Reserva Legal 5% s/ Lucro	-	12.121,53	(12.121,53)	-
- Distribuição de Lucros	-	-	(13.963.567,16)	(13.963.567,16)
Saldo Final em 31/12/2022	**22.396.877,89**	**4.491.497,11**	**-**	**26.888.375,00**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 - *Em Reais*

Nota 1 - Contexto Operacional: A empresa Manisfer Participações S/A é uma sociedade anonima fechada, constituida em 01/11/2006 e cujo objeto social é compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nota 3 - Principais Práticas Contábeis - 3.1 - Aplicações Financeiras: Estão registradas ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço. **3.2 - Direitos e Obrigações:** Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. **3.3 - Estoques:** A Sociedade possui estoques de Imóveis, registrados pelo custos de aquisição e que estão disponíveis para venda (Nota 4). **3.4 - Imobilizado:** É registrado pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil estimada dos bens (Nota 5). **3.5 - Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A Empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial. **3.6 - Investimentos em empresas coligadas e controladas:** A empresa possui investimentos em outras Sociedades, que foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial. (Nota 6). **3.7 - Impostos Federais:** A Empresa está no regime do lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa.

Nota 4 – Estoques

Estoques de Imóveis	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
Condomínio Club Life Morumbi	R$ 299.602	R$ 299.602
Total dos Estoques	**R$ 299.602**	**R$ 299.602**

Nota 5 – Imobilizado

	% Taxa de Depreciação	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
Instalações	10%	R$ 31.654	R$ 31.654
Máquinas e Equip.	10%	R$ 110.976	R$ 110.796
Móveis e Utensílios	10%	R$ 116.557	R$ 116.557
Veículos	10%	R$ 1.342.376	R$ 1.342.376
	Sub-total	**R$ 1.601.564**	**R$ 1.601.564**
Depreciações Acumuladas		(824.660)	(682.799)
Total		**R$ 776.904**	**R$ 918.764**

Nota 6 - Investimentos em Empresas Coligadas/Controladas

Participações Societárias	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
MCC Participações Ltda	R$ 6.369.398	R$ 6.369.004
Salvatio Participações Ltda	R$ 1.722.119	R$ 1.666.096
SBRE Agricultura e agropecuária Ltda.	R$ 14.428.890	R$ 6.218.377
São Rafael Comércio e Incorporações Ltda	R$ 2.417.936	R$ 2.481.272
Total dos Investimentos	**R$ 24.938.343**	**R$ 16.734.749**

Nota 7 - Responsabilidade e Contingências: Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

Nota 8 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido é constituído pelo Capital Social de R$ 26.888.375,00 (Vinte e seis milhões oitocentos e oitenta e oito mil trezentos e setenta e cinco) divididos em em 24.134.768 (vinte e quatro milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito) ações.Também compõe o Patrimônio Líquido a conta de Reservas de Lucros no valor total de R$ 4.491.497,11 (quatro milhões quatrocentos e noventa e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e onze centavos), reserva de 5% sobre os lucros apurados, constituída ao longo dos anos conforme definido no Estatuto da Sociedade. Conforme definições da Diretoria, as apurações são trimestrais e os resultados positivos de cada trimestre, após constituição da reserva de 5%, é destinado para pagamento aos Acionistas.

Nota 9 - Eventos Subsequentes: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros. São Paulo 31 de dezembro 2022.

Fernando Manarini Sverner - Presidente

Ronaldo Cine - Contador CRC 1 SP 143.141/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1FCB-C9C1-C211-977B.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1FCB-C9C1-C211-977B.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1FCB-C9C1-C211-977B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1FCB-C9C1-C211-977B

Hash do Documento

C2A93AB54AE22EE286C62CD9BB36EF500D1F9229D1CE612A987F84560C0C8E60

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2023 07:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00